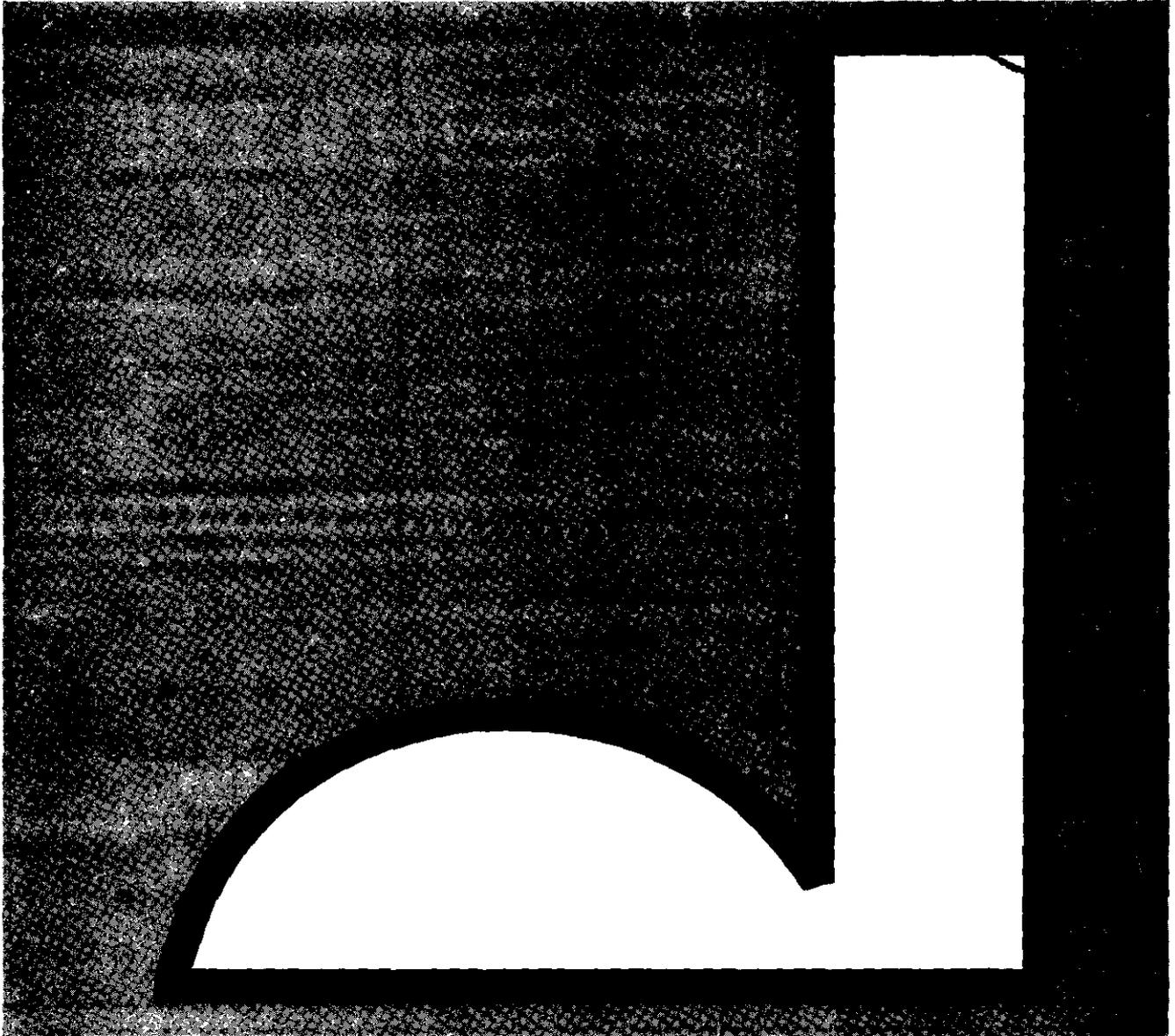




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA**Presidente**

José Samey - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º) Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º) Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Wilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERALImpresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÕES

Nº 12, de 1996, que autoriza o Município de Campinas (SP) a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Campinas (LFTMC), cujos recursos serão destinados à liquidação dos complementos da primeira a quarta parcelas de precatórios judiciais de responsabilidade daquele Município.	04004
Nº 13, de 1996, que concede ao Estado do Paraná autorização para emissão de dívida mobiliária para rolagem dos títulos vincendos no primeiro semestre de 1996, até o limite de 98 % (noventa e oito por cento).....	04005

2 - ATA DA 18ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE MARÇO DE 1996

2.1 - ABERTURA

2.2 - EXPEDIENTE

2.2.1 - Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Srs. Senadores, que altera dispositivos da Constituição Federal..... 04006

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1995, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, e acrescenta Capítulo ao Título II do Livro IV. (Redação final)..... 04007

2.2.2 - Requerimentos

Nº 222, de 1996, de autoria do Senador Nabor Júnior, solicitando a tramitação em conjunto das Proposta de Emenda à Constituição nºs 65 e 5, de 1995. 04008

Nº 223, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, solicitando ao Ministro da Saúde informações que menciona. 04008

Nº 224, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações informações que menciona. 04009

Nº 225, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Banco Central do Brasil, através do Ministro de Estado da Fazenda, informações que menciona. 04009

Nº 226, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento informações que menciona. 04010

Nº 227, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Senhor Procurador-Geral da República informações que menciona. 04010

Nº 228, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião e outros Srs. Senadores, solicitando voto de aplauso ao Superior Tribunal de Justiça, pela decisão de sua 6ª Turma, ao conceder habeas corpus aos sem-terra. 04011

2.2.3 - Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 6, de 1996, de 12 de fevereiro último, do Presidente da Associação Interparlamentar de Turismo, encaminhando ao Senado Federal relatório relativo ao compromisso da Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar junto ao Governo de Cuba, realizado entre os dias 3 e 10 de janeiro de 1996. (Diversos nº 23, de 1996.) 04011

Término de prazo sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1995, que dispõe sobre a destinação adequada das embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como de produtos apreendidos pela ação fiscalizatória, impróprios para utilização e em desuso; aprovado em apreciação conclusiva pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. 04012

Término de prazo sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1995, que dispõe sobre a Organização Sindical e dá outras providências; aprovado em apreciação conclusiva pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. 04012

Término de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 18, de 1996, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas. 04012

2.2.4 - Discursos do Expediente

SENADOR GILVAM BORGES - Gravidade da declaração dada pelo Governador Tasso Je-

reissati, em visita ao Japão, acusando o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, de irresponsável e leviano, face a criação da CPI dos Bancos.....	04012	Nº 232, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro da Fazenda informações que menciona.	04027
SENADORA BENEDITA DA SILVA – Registrando sua participação em ato público, hoje pela manhã, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, contra o trabalho infantil.....	04013	2.2.8 – Comunicações da Presidência	
SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Congratulando-se com o Superior Tribunal de Justiça pela concessão de habeas corpus aos quatro líderes do Movimento dos Sem-Terra, presos desde janeiro em São Paulo, e aos dois foragidos com prisão preventiva decretada. Futura implementação da zona de livre comércio, parte do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa. Posição ambígua da imprensa nacional sobre a CPI do sistema financeiro.....	04016	Recebimento do Ofício nº 12, de 27 de fevereiro último, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte, através do qual declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 1986, bem como do § 5º do art. 1º e do § 2º do art. 3º da Lei nº 1.115, de 1988, ambas do Estado de Santa Catarina.	04028
SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Referências ao pronunciamento do Senador Gilvam Borges, proferido na presente sessão.	04019	Recebimento do Ofício nº S/15, de 1996 (nº 10/96, na origem), de 27 de fevereiro último, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, através do qual declara a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º e seus parágrafos únicos, da Lei nº 6.747/86, bem como do § 5º do art. 1º e do § 2º do art. 3º, da Lei nº 1.115/88, ambas do Estado de Santa Catarina.	04028
SENADOR COUTINHO JORGE – Críticas à postura do Congresso Nacional em relação ao Plano Plurianual 96-99, ainda não apreciado.	04020	Recebimento do Ofício nº S/16, de 1996 (nº 15/96, na origem), de 27 de fevereiro último, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, através do qual declara a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º e seus parágrafos únicos, da Lei nº 6.747/86, do art. 2º da Lei nº 7.588/89, e do art. 10 da Lei nº 7.802/89, ambas do Estado de Santa Catarina.	04028
SENADORA BENEDITA DA SILVA – Morosidade do Ministério da Saúde na aquisição de vacinas contra a hepatite.....	04023	Recebimento do Ofício nº S/17, de 1996 (nº 9/96, na origem), de 6 do corrente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão transitado em julgado, proferido por aquela Corte, através do qual declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 7.588/89, e do art. 10 da Lei nº 7.802/89, ambas do Estado de Santa Catarina.	04028
2.2.5 – Requerimentos		2.3 – ORDEM DO DIA	
Nº 229, de 1996, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional, em data a ser oportunamente marcada, para comemorar os 30 anos da fundação do Movimento Democrático Brasileiro – MDB.....	04026	Requerimento nº 23, de 1996, do Senador Jefferson Peres, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7 e 219, de 1995 – Complementares –, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto. Aprovado.	04028
Nº 230, de 1996, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda à Constituição nºs 5 e 26, de 1995, e 8 e 10 de 1996, por versarem sobre o mesmo assunto.....	04026	Requerimento nº 46, de 1996, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1996, de sua autoria, que acrescenta ao art. 161	
2.2.6 – Ofício			
S/Nº, da Liderança do PPB no Senado Federal, referente à indicação dos nomes dos Senadores da Bancada do Partido Progressista Brasileiro (PPB) para integrarem as comissões permanentes desta Casa.	04027		
2.2.7 – Requerimentos			
Nº 231, de 1996, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo publicado na revista The Economist , transcrito pelo jornal Gazeta Mercantil , edição de 11 de março de 1996, intitulado Bilhões disputam a guerra da água	04027		

do Código Penal § 4º e dá outras providências. **Aprovado. Ao arquivo.**..... 04028

Requerimento nº 47, de 1996, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1996, de sua autoria, que altera os arts. 926, 927 e 928 do Código de Processo Civil e dá outras providências. **Aprovado. Ao arquivo.**..... 04028

Requerimento nº 48, de 1996, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1996, de sua autoria, que altera os arts. 489 e 499 do Código Civil e dá outras providências. **Aprovado. Ao arquivo.**..... 04029

Requerimento nº 60, de 1996, do Senador Geraldo Melo, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 102, de 1993, e 13, de 1996, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto. **Aprovado.**..... 04029

Requerimento nº 112, de 1996, do Senador Joel de Hollanda, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1996 (nº 899/95, na Casa de origem), que altera o art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Aprovado.**..... 04029

Requerimento nº 106, de 1996, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1995, de sua autoria e outros Senhores Senadores, que dá nova redação a dispositivos do Capítulo II, do Título VI, da Constituição Federal. **Aprovado. Ao arquivo.**..... 04029

Requerimento nº 107, de 1996, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1995-Complementar, de sua autoria, que estabelece critérios para a elaboração e avaliação participativa dos documentos de que tratam os incisos I, II, e III do art. 165 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Aprovado. Ao arquivo.**..... 04029

Parecer de plenário em substituição à Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui o Prêmio Ulysses Guimarães, do Mérito Democrático, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 10, de 1995-CN, que institui o Prêmio Ulysses Guimarães, do Mérito Democrático. **Aprovado.**..... 04030

2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 229, de 1996, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**..... 04031

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Solidariedade ao Presidente José Sarney, no episódio da criação da CPI do sistema financeiro. Reunião de Chefes de Estado no Egito. 04031

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Convite para reunião dos signatários do requerimento da CPI do sistema financeiro, a realizar-se hoje, às 17 horas. Registro da realização do seminário sobre a Lei da reforma psiquiátrica, no auditório Petrônio Portella. 04032

SENADOR CASILDO MALDANER – As repercussões políticas da criação da CPI do sistema financeiro. 04033

SENADOR ROBERTO FREIRE, como Líder – Necessidade das reformas da Previdência Social e Administrativa. 04033

SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Solidariedade ao Presidente José Sarney quanto às declarações do Governador do Ceará na questão da CPI do sistema financeiro. 04037

SENADOR IRIS REZENDE – Solidariedade ao Presidente José Sarney, criticado pelo Governador Tasso Jereissati. 04037

SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Busca da eficiência do Poder Público através das reformas à Constituição. Favorável à utilização dos funcionários anistiados da antiga Cobal pelo Inbra. 04037

SENADOR HUMBERTO LUCENA – A grave questão do desemprego no País. 04037

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Decretação de estado de calamidade pública nos municípios de Calçoene e Oiapoque, no Estado do Amapá. 04045

SENADOR IRIS REZENDE – Desgaste do parlamento brasileiro. Preocupação com a difícil situação da população do entorno de Brasília. Relatório de atividades da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no ano de 1995, sob a sua Presidência. 04045

SR. PRESIDENTE – Cumprimentos ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Iris Rezende, pela condução dos trabalhos, apresentados em relatório a ser publicado. 04057

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Preocupação dos empresários de transporte com a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1991, que dispõe sobre regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências, manifestada durante reunião com S. Exª no exercício da Presidência do Senado Federal. 04057

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Críticas ao PFL por não ter indicado os seus membros para constituição da CPI dos Bancos. 04058

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Oportunidade do artigo publicado na revista *The Economist*, transcrito pelo jornal *Gazeta Mercantil*, edição do último dia 11, intitulado Bilhões disputam a guerra da água..... 04059

SENADOR JONAS PINHEIRO – Justificando o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1996, de sua autoria, que define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária, prevista na Constituição Federal, em tramitação no Senado. 04059

SENADOR ERNANDES AMORIM – Deficiência no combate à malária, no Estado de Rondônia, após reforma administrativa, em que a Funasa assumiu as atividades da Sucam..... 04061

2.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

2.4 – ENCERRAMENTO

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Júlio Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 1996

Autoriza o Município de Campinas - SP a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Campinas - LFTMC, cujos recursos serão destinados à liquidação dos complementos da primeira a quarta parcelas de precatórios judiciais de responsabilidade daquele Município.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Campinas - SP autorizado a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Campinas - LFTMC, cujos recursos serão destinados à liquidação dos complementos da primeira a quarta parcelas de precatórios judiciais de responsabilidade daquele Município.

Art. 2º As emissões de títulos referidas no artigo anterior serão realizadas nas seguintes condições financeiras:

- quantidade: 74.331.980 LFTMC;
- modalidade: nominativa-transferível;
- rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;
- prazo: até cinco anos;
- valor nominal: R\$ 1.000,00 (um mil reais) - CETIP; em decorrência desse valor de P.U., as

3 – Discursos pronunciados em sessões anteriores

Do Senador Casildo Maldaner, proferido na Sessão de 7-3-96. 04062

Do Senador Flaviano Melo, proferido na Sessão de 8-3-96. 04066

4 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 225, de 1996 (republicação). 04069

Nºs 281 a 289, de 1996. 04070

5 – MEÇA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

quantidades serão divididas por 1.000 (um mil), de forma a adequar o valor financeiro da colocação;

f) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:*

Data-base	Tipo	Vencimento	Quantidade
1-12-95	P	1-6-1998	24.000.000
1-12-95	P	1-6-1999	24.000.000
1-12-95	P	1-6-2000	26.331.980
Total			74.331.980

g) *forma de colocação:* através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

h) *autorização legislativa:* Lei nº 8.526, de 23 de outubro de 1995, e Decreto nº 9.777, de 20 de janeiro de 1989.

§ 1º Os títulos constantes da alínea e deverão ser registrados na CETIP, sendo as datas-base e as de vencimento passíveis de alteração em função das datas de autorização e registro dos títulos a serem emitidos.

§ 2º As emissões autorizadas por esta Resolução serão efetivadas no exato montante das despesas com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentenças transitadas em julgado, observando-se ainda o disposto no art. 16, § 4º, da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de março de 1996. – Senador **Júlio Campos**, Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Júlio Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1996

Concede ao Estado do Paraná autorização para emissão de dívida mobiliária para rolagem dos títulos vincendos no primeiro semestre de 1996, até o limite de 98,0% (noventa e oito por cento).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Paraná autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFTPR, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária, vencível no primeiro semestre de 1996.

Art. 2º A emissão referida no artigo anterior deverá ser realizada nas seguintes condições financeiras:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, até o limite de 98,0% (noventa e oito por cento) do total vincendo;

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) *prazo*: até um mil e noventa e cinco dias;

e) *valor nominal*: R\$ 1,00 (um real);

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

Título	Vencimento	Quantidade
611096	15-3-1996	299.313.888.984

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

Colocação	Vencimento	Título	Data-base
15-3-1996	15-3-1999	611095	15-3-1996

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 8.212, de 30 de dezembro de 1985, Lei nº 8.914, de 13 de dezembro de 1988, Lei nº 9.058, de 3 de agosto de 1989 e Decreto nº 5.700, de 13 de setembro de 1989.

Art. 3º A autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de março de 1996. – Senador **Júlio Campos**, Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Ata da 18ª Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de março de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Teotônio Vilela Filho, Júlio Campos, Odacir Soares e Eduardo Suplicy

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valladares – Arlindo Porto – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Eptácio Cafeteira – Emandes Amorim – Flaviano Melo – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Alberto de Oliveira – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A lista de presença acusa o comparecimento de .70. Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarou aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 105, DE 1996

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania relativamente à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1995,

de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Srs. Senadores, que altera dispositivos da Constituição Federal.

Relator do Vencido: Senador Romeu Tuma

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em deliberação tomada na sessão do dia 14 de dezembro de 1995, rejeitou o parecer de autoria do ilustre Senador Ademir Andrade, favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1995.

O fundamento da votação contrária residiu, principalmente, no fato de que a Polícia Federal não tem condições estruturais para adicionar ao extenso elenco de suas atribuições a prevenção e a repressão dos crimes de extorsão mediante seqüestro.

Ademais, não pode a sociedade prescindir da atuação dos aparelhos judiciários e policiais dos Estados, para promover a persecução criminal no que tange a essa espécie de delito.

Rejeitado, portanto, o parecer favorável do Relator da matéria, fica também rejeitada, em consequência, a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1995.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 1995. – **Iris Rezende**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Ney Suassuna** – **Ramez Tebet** – **José Fogaça** – **Roberto Freire** – **Júnia Marise** – **Lúcio Alcântara** – **Josaphat Marinho** – **Pedro Simon** – **Jefferson Peres** – **José Eduardo Dutra** – **Bernardo Cabral**.

VOTO VENCIDO, EM SEPARADO, DO SEN. ADEMIR ANDRADE, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

I – Relatório

Encontra-se sob exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1995, que altera dispositivos da Constituição Federal.

Trata-se de emenda constitucional que visa a inscrever, no âmbito da competência da União, a responsabilidade de prevenir, reprimir e julgar os crimes de extorsão mediante seqüestro.

A modificação pretendida é fundada no fato de que tal espécie de crime, não raro, extrapola os limites geográficos de atuação das polícias estaduais, o que dificulta a solução rápida dos delitos cometidos.

Além disso, é indiscutível a sofisticação das técnicas e dos recursos empregados no cometimento dessa espécie de crime. Tal constatação implica a necessidade de que as polícias estaduais estejam aparelhadas, tanto no que tange ao aspecto institucional, quanto no que toca à qualidade e disponibilidade de meios humanos, materiais e organizacionais. Todavia, este aparelhamento, muitas vezes, não existe, o que torna extremamente difícil enfrentar atos de extorsão mediante seqüestro.

II – Do mérito e dos aspectos jurídicos

O *modus operandi* das organizações criminosas evoluiu. A nosso ver, não houve, em termos de aparelhamento, a correspondente evolução dos órgãos policiais. A atuação interestadual das quadrilhas, convém reafirmar, cria dificuldades de competência para que se desenvolvam as investigações. Entraves legais e burocráticos podem pôr a perder semanas de árduo trabalho de policiais honestos que colocam suas vidas em risco para combater a criminalidade.

Colocar essa espécie de ilícito sob a responsabilidade da Polícia Federal mostra-se como opção correta, dada a carência indiscutível de meios para que as polícias estaduais desempenhem satisfatoriamente essa tarefa. A modificação pretendida tem o mérito de engajar um corpo treinado e competente de profissionais no combate a esse tipo de crime. Ademais, a atuação da Polícia Federal expande-se por todo o território nacional, o que permite dar maior eficiência à persecução criminal.

Registre-se, ainda, que os seqüestros visam, em alguns casos, a financiar o tráfico de drogas, atividade criminosa que já é combatida pela Polícia Federal. Aprovada a modificação pretendida, haveria melhores condições para que o órgão em tela pudesse avaliar e reprimir a prática de crimes complexos.

Quanto ao aspecto redacional é conveniente que se aperfeiçoe a ementa da proposição em exame, de vez que não faz menção aos artigos alterados. É também necessário corrigir, na redação final a colocação equivocada de vírgula no texto que modifica o art. 109, inc. VI. registre-se, ainda, que a proposta não faz menção à data de entrada em vigor da emenda sendo necessário, de acordo com a melhor técnica legislativa, incluir um artigo com a cláusula de vigência, já que o texto possui um art. 1º.

III – Conclusão

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1995, observadas as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa da proposta a seguinte redação:

"Altera os arts. 21, 109 e 144 da Constituição Federal."

EMENDA Nº 2-CCJ

Acresça-se à proposta o seguinte artigo:

"Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação."

PARECER Nº 106, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1995.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1995, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, e acrescenta Capítulo ao Título II do Livro IV.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de março de 1996. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Antônio Carlos Valadares, Relator – Odacir Soares – Eduardo Suplicy.

ANEXO AO PARECER Nº 106, DE 1996

Altera dispositivos do Código de Processo Civil, e acrescenta Capítulo ao Título II do Livro IV.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Título II do Livro IV do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, é acrescido do seguinte Capítulo XII, renumerando-se os demais artigos:

CAPÍTULO XII

Do Juízo Homologatório

Art. 1211. Poderão as pessoas capazes de contratar, representadas por seus advogados, requerer ao juiz que homologue, por sentença, o acordo a que chegaram quanto à solução do litígio, ainda extrajudicial.

Art. 1212. O requerimento indicará:

I – o juiz a que for dirigido;

II – os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes, sendo que, no caso de pessoa jurídica de direito privado, além da qualificação de seus

representantes legais, deverá ser juntado o contrato social, devidamente registrado;

III – a exposição dos fatos, instruídos com documentos indispensáveis, quando for o caso;

IV – os termos do acordo a ser homologado por sentença; e

V – a declaração de responsabilidade pelas despesas processuais.

Art. 2º O art. 584 do Código de Processo Civil passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 584.

VI – a sentença do juízo homologatório."

Art. 3º O inciso II do art. 173 do Código de Processo Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 173.

II – a citação, a fim de evitar o perecimento do direito; e bem assim o arresto, o seqüestro, a penhora, a arrecadação, a busca e apreensão, o depósito, a prisão; a separação de corpos, a abertura de testamento, os embargos de terceiro, anunciação de obra nova, os atos do juízo homologatório, e outros atos análogos."

Art. 4º O art. 1.112 do Código de Processo Civil passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art. 1.112.

VII – juízo homologatório."

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 222, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição: nºs 65, de 1995 e 5, de 1995.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. – Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia

oportunamente, consoante o disposto no art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 223, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministro da Saúde, Sr. Adib Jatene, as seguintes informações:

1. Qual a modalidade na qual se enquadrou o processo licitatório internacional para a aquisição de lotes de vacina contra hepatite B, anulada pelo Governo federal em dezembro último? Qual o objeto específico da licitação, incluindo quantidade e especificações técnicas? Quais os prazos estabelecidos para a manifestação dos interessados, para a análise das propostas e divulgação dos resultados?

2. Quais os valores financeiros propostos pelas empresas participantes do processo licitatório? Houve desclassificação de alguma empresa por requisitos técnicos? A proposta vencedora correspondeu a proposta que apresentou o melhor preço para o produto licitado?

3. O que motivou a anulação da licitação em curso? Houve apresentação de recurso por parte de alguma empresa? Houve a percepção de qualquer irregularidade no decorrer do processo? Existe parecer técnico ou jurídico recomendando a anulação da licitação? Em caso afirmativo, solicito cópia do mesmo.

4. A imprensa noticiou a existência de empresa sul-coreana que tem possibilidade de fornecimento das vacinas por preço inferior ao da proposta vencedora. Esta empresa comunicou-se oficialmente com o Ministério, antes ou durante o desenvolvimento do processo licitatório? Qual o teor desta comunicação? Por que a empresa não apresentou proposta nos prazos exigidos pelo edital de licitação?

5. Quais as ações adotadas pelo Ministério, como decorrência da anulação do referido processo licitatório? O adiamento da aquisição destas vacinas trás que conseqüências para os objetivos do Ministério de combate da Hepatite B? Qual o quadro epidemiológico da Hepatite B no Brasil, frente aos principais indicadores internacionais?

Justificação

Recentemente, a imprensa noticiou que o Ministério da Saúde sustou o processo de compra de

vacinas contra Hepatite B, por conta de denúncias de superfaturamento em uma concorrência internacional para aquisição de 20 milhões de doses da vacina.

Consta que o Ministério da Saúde pretendia ampliar seu programa de multivacinação aplicando a vacina contra Hepatite B em todo o País. Sabemos que o Brasil não produz a vacina e que possui um grande número de pessoas já infectadas pelo vírus da Hepatite B, altamente contagioso, que pode levar à morte. Considerando o risco que a população corre com a suspensão da compra das 20 milhões de doses e da vacinação, entendemos ser necessário que o Ministério da Saúde se manifeste para prestar esclarecimentos necessários relativamente à matéria em questão.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. – **Benedita da Silva**, Senadora.

(*À Mesa para decisão.*)

REQUERIMENTO Nº 224, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações:

1 – gastos previstos em 1996 nas áreas de publicidade, patrocínio a atletas e eventos promocionais em geral relativamente a cada uma das empresas-pólo do Sistema Telebras;

2 – gastos previstos em 1996 nas áreas de publicidade, patrocínio a atletas e eventos promocionais em geral relativamente à Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL);

3 – cópia integral do Plano de Comunicação Social (PCS) do Sistema Telebras.

Justificação

O diário Folha de S. Paulo, em sua edição da última terça-feira, 5 de março, em reportagem intitulada Telebras decide gastar R\$80 milhões (em ano eleitoral, holding ligada ao Ministério das Comunicações abre licitações para contratar agências), informa que o Plano de Comunicação Social do Sistema Telebras prevê gastos da ordem de R\$80 milhões em publicidade para 1996. Outros R\$20 milhões devem ser destinados ao patrocínio de atletas.

Sempre de acordo com a matéria da Folha, essas despesas de R\$100 milhões seriam suficientes para instalar mais de 120 mil terminais de telefones. O PCS da Telebras informa que há instalados, hoje,

cerca de 15 milhões e 440 mil telefones, sendo que apenas o Estado de São Paulo acusa uma carência de mais de 1 milhão de linhas.

A orientação do Governo Federal e do Ministério das Comunicações, prossegue o jornal paulista, é de que todas as empresas-pólo, mesmo aquelas que não tinham o hábito de gastar em publicidade, escolham agências para realizar campanhas em 1996.

O que surpreende os especialistas em telecomunicações é que não existe em país algum do mundo um monopólio estatal com despesas tão grandes em publicidade.

Apenas a Telebras que, na qualidade de empresa holding, com funções meramente administrativas e normativas, não opera uma única linha telefônica, foi agraciada com R\$10,8 milhões no PCS.

Outro aspecto que chama a atenção é que a Telesp, subsidiária paulista da Telebras, ficou com R\$18 milhões das verbas (volume de recursos equivalente ao autorizado para a Embratel, que cuida de toda a infra-estrutura e operação dos sistemas de satélites para uso nacional e internacional), no momento que o Ministro das Comunicações é apontado pela imprensa como forte pré-candidato à Prefeitura de São Paulo.

De uma maneira geral, o timing da decisão da Telebras suscitou curiosidade de vez que, desde 1992, ela não escolhe agências publicitárias para promover campanhas em razão dos constrangimentos financeiros a que foi submetida pelos últimos governos.

Diante dessas surpreendentes constatações, entendo de grande relevância para o pleno exercício das atribuições fiscalizadoras conferidas a esta Casa, pela regra contida no inciso X do art. 49 da Lei Maior, o encaminhamento dos elementos informativos que ora requeiro do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. – Senador **Gilberto Miranda**.

(*À Mesa para decisão.*)

REQUERIMENTO Nº 225, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, através do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, a seguinte documentação.

1 – Cópias dos relatórios internos elaborados pela área de fiscalização do Banco Central, bem

como os documentos de autuações, feitas no Banco Nacional, nos últimos dez anos.

Justificação

A proposição em tela foi motivada pelo noticiário de imprensa das três últimas semanas dando conta de sérias irregularidades cometidas por altos executivos de alguns dos maiores e mais tradicionais estabelecimentos bancários do País, envolvendo manipulação de balanços, esquemas de contabilidade paralela (um, ostensivo e falso, destinado a preencher as formalidades de fiscalização do Banco Central; outro, secreto e verdadeiro), empréstimos fictícios com vistas ao falseamento desses resultados contábeis e manipulação de contas fantasmas com base em números de CPFs falsos.

Nesse contexto, destaca-se o espantoso caso do Banco Nacional, que, através desses expedientes, logrou ocultar sua crítica situação real dos fiscais do Banco Central e também dos auditores de uma das mais conceituadas consultorias internacionais do ramo.

Essa generalizada e flagrante incapacidade de fiscalização levanta, agora, sérias e justificadas dúvidas acerca da solidez e da credibilidade de todas as demais instituições bancárias que compõem o Sistema Financeiro, já arranhada pelo Caso Econômico no ano passado.

Diante dessas surpreendentes informações, entendo de grande relevância para o exercício das atribuições fiscalizadoras conferidas a esta Casa pela regra contida no inciso X do art. 49 da Lei Maior, o encaminhamento da documentação que ora requeiro do Banco Central, através do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. – Senador **Gilberto Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 226, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento as seguintes informações:

1 – Dados sobre investimentos de cada uma das empresas estatais federais em 1995 (bimestre por bimestre) e no primeiro bimestre do corrente ano.

2 – Por que no levantamento sobre investimentos das estatais, divulgado no **Diário Oficial** da

União, de 4 de março último as despesas efetuadas por 8 (oito) delas durante todo o exercício de 1995 (itens Inversões Financeiras e Outras Despesas de Capital) foram informadas apenas no último bimestre?

3 – Por que, sempre de acordo com a mesma fonte noticiosa, as empresas Petrobrás, Telegoiás, Telemig, Telesc e Telepar excederam das previsões orçamentárias originais em 154%, 25%, 27,3% 20,5% e 10,6% respectivamente?

Justificação

A proposição em tela tem por objetivo obter esclarecimentos oficiais sobre informações publicadas no diário **Folha de S. Paulo**, de terça-feira, 5 de março de 1996, em reportagem intitulada "Estatais não dizem gastos a Governo".

Segundo o jornal paulista, oito estatais não informaram corretamente seus gastos com investimentos ao Ministério do Planejamento durante o ano passado e quatro delas acabaram por estourar as previsões do Orçamento.

A Falta de informações periódicas sobre os gastos com investimentos prejudica o controle bimestral feito pela Secretária de Coordenação das Empresas Estatais (Sest) daquele ministério.

Além das empresa citadas no item 3 acima, outras três estatais enviaram seus dados somente no último bimestre do ano passado: Telebrás, Embratel e Telesp.

A Telesc, por exemplo, informou 38% dos seus gastos apenas no último bimestre de 1995.

Ainda de acordo com a **Folha**, no passado, 20 (vinte) empresas estouraram as verbas previstas seus gastos, 12 (doze) das quais pertencem ao setor de comunicações.

Com isso, a capacidade da área econômica do governo federal de controlar os gastos públicos e a dívida interna fica inevitavelmente comprometida.

Diante dessas surpreendentes revelações, entendo de grande relevância para o plano das atribuições fiscalizadora conferidas a esta Casa, pela regra contida no inciso X do art. 49 da Lei Maior, o encaminhamento dos subsídios informativos que ora requeiro do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. – Senador **Gilberto Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 227, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, e 217 do Regimento Interno do

Senado Federal, seja solicitada ao Senhor Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, a seguinte documentação:

- 1 – planilhas atualizadas dos custos projetados totais da construção da nova sede nacional da Procuradoria-Geral da República;
- 2 – plantas do referido projeto arquitetônico;
- 3 – Comprovante dos horários pagos ao escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, responsável pelo projeto.

Justificação

A proposição em tela tem por objetivo obter dados oficiais sobre os custos envolvidos no projeto e nas futuras obras de fundação e de construção da nova sede nacional da Procuradoria-Geral da República.

De acordo com reportagem publicada no jornal **O Globo**, de 7 de março último (1^o caderno, p. 9), o projeto assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, teria custado R\$1,8 milhão (hum milhão e oitocentos mil reais), o equivalente a 3% (três por cento) do valor estimado da obra, orçada em R\$60 milhões (sessenta milhões de reais). Notícia ainda o diário carioca que a nova sede deverá ser erguida nos próximos cinco anos, num terreno de 40 mil metros quadrados, perto do complexo do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Sempre segundo **O Globo**, o projeto, concluído no início do ano, consiste em dois prédios circulares interligados, totalizando uma área construída de 60 mil metros quadrados. Um dos prédios será destinado aos gabinetes do Procurador-Geral e dos subprocuradores. Cada gabinete terá 125 metros quadrados, com área privativa e recepção. Atualmente, o Ministério Público conta com 44 subprocuradores, mas a futura sede foi projetada para acomodar número maior, para o caso de um aumento. Pelo projeto, o segundo bloco será ocupado pelo pessoal de apoio administrativo.

E prossegue a matéria: Sem sequer ter sido iniciada a construção da nova sede já é motivo de muita polêmica e contrariedade no Ministério Público. Alguns procuradores consideram que não há necessidade de uma nova e suntuosa sede, uma vez que em 1994 já fora aprovado um projeto de ampliação do atual prédio de 15 mil metros quadrados, localizado na Avenida L-2 Sul. O primeiro projeto, de ampliação, fora encomendado pelo ex-Procurador Aristides Junqueira, ao custo de R\$40 mil (quarenta mil reais). O atual preço, somando o trabalho de Niemeyer e os projetos de engenharia e fundação, che-

ga a R\$2,8 milhões (dois milhões e oitocentos mil reais). Esse valor será pago em parcelas.

Diante dessas surpreendentes revelações e considerando que o Ministério Público tem o compromisso sagrado de dar exemplo de austeridade administrativa de modo que possa, livre de quaisquer constrangimento e incorências, zelar pelo íntegro, correto e econômico desempenho das demais esferas do Poder Público, sobretudo no que tange à utilização dos recursos produzidos com o labor e o suor do cidadão-contribuinte num país marcado por gritantes deficiências em todos os indicadores de bem-estar e desenvolvimento social, entendo de grande relevância para o pleno exercício das atribuições fiscalizadoras conferidas a esta Casa, pela regra contida no inciso X do art. 49 da Lei Maior, o encaminhamento dos subsídios informativos que ora requeiro da Procuradoria-Geral da República.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. – Senador **Gilberto Miranda**.

(*À Mesa para Decisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 228, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de aplauso ao Superior Tribunal de Justiça, pela decisão de sua 6^a Turma, ao conceder **habeas corpus** aos sem-terra, presos e com prisão preventiva decretada, demonstrando, desta forma, com clareza, a sensibilidade social da Justiça brasileira.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. – **Roberto Requião – Osmar Dias – José Eduardo Dutra – Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Nos termos do art. 222, § 1^o do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência recebeu do Presidente da Associação Interparlamentar de Turismo, o Ofício nº 6, de 1996, de 12 de fevereiro último, encaminhando ao Senado Federal relatório relativo ao compromisso da Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparla-

mentar junto ao Governo de Cuba, realizado entre os dias 3 e 10 de janeiro de 1996. (Diversos nº 23, de 1996)

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1995, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que dispõe sobre a destinação adequada das embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como de produtos apreendidos pela ação fiscalizatória, impróprios para utilização e em desuso; e

- Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que dispõe sobre a Organização Sindical e dá outras providências.

As matérias foram aprovadas em apreciação conclusiva pela Comissão de Assuntos Sociais.

Os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 18, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.

O SR. GILVAM BORGES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, assisti pela televisão uma entrevista do Governador do Estado do Ceará, Tasso Jereissati, que, diante da gravidade da declaração, me deixou muito preocupado. De forma aberta, rasteira, o Governador do Ceará atacou o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, acusando-o de irresponsável e leviano. Tudo isso em função dos últimos acontecimentos, ou seja, o pedido da instalação da CPI dos bancos.

Sr. Presidente, a Nação, melhor do que qualquer testemunha, conhece o perfil, o trabalho e a vida do Senador José Sarney. São 50 anos de vida pública. Em um dos meus primeiros pronunciamen-

tos, eu dizia que o Governo estava muito bem servido, por ter, na Presidência do Congresso Nacional, um homem da experiência, da responsabilidade, do compromisso com a Nação brasileira e da vivência do Presidente Sarney.

Irresponsável e leviana foi essa declaração do Governador do Estado do Ceará, que integrava a Comitativa Presidencial em Tóquio. Isso é complicadíssimo, pois, no momento em que se procura passar a limpo as pendências, fazer as reformas necessárias ao País, a cúpula que assessora o Presidente da República, dentro de um projeto de poder, tenta, hoje, denegrir e sabotar a imagem do Presidente desta Casa.

Sr. Presidente, é sabido por todos que a **Gazeta Mercantil**, do dia 13 de março, se não me engano, publicou uma matéria, assinada por Maria José Quadros, intitulada: "Calmon vende fábricas da Coca para Jereissati". O Banco Central autorizou o negócio, que monta a R\$90.000.000,00, entre o Governador e o proprietário do Banco Econômico, cujo patrimônio está indisponível.

A nós interessa a transparência do processo e o Presidente desta Casa não teve a participação de que tentam acusá-lo. Ele foi abordado por Senadores de vários Partidos, dentro de uma articulação política, e não poderia fazer nada além de cumprir o Regimento Interno da Casa.

Sr. Presidente, preocupo-me bastante porque, de certa forma, estamos recebendo uma abordagem por parte do Governo numa tentativa de confronto e isso não é bom para o País. Temos certeza que, a partir das declarações vindas das autoridades públicas que estão no comando, como o Presidente do Congresso, Senador José Sarney, e o Presidente da República, teremos um divisor de águas.

Como se prega a tranquilidade no País? Há dois anos, Sr. Presidente, o País vem navegando no mar da tranquilidade política, sem confronto das instituições, salvo alguns choques rotineiros e, agora, há um convite por parte do Governo para um confronto com o Congresso Nacional. O Presidente Sarney é Presidente do Congresso e, como tal, não poderia deixar de cumprir com o seu dever, acatando as sugestões e o posicionamento dos Srs. Senadores.

Solicito, Sr. Presidente, a transcrição nos Anais desta Casa de matéria sobre o negócio que foi realizado, com autorização do Banco Central, pelo Sr. Tasso Jereissati, Governador do Ceará. Digo ainda mais, Sr. Presidente, que a parte do Governador, lá em Tóquio, já foi garantida através de um convênio assinado com o governo japonês para o metrô do Ceará.

Não sei mais o que há por trás disso tudo. Sei que só teme quem deve.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Senador Gilvam Borges, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. GILVAM BORGES - Sr. Presidente, acatando a determinação da Presidência e o Regimento da Casa, encerro, comprometendo-me a retornar a esta tribuna para uma manifestação mais detalhada sobre esse assunto.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GILVAM BORGES EM SEU DISCURSO:

CALMON VENDE FÁBRICAS DA COCA PARA JEREISSATI

BC dá sinal verde para o negócio, de R\$90 milhões

por Maria José Quadros, de Salvador

O Banco Central já deu o sinal verde para o que será o primeiro negócio com empresas do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá. Dentro de aproximadamente 60 dias, de acordo com a expectativa das partes envolvidas, deverá ser fechada a venda das três fábricas da Coca-Cola do patrimônio familiar de Calmon de Sá ao grupo Tasso Jereissati, do governador do Ceará, numa operação que monta a R\$90 milhões.

Interventor acompanha conversações entre Calmon e Refrescos Cearenses

As conversações nesse sentido estão-se desenvolvendo entre a Refrescos Cearenses - franqueada da Coca-Cola de propriedade de Tasso Jereissati - e o próprio Calmon, tudo com acompanhamento do interventor do BC no Econômico, Flávio Cunha, já que os bens do ex-banqueiro estão disponíveis. Os recursos apurados com o negócio irão para a Aratur Seguros, holding das empresas de Calmon de Sá, que está sob intervenção.

O interventor já comunicou o interesse de Jereissati ao BC, que deu resposta positiva. O fechamento do negócio está dependendo da conclusão das auditorias fiscal e jurídica que vêm sendo realizadas nas três fábricas, conforme disse ontem o diretor-presidente da Refrescos Cearenses, Nilo Sérgio.

Para comprar as fábricas, o grupo Tasso Jereissati pretende associar-se a investidores estrangeiros. Nilo Sérgio contou que vêm sendo realizadas negociações com vários fundos de investimentos norte-americanos, mas até agora nada teria sido resolvido em definitivo.

Se realmente adquirir as fábricas de Calmon de Sá, o grupo do governador Tasso Jereissati passará a controlar a fatia maior do mercado de Coca-Cola no Nordeste. Com duas fábricas - na região metropolitana de Fortaleza e em Natal - a Refrescos Cearenses reina absoluta nos mercados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

As fábricas baianas em negociação - duas da Refrigerantes da Bahia, em Salvador e Feira de Santana, e outra no município de Ibicarai - respondem por 80% do consumo do estado, ficando 20% restante com as unidades localizadas nos municípios de Barreiras e Vitória da Conquista, pertencentes ao grupo Aragão, do Piauí.

Negociações com Jereissati são anteriores à intervenção do Banco Central no Econômico

No ano passado, as três fábricas de Calmon de Sá produziram juntas 21 milhões de caixas de Coca-Cola, sendo superadas apenas pelo congêneres de Jereissati, instalada em Fortaleza, que registrou uma produção de 23 milhões de caixas.

Os entendimentos entre Jereissati e o ex-presidente do Econômico remontam a muito antes da intervenção no banco, ocorrida em agosto último. Em 1991, eles já estudavam a formação de uma sociedade no segmento de refrigerantes, com a participação do empresário Albano Franco, atual governador de Sergipe e dono da Refrescos Guararapes, com franquia da Coca-Cola em Pernambuco e na Paraíba.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, hoje, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, participei de um ato público contra o trabalho infantil, cujo objetivo é a inclusão deste tema como prioridade na agenda do Congresso Nacional.

O ato foi promovido pelo núcleo da Bancada do Partido dos Trabalhadores pela Erradicação do Trabalho Infantil; pela Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal; pela Contag; pelo Inesc e pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Estamos buscando fazer com que a Convenção nº 138, da OIT, considerada inconstitucional num parecer dado por esta Casa, possa ser alvo da atenção do Governo Federal, para uma nova Mensagem, porque não podemos conviver com essa situação.

A Organização Internacional do Trabalho considera ser "difícil encontrar, no Brasil, uma mercadoria na cadeia produtiva que não tenha a mão de uma criança". Manifestamo-nos contrários a essa situação e gostaríamos, Sr. Presidente, que fossem registradas na íntegra as estatísticas impressionantes sobre a realidade, elaboradas pelas entidades que promoveram o ato, bem como o trabalho do Núcleo da Bancada do Partido dos Trabalhadores pela Erradicação do Trabalho Infantil.

Muito obrigada.

TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil é um fenômeno em expansão no mundo inteiro que rouba a possibilidade de meninos e meninas sonharem e serem crianças. No Brasil, as crianças começam a trabalhar cada vez mais cedo, aos 5, 6 anos de idade. Em muitos casos, se vê obrigada a assumir o papel de chefe de família, em função do desemprego dos pais ou na ausência destes.

Para as crianças pobres, não existe infância, com suas brincadeiras, fantasias e sonhos. O que existe são crianças sem infância, que representam a alarmante cifra de 7,5 milhões de crianças trabalhadoras, sendo que mais de 3 milhões com idade entre 10 e 14 anos e 4,5 milhões de adolescentes com idade entre 14 e 17 anos. Levantamentos apontam que, no campo, crianças a partir de 5 anos já começam a trabalhar, somando outros milhões que não aparecem nas estatísticas, comprometendo, assim, sua saúde, educação e, principalmente, seu futuro.

Estas crianças e adolescentes abandonam os estudos para ajudar os pais no sustento da casa. São filhos de desempregados ou subempregados, que ganham menos de um salário mínimo por mês.

Há uma engrenagem perversa por trás disso tudo. Os salários dos adultos são baixos; as crianças trabalham para aumentar a renda das famílias. É uma mão-de-obra desprotegida, que não se organiza em sindicatos, não reivindica. E que não pode contar nem com a família. A pressão da luta pela sobrevivência obriga os pais a contarem com o trabalho dos filhos.

Diante desta realidade, o Espaço Cultural da Câmara dos Deputados sedou hoje, dia 13-3-96, ato público contra o trabalho infantil, cujo objetivo é a inclusão deste tema como prioridade na agenda política do Congresso Nacional.

O ato foi promovido pelo Núcleo da Bancada do Partido dos Trabalhadores pela Erradicação do Trabalho Infantil, Central Única dos Trabalhadores

do Distrito Federal, Contag, Inesc e Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

As lavouras de cana-de-açúcar e sisal, os setores calçadistas e fumageiro, bem como as pedreiras e carvoarias são os maiores responsáveis pelo recrutamento da mão-de-obra infantil.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera ser difícil encontrar, no Brasil, uma mercadoria na cadeia produtiva que não tenha a mão de uma criança.

Importante destacar o aspecto cultural que envolve a questão do trabalho infantil, pois a população em geral e as famílias em particular tendem a considerar que o trabalho enobrece, o trabalho engrandece, numa tentativa de justificar a necessidade do trabalho precoce, esquecendo-se de ressaltar que nem todo trabalho enobrece, enaltece ou engrandece. Principalmente o trabalho de crianças, que estão fora da escola trabalhando em regime de escravidão.

As estatísticas são impressionantes:

- * 1.280.000 crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos trabalham na agricultura, sendo que mais de 59% trabalham mais de 40 horas semanais;

- * 57,8% destes jovens não são remunerados pelo seu trabalho (o pagamento está embutido na remuneração dos pais);

- * 67,1% dos que estão entre 15 e 17 anos trabalham sem carteira assinada;

- * 1.400.000 crianças que trabalham têm menos de 4 anos de instrução escolar.

!nas fábricas de calçados de São Paulo e Rio Grande do Sul, crianças trabalham mais de 8 horas diariamente, em ambientes fechados, aspirando o pó das lixadeiras, cola de sapateiro, além do barulho das máquinas, para receberem R\$50,00 mensais.

Nas carvoarias do Mato Grosso e Minas Gerais crianças trabalham em jornadas de cerca de 13 horas, expostas à fumaça, sofrendo de tosse, conjuntivite, manchas pelo corpo, complicações pulmonares. Trabalham em troca de comida.

As crianças que trabalham em canaviais, atividade considerada pelos médicos como a mais penosa, têm a pele rachada pelo sol, cortada pela folha da cana, mutilações provocadas pelo facão e foice. Cumprem jornadas de 12 horas, com salário em média de 3 reais por semana.

Os jovens que trabalham nas plantações de sisal, no interior da Bahia, entram em contato com as folhas pontiagudas do sisal e com seu suco muito ácido, provocando cegueiras e feridas em pernas e braços. Muitas sofrem de asma e nada recebem como pagamento, apenas ajudam os pais.

Pela gravidade dos fatos, não podemos mais nos referir apenas às crianças abandonadas, aos meninos e meninas de rua. É preciso aprofundar ainda mais a concepção de criança sem infância, demonstrando as várias faces de um mesmo processo de supressão da infância.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
A SRA. BENEDITA DA SILVA EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

**APRESENTAÇÃO DO NÚCLEO DA BANCADA
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**

Em todo o País, os dados sobre a exploração do trabalho infantil são estarrecedores. Hoje, no Brasil, cerca de 3 milhões de crianças estão no mercado de trabalho, com longas jornadas diárias, em atividades perigosas e insalubres.

Mais uma vez, no Nordeste o quadro configura-se ainda pior: a maior concentração do trabalho infantil está na região: 49,2% (das quais 521.000 na faixa de 10 a 14 anos). Os empregos ocupados por estas crianças são todos de alto risco: em Alagoas 50 mil crianças entre 6 e 13 anos trabalham no corte de cana. Na Bahia, nos mais de 100 municípios onde é cultivado o sisal, estima-se que das cerca de 1 milhão de pessoas que vivem desta cultura, 25% são crianças. Deste número, já existem centenas que têm os dedos e as mãos mutiladas pelas máquinas que cortam o sisal.

Conforme dados da própria ONU, hoje, já são cerca de 200 milhões o número de crianças que estão no mercado de trabalho em todo o mundo. O que as investigações vêm demonstrando, nos diferentes países, é que a questão da exploração do trabalho infantil está ligada não a eventuais empregadores inescrupulosos, mas a uma política econômica expressa nos chamados Planos de Ajuste Estrutural propostos pelas instituições internacionais.

Verifica-se que o movimento geral é que, ao desemprego e desregulamentação da atividade dos pais, propõe-se a regulamentação da exploração de seus filhos.

Conforme o sociólogo José de Souza Martins, que reuniu pesquisas sobre o trabalho infantil, nas diferentes regiões do Brasil, os flagrantes mostram, que, onde quer que o observador mergulhe, vai encontrar os efeitos do mesmo processo, que é o da supressão da infância, em nome dos interesses e da lógica de uma opção política de desenvolvimento econômico, que mutila no berço aqueles que poderiam um dia construir a sociedade nova.

Pela gravidade dos fatos, não é mais possível se falar apenas em crianças abandonadas. É preciso introduzir a concepção mais ampla e mais questionadora de criança sem infância. De fato, esses dados demonstram várias faces de um mesmo processo, que é o da supressão da infância na periferia do mundo moderno.

A incorporação precoce do braço infantil ao processo de trabalho, para nele substituir o adulto se dá por que, apesar de barato, ele tornou-se caro nos termos da lógica cerrada de acumulação sem limite e sem escrúpulos. Hoje o filho criança desemprega o pai adulto, porque seu trabalho é mais barato. Ou ainda em outra situação, o filho criança completa com seu trabalho, o salário do pai, porque o que esse recebe é insuficiente para sustentar a família.

A infância está sendo transformada em sucata, de vários modos. Multidões de imaturos estão tendo sua idade adulta convocada antecipadamente, de modo que o tempo de ser criança está sendo ocupado amplamente pelo tempo do adulto, do trabalho, da exploração, da violência. Este fato põe toda sociedade em perigo, porque lança gerações inteiras, prematuramente, num modo de vida adulto.

O adulto precoce mutila a sociedade inteira, mata o sonho e a esperança e antecipa cruelmente o futuro como momento de carência e brutalidade sem remédio. A supressão da infância não é temporária... Ela se insere no complicado e perigoso processo de ampliação forçada do chamado exército industrial de reserva, que torna descartável e sem esperança parcelas amplas da humanidade. (Martins. *O Massacre dos Inocentes*. Hucitec, 1991. Pág. 15.)

Do ponto de vista dos poderes públicos, há uma situação de convivência, e, em muitos casos, de incentivo à exploração do trabalho infantil. É assim que sucessivas denúncias de emprego de mão-de-obra infantil, muitas vezes em regime de semi-escravidão ou escravidão, não resultam em qualquer punição dos responsáveis.

O Partido dos Trabalhadores está convencido que somente a reação decidida da sociedade pode levantar uma barreira contra essa devastação da infância, contra esse moderno massacre dos inocentes. E é por isto que o Partido resolveu criar este Núcleo da Bancada do PT pela Erradicação do Trabalho Infantil.

É preciso ter coragem para apontar e responsabilizar os que se beneficiam e estimulam esta situação. É imprescindível que nós parlamentares nos integremos a este trabalho.

O núcleo da bancada do Partido dos Trabalhadores pela Erradicação do Trabalho Infantil tem

como objetivo principal ser uma instância, junto com as frentes parlamentares desta Casa que cuidam dos temas relacionados à infância, aqui tão bem representadas pelas Deputadas Marilu Guimarães e Rita Camata, que abra espaços na agenda política desta Casa, para que o tema da supressão da infância seja debatido aqui com a profundidade e seriedade que merece. É preciso que todos nós nos empenhemos para que o Congresso Nacional inclua definitivamente a Erradicação do Trabalho Infantil na sua agenda política.

O Partido dos Trabalhadores conta com todos nós para levarmos adiante esta tarefa, sabendo que este é somente o primeiro de uma série de atos que precisamos fazer para alcançar, ao lado com as outras entidades e personalidades que se preocupam com o tema, sucesso nesta empreitada.

Muito obrigado,

Deputados José Pimentel, Hélio Bicudo, João Fassarela, Miguel Rosseto e Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero iniciar o meu pronunciamento, nesta tarde, associando-me aos Senadores que, ontem, se congratularam com o Superior Tribunal de Justiça, mais precisamente a 6^a Turma, que concedeu o **habeas corpus** à trabalhadora rural, Diolinda, e aos demais integrantes do grupo dos sem-terra que estavam detidos.

Entendo que essa decisão muda o rumo da política agrária no País, haja vista as declarações, muito lógicas e claras, dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, atestando que o Brasil não tem uma política agrária séria e que, portanto, o Movimento dos Sem-Terra - não disseram -isso textualmente, mas, em outras palavras, deram a entender - é justo.

Portanto, minhas congratulações, tanto aos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, quanto aos sem-terra que estavam detidos e que foram liberados.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, entre os temas que pretendo abordar na tarde de hoje está o da relação, cada vez mais próxima, que começa a existir entre o Amapá e a Guiana Francesa e, mais precisamente, entre o Brasil e a França.

Antes de entrar no tema, registro a presença, na tribuna de honra desta Casa, do 1^o Secretário da Embaixada Francesa no Brasil, Sr. Jerome Champagne, que muito nos honra, neste momento, assistindo à sessão plenária do Senado da República.

A fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, conforme já me referi em outros momentos nesta Casa, constitui-se na maior fronteira física entre o Mercosul e a União Européia, ou basicamente a única fronteira de contato, de interface, ao longo do rio Oiapoque, com 600 quilômetros de extensão, sendo ainda a maior fronteira terrestre da França com outras nações.

Isso já seria suficiente para que os Governos do Amapá e da Guiana Francesa pudessem estabelecer uma cooperação que viesse a beneficiar os povos que vivem na região, superando os problemas atinentes à migração irregular, clandestinidade, garantindo a legalidade do trânsito dos brasileiros que procuram a Guiana Francesa em busca de trabalho e de uma remuneração mais justa.

Seria, portanto, necessário que os governos dessas duas representações estaduais - na França, como é dito, de departamento - pudessem sentar à mesa e discutir projetos de cooperação mútua.

Em 1991 o Senador George Ortly, representante da Guiana Francesa no Parlamento francês, esteve no Amapá propondo iniciativas no sentido de que o Amapá e a Guiana Francesa buscassem caminhar juntos na busca de soluções para os problemas regionais.

Infelizmente, na época, o Governador em exercício, Sr. Annibal Barcellos, não deu resposta às autoridades francesas e o assunto ficou praticamente em hibernação durante todo o governo anterior. Com a posse do Governo Capiberibe, com a nossa eleição - inclusive, já durante a disputa eleitoral, a nossa coligação apresentava, dentro da proposta de um programa de desenvolvimento para o Estado do Amapá, o estabelecimento de uma relação de trabalho, de cooperação entre o Amapá e a Guiana Francesa -, este tema teve eco dentro da população do Estado do Amapá, e, hoje, já é, praticamente, um fato concreto.

Estive, em companhia do Governador do Estado, de autoridades e empresários do Amapá, na Guiana Francesa, em novembro do ano passado, iniciando este processo de integração, ou melhor dizendo, retomando a iniciativa dos franceses que estiveram no Amapá, em 1991. Fomos muito bem recebidos pelas autoridades francesas da Guiana Francesa, pelo Prefeito de Caiena, pelo Presidente do Conselho Regional, pelo Presidente do Conselho Municipal e também pudemos, naquela oportunidade, participar de um Congresso Médico da Região Amazônica, do qual participavam médicos de quase todos os países que constituem a Amazônia. Tive-

mos encontros com empresários franceses que moram em Caiena, e, ali, então, começou-se a estabelecer uma estratégia que pudesse evoluir até a assinatura de convênios, de contratos e de acordos de cooperação mútua.

Em janeiro de 1996, tive a oportunidade de visitar, desta vez, a França, em companhia do Governador do Estado do Amapá, o Governador João Alberto Rodrigues Capiberibe e de uma equipe de técnicos, em busca da consolidação dessa proposta. Tivemos um tratamento de alto nível, dispensado pelas autoridades francesas, por ministros, por diretores de departamentos, por diretores de instituição de pesquisa. Mantivemos contatos também com duas importantes instituições de pesquisa na França, que se propõem a contribuir com o Amapá na pesquisa da biodiversidade amapaense, incluindo principalmente toda a Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também tivemos a oportunidade de visitar a Bélgica. Fomos recebidos no Parlamento Europeu por autoridades de várias nações da Europa. Ali, mais uma vez, o Governador do Estado teve a oportunidade de fazer conferência, apresentando o Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Amapá.

Posso afirmar, neste momento, que fomos extremamente bem-sucedidos tanto na França quanto no Parlamento Europeu. A proposta de desenvolvimento sustentável do Amapá provocou, na Europa, nas autoridades européias, um impacto muito grande. E, para nossa satisfação, a proposta de convênios, de acordos, evoluiu bastante.

Esperamos que, em breve, Amapá e Guiana Francesa possam, de fato, estabelecer essa integração. Como disse no começo desse discurso, muito beneficiará a população das duas regiões.

Quero, nesta oportunidade, agradecer também o empenho que a Embaixada da França no Brasil, por meio do Embaixador Philippe Lecoutier e sua equipe, fez para que essa cooperação fosse efetivada.

Eu gostaria de agradecer, também, o empenho do Itamaraty, fazendo menção especial ao empenho do Embaixador Joaquim Junqueira, diretor do Departamento da Europa no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, pelo muito que tem realizado para a concretização dessa cooperação. S. Ex^a, que futuramente deverá estar representando o Brasil na Embaixada do México, assegurou-nos que a região fronteira do Amapá com a Guiana Francesa poderia constar como um dos pontos de prioridade dentro do acordo-quadro, que vai ser assinado pelo Presi-

dente Fernando Henrique Cardoso e pelo Presidente Jacques Chirac, em maio próximo.

Já está estabelecida a negociação entre os Ministérios de Relações Exteriores do Brasil e da França, havendo, já, concordância quanto a esse aspecto. Falta, apenas, a decisão final do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, temos certeza, será plenamente favorável.

Asseguro, ao concluir este tema que escolhi para proferir hoje, que o Amapá e a Guiana Francesa, ou seja, a fronteira que se estabelece ao longo do rio Oiapoque, como interface entre o Mercosul e a União Européia, será um dos sustentáculos da futura zona de livre comércio a ser implantada entre o Mercosul e a União Européia. Nós, amapaenses, estamos dispostos a contribuir nesse processo e, para nossa satisfação, as autoridades francesas pensam da mesma forma. Portanto, se há vontade política de esta fronteira, de forma efetiva, participar da globalização da economia, esse será um dos pontos de apoio da participação do Brasil na globalização da economia. Não há muita dificuldade para que isso, no futuro, se torne um fato concreto.

Daí por que, mais uma vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar os nossos sinceros agradecimentos às autoridades francesas pela boa acolhida fora do Brasil bem como às que nos prestigiam, hoje, aqui, na Tribuna de Honra do Senado da República. Eu gostaria de dizer que estamos com as portas abertas para recebê-las bem como os empresários franceses, os pesquisadores dos institutos de pesquisa da França, as ONGs francesas que, inclusive, manifestaram o desejo de, em breve, visitarem o Amapá. Estamos de braços abertos à espera dessas visitas.

Quero, também, agradecer a recepção que o Embaixador da França vai conceder a Parlamentares do Amapá e ao Governador do nosso Estado, amanhã, na Embaixada da França. É uma satisfação muito grande comparecer àquele evento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema suscitado da CPI do Sistema Financeiro tem trazido grandes revelações, até surpreendentes para nós. Observamos uma posição dúbia da imprensa nacional, principalmente dos comentaristas econômicos a respeito da instalação da CPI. Isso nos deixa um tanto perplexos, porque a mesma imprensa que, há algum tempo, cobrava deste Senado a instalação de uma CPI para investigar as denúncias de irregularidades do Sivam, agora, acusa o Senado da República de estar sendo manipulado por outros interesses ao pretender insta-

lar uma CPI para investigar irregularidades no Sistema Financeiro.

Neste momento, entendo que a imprensa deveria estar solidária aos Senadores que assinaram o requerimento de CPI e não atacando, de forma grosseira e irresponsável, os Parlamentares do Senado da República, como fez a coluna de Zózimo de **O Globo**, de sexta-feira, 08 de março. Na sua coluna, intitulada **Ameaça ao Plano Real**, ele agride de forma mesquinha o Senador Antonio Carlos Valadares, que tomou a iniciativa de pedir a instalação da CPI. Diz ainda que S. Ex^a é um obscuro Senador de um pequeno Estado brasileiro, como se aqui no Senado não estivesse garantida a igualdade da representatividade, exatamente para garantir o equilíbrio federativo.

Agride mais à frente o Estado que represento, o Amapá, ao mencionar - manifestando já uma agressão ao Presidente desta Casa, Senador José Sarney - que o que diferencia Sarney de Fernando Henrique Cardoso é que este representa o Brasil, enquanto que aquele representa o Amapá. Como se todos nós aqui nesta Casa não representássemos a República.

Em função deste artigo agressivo de Zózimo, vou ler o discurso que preparei para que fique registrado nos Anais desta Casa:

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, à época da posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um jornalista perguntou ao candidato a ministro Gustavo Krause de que maneira FHC governaria. Ele respondeu: - Através da midiocracia, ou seja, através da mídia.

O Congresso Nacional e a imprensa, de um modo geral, têm uma função afim: a fiscalização do Poder Público, seja ele qual for. Um Congresso forte e uma imprensa independente são ingredientes indispensáveis à consolidação de qualquer processo democrático. No Brasil, no entanto, freqüentemente, a imprensa costuma sugerir para a sociedade que o Congresso Nacional não tem o devido compromisso com a construção de uma sociedade melhor, descredibilizando-o conseqüentemente.

A nota "Ameaça ao Plano Real", na coluna do jornalista Zózimo, do dia 8 de março, no jornal **O Globo**, parece sintetizar essa idéia. Nela, o jornalista vomita preconceitos travestidos de notícias. Em sua infeliz análise, Zózimo afirma que a CPI do Sistema Financeiro é obra de um obscuro Senador por Sergipe e de um invejoso e manobrista Senador pelo Amapá, numa referência desrespeitosa aos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Sarney.

Para o jornalista, o Senado articulou a primeira ameaça concreta contra o Plano Real, como se a nossa intenção fosse enfraquecer o plano econômico do Governo e não o de desempenhar o papel para o qual fomos eleitos.

Infelizmente, muita gente ainda não está acostumada a conviver com os institutos da democracia, comportando-se como um raivoso cão de guarda daquilo que considera seu quinhão na estrutura de poder. É melhor que o Zózimo concentre-se em suas notinhas sociais e deixe de tentar intimidar e ofender o Congresso Nacional, explicitando seu bairrismo preconceituoso contra tudo e todos que não representem seus interesses políticos, sociais e regionais.

Na capciosa conclusão de sua nota, o colunista compara a inflação mensal do período Sarney com a atual e diz: - "O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito em primeiro turno por maioria absoluta exatamente para promover as reformas do Estado e não para dar seqüência à política secular de governar ao sabor das pressões e dos interesses dos lobbistas. Não custa lembrar que, por isso mesmo - afirma Zózimo -, Fernando Henrique Cardoso representa o Brasil e José Sarney representá o Amapá". Como se o Amapá estivesse remando contra os interesses nacionais. Nosso povo é honrado, trabalhador e luta, isto sim, contra a discriminação e o desprestígio a que estão condenados os pobres dentro do contexto da política e da mídia do Brasil.

O colunista tem a obrigação de saber que todos os Senadores desta Casa foram eleitos também para fiscalizar o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O que é absolutamente normal dentro do processo democrático. O Amapá, ao contrário do que sugere Zózimo, faz parte deste País e tem representantes dispostos a defendê-lo, inclusive das ofensas irresponsáveis de colunistas fantasiados de comentaristas políticos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Concedo o aparte ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Nobre Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a tem toda razão em repudiar o comentário desse jornalista mal intencionado, mal informado que está a serviço do poder, haja vista que a Nação brasileira, sacudida como foi pelos vários escândalos financeiros - notadamente o do Banco Nacional -, não ficou omissa, de maneira alguma, e reclamou do Congresso Nacional uma providência enérgica para que tais fatos não voltem

a acontecer em nosso meio. Como V. Ex^a referiu, antes da criação da CPI nos cobraram, a Senadores e Deputados, a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para as averiguações necessárias. Os Senadores, imbuídos dos mais sérios propósitos, se reuniram e assinaram requerimento que, por coincidência, foi de minha autoria, mas poderia, muito bem, ser da autoria de um Senador pelo Amapá - como V. Ex^a, que tem conduta e comportamento dignos nesta Casa. Pois bem, no instante em que atendemos aos apelos do povo brasileiro, da opinião pública, criando a CPI, a cada instante, a cada hora, os obstáculos estão aparecendo no cenário político movidos não sei por que interesses. A própria revista *Veja*, que denunciou o fato, que apresentou reportagem totalmente inverídica, em desconformidade com a realidade, foi extremamente desprimorosa com relação ao Senado e, principalmente, com relação a minha pessoa. V. Ex^a, que foi um dos primeiros a serem procurados para assinar o requerimento da CPI, sabe que procuramos em primeiro lugar o PT, que estava com a CPI Mista, mas que não decolava; em seguida, estivemos com os Senadores do PFL e do PPB de Tocantins. Nosso Partido, o PSB, tem dois Senadores; a Oposição, reunida, tem 11 Senadores. Como poderíamos, Senador Sebastião Rocha, fazer uma CPI se não tivéssemos o apoio do Bloco do Governo? Não estão querendo investigar os bancos; estão querendo investigar agora quem assinou e por que assinou. Não queremos saber dessas fofocas, dessas intrigas de gabinete; o que importa é que o quadro que o Brasil precisa está sendo criado aqui no Senado, qual seja, a de penetrarmos na verdadeira "caixa preta" que é o Sistema Financeiro Nacional, a fim de que possamos entregar ao Brasil uma legislação compatível com as necessidades do nosso País, uma legislação que puna com a cadeia todos aqueles que atentarem contra o Sistema Financeiro; uma legislação financeira que coloque o Banco Central em seu verdadeiro lugar. De modo que agradeço a V. Ex^a as palavras generosas e de solidariedade e afirmo que não me incomodei com aquelas ofensas que, a meu ver, têm um significado muito inferior àquilo que nos propusemos. Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - O aparte de V. Ex^a engrandece meu discurso, nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O que nos deixa tranquilos é a certeza de que desta vez o Senado está na mão certa; quem está na contra-mão da história são determinados jornalistas, analistas econômicos que deveriam estar sim apoiando a CPI, porque sabem muito bem que o ris-

co maior para a estabilidade do Real está na continuação da existência dessas irregularidades, dessas fraudes no Sistema Financeiro Nacional, e não na tentativa da CPI de corrigir esses desvios.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Senador Sebastião Rocha, esqueci-me de falar a V. Ex^a que realmente existem determinados jornalistas que parecem não ter passado pela faculdade e que não melhoraram o seu conceito sobre os estados pequenos. Eles têm um verdadeiro preconceito contra Senadores como V. Ex^a, como Antonio Carlos Valadares, que vieram de estados pequenos, de estados pobres. Mas eles precisam saber que o nosso voto e a nossa opinião pesam tanto aqui quanto a opinião de um Senador de São Paulo, do Rio de Janeiro ou do Rio Grande do Sul. Aqui, nós todos somos iguais! Essa é a verdade!

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que está correto o Senador Antonio Carlos Valadares quando afirma que as Oposições, sozinhas, não conseguiriam criar a CPI. Se as Oposições tivessem a oportunidade de, sozinhas, criar a CPI, iam dizer que elas estavam com inveja do Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque tinham sido derrotadas na eleição passada. Iam, de qualquer jeito, procurar uma desculpa.

Mas um dos fatos mais lamentáveis nesse episódio todo é a ameaça de perseguição que pessoas do Governo - não posso ainda acusar diretamente o Presidente da República - têm feito a Parlamentares que assinaram a proposta de criação da CPI. Isso pode deixar claro que este Governo está também desenvolvendo um processo de clientelismo no País, quando ameaça tirar cargos de Deputados e de Senadores que estão votando contra o Governo. É uma confissão explícita de que o Governo habitualmente adota a política do clientelismo e do fisiologismo. Se não fosse dessa forma, ele não estaria ameaçando os Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava em meu gabinete quando ouvi o pronunciamento do nobre Senador Gilvam Borges. Nele, o Senador tecia considerações a respeito de declarações que o Governador Tasso

Jereissati teria feito em Tóquio e que foram publicadas pelo jornal **Gazeta Mercantil** de hoje, nas quais censura o comportamento do Presidente do Senado, Senador José Sarney, em relação à chamada CPI do Sistema Financeiro Nacional. Nas declarações publicadas pela **Gazeta Mercantil**, o Governador Tasso Jereissati teria afirmado que o Presidente Sarney agiu irresponsavelmente, agiu levemente ao patrocinar a constituição dessa CPI.

Ora, essas declarações atribuídas ao Governador Tasso Jereissati são, sem dúvida, duras, contundentes, mas estão situadas puramente no plano político. Elas não envolvem um julgamento moral do Senador José Sarney, de maneira alguma. São declarações, volto a insistir, que estão situadas no plano político. S. Ex^a, ao fazer essas afirmações, reprova um comportamento que o Presidente José Sarney teria tido ao se colocar a favor da constituição dessa CPI, pelos danos que poderia causar à estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Ora, todas as atitudes que tomamos como homens públicos, como homens políticos, como Senadores e detentores de mandatos eletivos, produzem efeitos, resultados. Há os que aplaudem, os que apóiam e há os que censuram, os que discordam.

Neste caso, o Governador Tasso Jereissati, que é um Líder importante do nosso Partido, o PSDB, que é o Partido do Presidente da República, que é Governador de um Estado, o Ceará, e que, portanto, tem legitimidade para manifestar o seu pensamento, é censurado por essa posição política.

O Senador Gilvam Borges vai mais além e, pedindo a transcrição nos Anais de uma notícia também publicada pela **Gazeta Mercantil**, tenta, de alguma maneira, atingir a honorabilidade do Governador Tasso Jereissati; tenta, de algum modo, envolvê-lo nesses fatos que estão se desenrolando em relação ao Sistema Financeiro Nacional, principalmente com os bancos que estão sob intervenção ou foram alienados a partir da liberação de recursos do Proer.

A própria notícia que o nobre Senador pelo Amapá, Gilvam Borges, pede que seja transcrita nos Anais é, entretanto, esclarecedora. Ela, por si mesma, fala muito bem que aquilo de que se está tratando é de uma operação que só vai fazer com que o prejuízo do Banco Central diminua, na medida em que a Aratu Holding, a Aratu Seguros - que é a holding das empresas de propriedade ou controladas pelo banqueiro Ângelo Calmon de Sá - está sob a intervenção do Banco Central.

O grupo econômico que o Governador Tasso Jereissati lidera há muitos anos, desde antes inclusi-

ve de entrar na política, pretende adquirir empresas engarrafadoras de Coca-Cola que são de propriedade de Ângelo Calmon de Sá e, portanto, controladas pela Aratu Seguros, que está sob intervenção do Banco Central. Como os bens de Ângelo Calmon de Sá estão indisponíveis, se essa operação vier a se confirmar, o que vai acontecer? Estou usando o condicional, porque não falei com o Governador, não sei nem se há interesse do seu grupo em adquirir essas empresas engarrafadoras de Coca-Cola, na Bahia. Mas se a operação vier a se confirmar, o que vai acontecer? Os recursos que ingressarem na Aratu Seguros, por força dessa aquisição, ou seja, o pagamento que o grupo que adquirir as empresas fizer irá para o Banco Central, porque os bens da Aratu estão indisponíveis. Conseqüentemente, diminuirá o rombo do Banco Central.

Em princípio, não há nada de ilícito, de irregular, de contrário, de danoso ao patrimônio público. A própria notícia - com este trecho que acabei de mencionar - é esclarecedora.

Portanto, Sr. Presidente, o que o Governador disse ou teria dito, e o que o jornal publicou, volto a dizer, é uma crítica política à conduta de um homem público, de um político, que é o Presidente Sarney, e não envolve nenhum julgamento de aspecto moral, de decência, de honestidade.

Trata-se apenas de uma posição de natureza política. E muito menos teria cabimento a insinuação do nobre Senador Gilvam Borges, porque a própria notícia, por si só, elimina qualquer eiva de desonestidade ou de irregularidade numa possível transação comercial que venha a se efetivar.

Era o esclarecimento que queria fazer, em resguardo da honorabilidade e pelo respeito que mereço de todos nós o Governador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos em março de 1996 e o Congresso Nacional ainda não aprovou o Plano Plurianual para o exercício 1996/99 e o Orçamento Anual para o exercício de 1996.

É lamentável que isso ocorra, pois a culpa, a omissão é do próprio Congresso Nacional. O Governo cumpriu a sua parte, encaminhou os instrumentos no prazo, mas essa atitude do Congresso vem se repetindo ano a ano, desde o Governo Itamar Franco.

Lembro que a Constituição Federal instituiu três instrumentos básicos de ação do Governo: a Lei de Di-

retrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e, sobretudo, o Plano Plurianual. Existe uma Comissão Mista, constitucional, para discutir esses instrumentos e, inclusive, a resolução do ano passado melhorou, aprimorou o funcionamento da referida Comissão.

Revolta-me, na verdade, a forma displicente e omissa como o Congresso Nacional age em relação aos aspectos temporais, ou seja, o cumprimento dos prazos, e quanto aos critérios de análise dos conteúdos dos referidos instrumentos de planejamento e ação. Somente a LDO, ou a força legal, foi aprovada ano passado.

No momento, vou cingir-me às minhas inquietações quanto ao PPA, que ainda dormita no Congresso Nacional.

Lembro que existe apenas um momento, de 4 em 4 anos, em que o Congresso Nacional tem oportunidade de discutir, de forma concomitante, a LDO, o Orçamento Anual e o Plano Plurianual; estamos perdendo a oportunidade ímpar e excepcional para discutirmos os caminhos e o futuro da sociedade brasileira.

Recordo que o PPA é um plano de médio prazo, que define prioridades, programas e projetos do Governo que serão implantados em 4 anos; lembro também que os outros dois, a LDO e o Orçamento Anual, são meramente dependentes do Orçamento Geral e obrigatoriamente compatibilizados com o PPA.

Na verdade, o PPA é um grande plano de Governo; portanto, é o instrumento mais importante a ser discutido, analisado e deve conter, pelo menos, os grandes objetivos nacionais, as metas, as estratégias e políticas setoriais e regionais; sobretudo programas e projetos prioritários, em favor, é claro, do desenvolvimento nacional.

O Governo Federal encaminhou o PPA no prazo previsto, em agosto de 95 - o segundo, aliás, depois da edição da Constituição brasileira; o primeiro foi no período de Fernando Collor. Encaminhou o plano em quatro documentos, todos eles coerentes entre si. O primeiro diz respeito ao cenário macroeconômico, a estratégias e diretrizes globais; o segundo, à metodologia da elaboração e estrutura do plano; o terceiro é concernente, de forma clara, a diretrizes, objetivos e metas; e o quarto contém prioridades e metas para o ano de 96.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, por outro lado, é importante lembrar que a Constituição, no seu art. 165, § 9º, definiu e exigiu lei complementar - isso é importante - para que se definissem prazos, elaboração, critério, organização do Plano Plurianual, da LDO e do Orçamento Anual, bem como as normas para a gestão financeira e patrimonial do setor público, da administração direta e indireta.

Lamentavelmente, não temos lei complementar. Vivemos segundo o que dispõe a Lei nº 4.320, ainda de 64, e de acordo com uma série de decretos e resoluções baixados pela Secretaria de Planejamento.

Uma análise técnica, metodológica e política do atual Plano Plurianual, enviada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, demonstra um avanço em relação ao anterior; demonstra detalhamento, em termos de estratégias políticas, programas e projetos. Contém sim omissões e equívocos metodológicos.

Recentemente, na Comissão de Planos e Orçamentos, conversei a respeito dessa matéria com o Ministro José Serra. S. Ex^a concordou com tudo isso, mas justificou a ausência de lei complementar, que deveria definir a formatação coerente do Plano Plurianual.

Apesar de tudo, o Governo Federal cumpriu a sua parte; encaminhou o Plano Plurianual em tempo. Caberia ao Congresso Nacional melhorá-lo, aprimorá-lo e corrigi-lo de acordo com os interesses nacionais.

Pergunta-se: O Congresso fez isso? Eu diria: Não! Não cumpriu, até agora, o seu papel, a sua responsabilidade.

O que acontece - pasmem, Srs. Senadores! - é que o Congresso resolveu, através de sua Comissão Mista de Planos e Orçamentos, retirar os aspectos mais importantes de qualquer Plano Plurianual: os projetos, subprojetos e, conseqüentemente, os programas. Isso significa, numa linguagem bem simples, que, ao invés de tratarmos da BR-230, a Transamazônica, ou da BR-163, a Santarém-Cuiabá, dos Portos de Santarém-Barcarena, na Região Amazônica, vamos agora, na visão equivocada do Congresso, falar não em projetos, mas em construção e recuperação de rodovias da Região Norte, definindo apenas um percentual.

Trata-se, portanto, de um equívoco brutal contra o instrumento mais importante de qualquer governo que se preze, que é o Plano Plurianual, o verdadeiro plano de governo.

Pergunto: Por que não discutirmos instrumentos de estratégia de políticas regionais e nacionais? Que compromisso o Governo Federal terá com o PPA aprovado, reformulado e mutilado pelo Congresso Nacional?

Agindo de forma inversa, mutilamos o PPA; nós o transformamos numa mera carta de intenções - muito pior do que a que o Governo enviou.

As alegações do Congresso são dúbias: alegaram, na comissão, que havia omissões regionais de projetos, que não haveria tempo para corrigi-los - isso ocorreu em agosto; estamos em março. Praticamente, não se fez nada!

Não concordamos com a justificativa do Congresso ou, pelo menos, com a da Comissão Mista. Deveríamos ter reunido os Governos estaduais e re-

gionais, junto com o Governo Federal, para discutirmos, região por região, as prioridades para os 4 anos, não esquecendo que o PPA vai fazer parte do primeiro ano do próximo Governo. Portanto, é o Plano que orienta, é o Plano fundamental.

Lamentavelmente, em vez de aprimorar o Plano, de analisá-lo em profundidade, o Congresso Nacional o mutilou e o restringiu. Dessa forma, vai pecar por omissão consciente e, de alguma maneira, irresponsável.

Não podemos agir como avestruz, e o Congresso Nacional o faz, através de sua Comissão Mista. Por que piorar um projeto que veio do Governo com acertos e desacertos?

O Governo já está no segundo ano do seu mandato; portanto, tem que saber claramente dos programas e projetos a cumprir nos 4 anos. O Governo sabe, o Congresso não e nem quer saber, continua com a política da avestruz.

O Congresso, infelizmente, continua com uma visão bitolada e imediatista de lutar somente pelo Orçamento Anual, que, na verdade, é meramente uma operacionalidade do Plano Plurianual, é o fazimento anual daquilo que contém o Plano Plurianual.

Ora, se não temos um Plano Plurianual claro e preciso, como sair com coerência no Orçamento Anual? Se não sabemos a direção, como escolher o caminho? Essa é a pergunta. Será que não estamos conscientes e preparados para a importância do PPA, ou pensamos que o Plano Plurianual, previsto na Constituição Federal, é apenas um faz-de-conta para cumprir os preceitos constitucionais?

Em nosso entender é um grande erro, um lamentável equívoco, um redundante engano do Congresso Nacional.

O PPA, na verdade, define o caminho a ser seguido nos quatro anos, define a direção a ser tomada. O orçamento anual apenas propicia a realização, a execução. Comparativamente, pode-se dizer que o PPA define a direção da estrada, e o orçamento anual pavimenta a estrada. Mas sem direção clara, como seguir anualmente o caminho, com coerência e segurança? A aprovação de planos do orçamento é talvez a etapa mais importante de qualquer parlamento mundial, e grande parte dos parlamentos do mundo dedicam metade do seu tempo à discussão detalhada desses instrumentos de planejamento e ação.

No Brasil, o processo de planejamento de orçamento parece ser um peso, uma carga que o Congresso Nacional não sabe, ou não soube, carregar. No mundo dos negócios - é bom lembrar, Srs. Senadores - qualquer empresa que se preze, que quer sobreviver,

pequena, grande e média, tem que ter claramente definido o seu plano estratégico de médio prazo; tem que saber o que fazer em cinco, seis ou sete anos à frente. A sua ação anual, a sua programação anual representa apenas uma etapa, uma escala na tarefa de dirigir o programa maior, o programa estratégico. Isso fazemos inclusive na vida privada.

Ora, é muito importante para um Governo que atua a favor da comunidade, que leva em conta agentes socioeconômicos, que define políticas e modificações em prol da sociedade a visão clara daquilo que quer e de como alcançar. O instrumento legal, operacional e hábil que existe em qualquer parte do mundo é o Plano Plurianual. Mas o Parlamento brasileiro lamentavelmente não leva a sério a importância desse instrumento.

O Congresso Nacional, a meu ver, precisa analisar, fazer uma autocrítica nessa direção. Precisamos urgentemente regulamentar o §9º do art. 165 da Constituição Federal, definir normas, critérios rigorosos em relação ao PPA. É preciso que se instale uma comissão especial do Congresso Nacional para estudar o assunto. É responsabilidade do Presidente do Congresso Nacional agilizar esse processo.

Na verdade gastamos muito tempo fazendo discursos, e quase sempre não sabemos como transformá-los em realidade. Este Congresso deve até pecar pelo excesso, mas nunca pela omissão. O PPA, da maneira como está sendo discutido e analisado, é um exemplo dessa omissão.

Estou convencido de que os planos e orçamentos devem ser apreciados, analisados e discutidos separadamente pelas duas Casas Legislativas, e não por uma comissão mista, como está acontecendo agora. Devem ser definidos prazos rigorosos, regras diferentes das do processo legislativo ordinário previsto na Constituição. Talvez esse fosse um caminho mais operacional, melhor opção para discussão do tema. Nós, Congressistas, participaríamos do processo de tomada de decisão que está sintetizado no Plano Plurianual de médio prazo.

Temos de agir, temos de tomar decisões. Assim como está não pode continuar; é ruim para o Congresso Nacional e muito ruim para o próprio povo brasileiro.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que queríamos trazer em relação à ação equivocada do Congresso Nacional em relação ao instrumento mais importante de qualquer Governo consciente: o Plano Plurianual, o que define o caminho, a direção e as prioridades em favor da nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra a Senadora Benedita da Silva, por 20 minutos.

Antes, porém, com a aquiescência do Plenário, a Presidência prorroga o período do Expediente por mais quinze minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Revista **IstoÉ** recentemente noticiou que o Ministro da Saúde, Adib Jatene, sustou um processo de compra de 20 milhões de doses de vacinas contra a hepatite B, por conta de denúncias de superfaturamento na concorrência.

O Brasil ainda não produz essa vacina, embora o Instituto Butantã tenha a intenção de dar início à produção, ainda no segundo semestre deste ano. Mas infelizmente por enquanto a vacina contra hepatite está fora dos postos de saúde do Brasil. Só aquelas pessoas que recorrem às clínicas particulares e dispõem de US\$30 para pagar a dose são imunizadas.

A hepatite B, virótica, é transmitida através do sangue contaminado, contato sexual, transfusões, secreções, seringas e mosquitos infectados. Ela causa fibrose hepática, com evolução aguda e morte. A médio e longo prazo, provoca o câncer hepático.

Estima-se que somente no Norte e Nordeste do País cerca de 10% da população é portadora do vírus dessa terrível doença, cujo perigo de transmissão - vale frisar - é maior do que o do vírus da AIDS. A hepatite B é considerada a principal causa de câncer no fígado, no mundo, atacando quase sempre de maneira silenciosa. A pessoa infectada pode não apresentar sintomas e, sem saber, passa a contribuir para espalhar essa doença, que se dissemina com mais facilidade do que a AIDS. No Brasil, o número de infectados com o vírus da hepatite B é de aproximadamente 750 mil pessoas, número quase dez vezes maior do que o de casos notificados de AIDS, que é de 76.396.

Todavia, enquanto a vacina contra AIDS ainda é uma expectativa, uma busca, uma esperança, a vacina contra hepatite B é uma realidade. Inúmeros países - alguns inclusive do chamado terceiro mundo, como : Peru, Venezuela e Túnis - já utilizam essa vacina, produzida por Cuba e pela Bélgica, em seus programas de saúde, com fantásticos resultados obtidos em termos de saúde pública preventiva.

Segundo a Revista **IstoÉ**, no ano passado, a vacina contra hepatite B fez parte do programa de multivacinação, do Ministério da Saúde, para a Região Norte, para o Estado de Santa Catarina e Espírito Santo, onde havia grande número de casos notificados. Mas, em dezembro de 1995, o Ministro da Saúde, Adib Jatene,

sustou, como já me referi, o processo licitatório. Consta que a Coréia do Sul oferecia o produto por US\$1,5, enquanto Belgas e Cubanos, cotados para atender o pedido, cobravam entre US\$3 e US\$4.

Gostaria da atenção dos Srs. Senadores.

Entendo que é urgente a necessidade de que estes fatos sejam esclarecidos, porque enquanto susta-se uma compra dessa natureza, milhares de brasileiros estão morrendo e infectando outros milhares. Por isso, estou encaminhando requerimento de informações ao Ministério da Saúde para que possamos obter dados concretos e reais sobre essa questão.

Na matéria da revista a que me referi, é feita alusão à existência de empresa sul-coreana, que tem possibilidade de fornecimento das vacinas por preço inferior ao da proposta vencedora. E eu pergunto, no requerimento: esta empresa comunicou-se oficialmente com o Ministério antes ou durante o desenvolvimento do processo licitatório?

Qual o teor desta comunicação?

Por que a empresa não apresentou proposta nos prazos exigidos pelo edital de licitação?

O que, realmente, motivou a anulação da licitação em curso?

Houve percepção de alguma irregularidade no decorrer do processo?

Quais as ações adotadas pelo Ministério da Saúde como decorrência da anulação do processo?

E quais as conseqüências do adiamento da aquisição e aplicação da vacina contra hepatite B frente ao quadro da doença no Brasil?

Estas são questões importantes a serem esclarecidas para que o Senado possa estar a par dos motivos que levaram o Ministério da Saúde a sustar a compra das 20 milhões de doses, enquanto as pessoas estão se infectando e morrendo com o vírus.

Os nossos centros de pesquisa respondem por apenas 40% do total de doses necessárias para imunizar a população brasileira com as 13 vacinas que fazem parte do Programa Nacional de Imunização. Para o controle da poliomielite são necessárias 73 milhões de doses da vacina, mas produzimos apenas 9 milhões; para o controle do tétano, precisamos de 16 milhões de doses, mas produzimos apenas 5,5 milhões; para o controle da tuberculose necessitamos de 25 milhões, mas produzimos somente 18 milhões; e assim por diante. Enfim, a demanda é de 240 milhões, mas produzimos apenas 100 milhões de vacinas por ano.

Paralelamente a essa realidade, uma questão me deixa especialmente intrigada. Por que está tão emperrada a relação Brasil/Cuba na área da saúde?

Projetos e produtos cubanos na área da medicina e da veterinária são um campo privilegiado para o desenvolvimento de processos de cooperação técnica e comercial entre os dois países.

De um lado, porque nossas carências nesta área são fantásticas. De outro, porque Cuba desenvolveu alta tecnologia no setor, o que nos permitiria adquirir medicamentos e insumos de qualidade internacionalmente comprovada, e muitas vezes único no mundo, como é o caso da vacina antimeningocócica "B" e "C".

O Sr. Humberto Lucena - Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Concedo-lhe, com muita honra, o aparte, nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena - Congratulo-me com o oportuno discurso de V. Ex^a, que versa matéria de maior importância para a saúde pública. Quero dar a V. Ex^a um testemunho bastante enfático: a minha filha mais nova teve hepatite "B" e, essa hepatite, maltratada, tornou-se crônica. E ela, que esteve quase que ameaçada de morte, salvou-se graças à competência do Professor Dr. Silvano Raia, de São Paulo, que V. Ex^a conhece, que, inclusive, cuida de transplantes de fígado, e que conseguiu fazer um tratamento especializado, que praticamente a curou. Mas conheço pessoas de mais idade que também tiveram a hepatite "B" transformada em crônica e não obtiveram o mesmo resultado justamente porque o organismo não contribuiu. Então, considero de toda propriedade o pronunciamento de V. Ex^a e a sua preocupação com o problema. Vamos aguardar, com ansiedade, as informações do Sr. Ministro da Saúde a respeito dessa questão da vacina.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Já tive oportunidade de colocar, desta tribuna, a necessidade de se discutir melhor a questão da distribuição e da licitação de medicamentos. Na oportunidade, coloquei o caso de Cuba, que mantém relações comerciais com o Brasil e que tem a melhor vacina, inclusive usada em vários países e com sucesso. Não entendo o porquê desse empecilho com relação a essa negociação.

Os cubanos são os únicos produtores dessa vacina no mundo, e temos sido vítimas de sucessivos surtos de meningite em nosso País.

Neste momento, mesmo a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e a Estadual também manifestam seu interesse na aquisição dessa vacina, sem receberem, até agora, nenhuma resposta

do Ministério da Saúde. Não vejo explicação lógica para isso, porque no ano de 1994, o Brasil pôde beneficiar-se do acordo comercial, como já disse, existente entre os dois países, que previa a venda dos produtos médicos cubanos, numa operação em que parte do pagamento era destinado à quitação da dívida cubana com o Brasil e para a compra de produtos brasileiros por parte dos cubanos.

Assim, foram adquiridos US\$30 milhões, em uma relação de 35 medicamentos de alta necessidade, 30,5% mais baratos que os oferecidos em concorrências ao Ministério da Saúde.

Além disso, 10% do montante destinou-se ao pagamento da dívida cubana para com o Brasil e 40% à compra de produtos brasileiros por parte dos cubanos.

Apesar do sucesso dessa operação, reconhecido por ambas as partes, tanto pela qualidade dos produtos quanto pelos aspectos comerciais, apesar de o Itamaraty, Banco do Brasil, Ceme e Ministério da Saúde e os brasileiros terem, em diversas ocasiões, manifestado interesse em novas compras, desde o final de 1994 não se concretizam novos negócios com base nesse acordo. No entanto, ele permanece em vigor.

Então, tenho que fazer essas perguntas ao nosso Ministro da Saúde.

A ponte comercial existe e beneficia brasileiros e cubanos, permitindo o acordo, inclusive a compra direta, o que iria baratear a aquisição. Mas não está sendo aproveitada. É preocupante que não nos beneficiemos de um acordo comercial legítimo, e em vigor, para adquirirmos medicamentos de suma importância a preços mais acessíveis, para atender às necessidades urgentes da nossa população.

Quero assegurar que não estou aqui a serviço de qualquer laboratório ou qualquer lobby; estou aqui com a consciência de cidadã brasileira que conhece de perto a necessidade do Brasil nessa área, além de ser sabedora, através da revista ISTOÉ, de que há, por parte do Governo, no Ministério da Saúde, morosidade nesse processo.

Estou aqui, portanto, para buscar a verdade sobre os fatos, e não apenas deixar que venham à tona a questão do superfaturamento e que empresas que não estejam realmente gabaritadas a ganharem as licitações ganhem e fiquem prejudicados países que já nos demonstraram que têm eficácia na produção, como é o caso de Cuba.

O Sr. Lúcio Alcântara - Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Concedo o aparte ao Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara - Senadora Benedita da Silva, o tema que V. Ex^a aborda é atual. Realmente estamos enfrentando dificuldades na aquisição dessas vacinas. Se a Organização Pan-americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde admitem, muitas vezes, intermediar essas compras, isto é, fazerem as compras e repassarem as vacinas, evidentemente que o ônus financeiro é para os Estados-Membros. Isso só é possível quando se trata de pequenos países - pelo menos foi a informação que colhi no Ministério da Saúde. Quando se trata de países da dimensão do Brasil, os laboratórios produtores dessas vacinas e as próprias organizações internacionais não desejam, não querem fazer essa intermediação; os laboratórios querem fazer a venda diretamente a esses países. Como são poucos os laboratórios produtores dessas vacinas, eles se organizam e começam a praticar preços extorsivos ou acima do que seria razoável. O Ministro Adib Jatene determinou a coleta de informações em todos os preços praticados por organizações internacionais, por diferentes laboratórios, por países, e assim por diante, para chegar a uma conclusão a esse respeito. A lição que podemos tirar de tudo isso é a seguinte: o Brasil tem que perseguir a auto-suficiência na produção de vacinas. Pela dimensão do nosso País, pelo tamanho da nossa sua população, temos que pegar a Fundação Instituto Osvaldo Cruz, o Instituto Butantã e outras instituições de prestígio e de grande qualificação científica para produzir as vacinas para o consumo interno. Infelizmente, ainda existem alguns tipos de vacinas que não produzimos aqui. Quanto a Cuba - lá estive fazendo uma visita a vários laboratórios - V. Ex^a tem toda razão: tem uma tecnologia desenvolvida. É perfeitamente possível um convênio de cooperação. O Presidente Itamar Franco, na época, criou um grupo especial para aquisição de medicamentos em Cuba que terminou não dando em nada, não houve compra alguma. Quer dizer, esse convênio é letra morta, infelizmente. É evidente que os lobbies se levantaram para impedir o negócio com Cuba, porque há interesses de multinacionais, de grandes empresas, de grandes produtores que não têm desejo algum de que essas negociações, governo a governo, se concretizem. O governo cubano, inclusive, fazia o escambo na época em que estive lá - não sei se ainda mantém a mesma proposta - fazia troca, dava a vacina, dava remédios em troca de alimentos, por exemplo, frango e outros tipos de gêneros. Então, não sei o que existe para que essas coisas não se concretizem; fala-se, pede-se, reclama-se, constituem-se grupos de trabalho e até agora nada. O pronunciamento de V. Ex^a é perfeitamente cabível. Estou seguro de que o Ministro Adib

Jatene quer fazer a coisa com a maior lisura possível, mas as dificuldades são enormes. Realmente, o número de produtores é pequeno: eles se juntam, elevam os preços e ficamos presos a isso. Temos que investir de maneira determinada na auto-suficiência da produção de vacinas.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço o aparte de V. Ex^a, que teve a oportunidade, como eu, de conhecer o trabalho que Cuba vem desenvolvendo com o Brasil nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Nobre Senadora Benedita da Silva, V. Ex^a dispõe de dois minutos para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Sebastião Rocha - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Benedita da Silva?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Lamento não poder conceder-lhe o aparte, pois o tempo não me permite.

Com relação ao aparte do Senador Lúcio Alcântara, gostaria de dizer que falei exatamente sobre isso, sobre esse emperramento, já que Cuba quer pagar a dívida que tem com o Brasil e quer comprar alimentos, para sustentar os cubanos.

Não vejo por que essa dificuldade que está existindo. Não podemos, de forma alguma, aceitar pressão do ponto de vista ideológico.

Quero ainda voltar a esta tribuna, porque estou reunindo informações, esperando, também, que o Ministro da Saúde possa responder o requerimento de informação que fiz.

Tenho também outras informações com relação a empresas que deram preços bem abaixo - apenas para ganhar - e que sequer estão credenciadas como possuindo laboratórios. Ou seja, o produto será adquirido de terceiros, pois não têm condições de viabilizá-lo no tempo e na quantidade determinada na proposta do acordo com o Ministério da Saúde.

Em 1981, os cubanos criaram o Laboratório Heber-Biotec para fabricar Interferon Alfa humano, medicamento utilizado em alguns tipos de câncer. Descobriu-se sua eficácia na prevenção da Hepatite B e C e como tratamento coadjuvante na Aids.

Apesar de existirem centros similares nos EUA, França e Inglaterra, estes não dispõem da diversidade na qual opera o centro cubano.

Introduziram-se técnica avançada, a partir de microorganismos reorganizados geneticamente, produzindo o Interferon recombinado, eliminando qualquer risco de contaminação de outras enfermidades com a utilização da vacina, desenvolvida a partir de cultura de fungos. É uma grande conquista da Engenharia Genética em relação às vacinas desenvolvi-

das a partir do soro de pessoas infectadas, com germes atenuados ou mortos.

É a tecnologia de ponta a serviço do bem da humanidade. Cuba possui a vacina contra a Hepatite B que está matando milhares de brasileiros! Desenvolvida com técnica que permite a utilização do produto sem nenhum risco de contaminação, como vantagem principal. Além disso, permite uma produção em nível industrial, com controle do processo produtivo.

O Brasil poderia beneficiar-se dessa vacina que já está sendo usada em programas de saúde, em vários países. Em Cuba, todas as crianças até 9 anos são vacinadas. Países como a Colômbia, o México, a Argentina, Peru, Chile, Vietnã, Tunis, Irã, Coréia do Sul, bem como Europa Oriental, inclusive na Rússia, se beneficiam dos fantásticos resultados obtidos a partir da vacinação da população.

Mas os embargos comerciais prejudicam e impossibilitam a compra dessa vacina por parte de vários países da Europa Ocidental. Quanto a nós, não devemos ceder a pressões estrangeiras para não negociarmos com o governo de Fidel, os medicamentos de última geração.

Como todo produto que envolve alto investimento em tecnologia, a evolução dos preços caminha de acordo com sua progressiva incorporação ao mercado. Assim, a vacina Hepatite B chegou ao mercado com preços de 60 dólares. Mas a dose, hoje, chegá a uma média internacional de 3 a 4 dólares, sendo que a OMS compra ao preço médio de 1,42 dólar. Consta que a Coréia do Sul venderia essa vacina a 1,5 dólar, mas existem denúncias no sentido de que o controle de qualidade de produção não atende às exigências imunológicas e que não teria carga suficiente para entregar a tempo a quantidade pedida.

Lembremo-nos dos remédios que foram doados pela Alemanha e que não foram liberados pelo Ministério da Saúde por não estarem dentro dos padrões de qualidade. Entulharam nos galpões, enquanto pessoas agonizavam por falta deles! Seria uma temeridade abrir mão da vanguarda mundial na área da saúde para negociar com possíveis inadimplentes, cujos métodos de produção desde já encerram dúvidas!

A eficiência da vacina cubana é tamanha que todos os testes realizados apontam igualdade de condições com a produzida na Bélgica e, do universo de estudantes de Medicina cubanos que foram submetidos à aplicação da vacina, como teste, todos desenvolveram imunoproteção.

Senhores Parlamentares, a produção da vacina contra hepatite B, no Brasil, pode ser o início de um processo para livrar o País desta terrível doença, ainda não controlada pelas autoridades. Mas, infelizmen-

te, o Brasil entra atrasado nesta batalha, também. Pois, embora tenhamos conseguido erradicar a poliomielite, isso se deu apenas em 1989, quando fomos um dos últimos países a ter conseguido livrar as nossas crianças do pesadelo da paralisia infantil.

Sem dúvida alguma, é louvável o esforço da produção nacional da vacina. No entanto, paralelamente a esta busca, precisamos dispor, com todas as garantias e sem demora, daquelas que já existem e estão salvando milhões de pessoas do sofrimento e da morte, em todo o mundo. Infelizmente, por enquanto, no Brasil a vacina contra hepatite B é tão somente uma promessa para o amanhã.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 229, DE 1996

Senhor Presidente,

O Movimento Democrático Brasileiro – MDB, completa 30 anos de sua fundação no dia 24 do corrente mês. Em face da relevância do acontecimento, requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional, em data a ser oportunamente marcada, para comemorar a efeméride.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. –

Humberto Lucena – Coutinho Jorge – Roberto Freire – José Eduardo Dutra – Pedro Simon – Romeu Tuma – Antonio Carlos Valadares – Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O requerimento lido será submetido à deliberação do Plenário, após a Ordem do Dia, nos termos do art. 255, I, b, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 230, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto as seguintes Propostas de Emenda à Constituição: 5 e 26, de 1995, e 8 e 10, de 1996, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. –

José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O requerimento lido será oportunamente incluído em

Ordem do Dia, consoante o disposto no art. 255, II, c, item 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

Brasília, 13 de março de 1996.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 66, 78 e 80 do Regimento Interno, indico a Vossa Excelência os nomes dos Senadores da bancada do Partido Progressista Brasileiro – PPB, abaixo relacionados, para integrem as Comissões Permanentes desta Casa:

Comissões	Titulares	Suplentes
Assuntos Econômicos	Esperidião Amin Leomar Quintanilha	Epitácio Cafeteira Lucídio Portella
Assuntos Sociais	Lucídio Portella Leomar Quintanilha	Epitácio Cafeteira Esperidião Amin
Constituição, Justiça e Cidadania	Esperidião Amin	Epitácio Cafeteira
Educação	Epitácio Cafeteira Lucídio Portella	Esperidião Amin Leomar Quintanilha
Relações Exteriores e Defesa Nacional	Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
Serviço de Infra-Estrutura	Lucídio Portella	Leomar Quintanilha
Fiscalização e Controle	Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência designa os membros do Partido Progressista Brasileiro – PPB – nas Comissões Permanentes da Casa, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 231, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 210, item 2, do Regimento Interno, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado na revista *The Economist*, transcrito pelo jornal *Gazeta Mercantil*, edição de 11 de março de 1996, intitulado *Bilhões disputam a guerra da água*.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. – Senador **Teotônio Vilela Filho**.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 232, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, as seguintes informações:

1. Qual o valor, a preços correntes, das emissões de Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTM-SP, efetivamente colocadas no mercado, relativas às autorizações do Senado Federal baseadas no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos anos de 1993, 1994 e 1995, especificando data, quantidade de valor de cada emissão?

2. Quais os tomadores das LFTM-SP colocadas no mercado nas condições descritas no item anterior?

3. Qual a condição, para o Banco Central, das LFTM-SP relativas a pagamento de precatórios judiciais, de acordo com o art. 33 do ADCT, autorizadas pelo Senado Federal mas não colocadas efetivamente no mercado? O Banco Central tem conhecimento de qualquer outro uso que tenha sido ou esteja sendo feito destes títulos, como o oferecimento como garantia, pagamento por serviços prestados, ou outra forma qualquer? O Banco Central tem condições de fiscalizar o uso destes títulos em outras aplicações que não seja sua efetiva colocação no mercado?

Justificação

Nos últimos anos o Senado Federal autorizou o Município de São Paulo a emitir volume expressivo de títulos vinculados constitucionalmente ao pagamento de precatórios. Estas autorizações levantaram uma série de indagações pois as respectivas solicitações estavam acompanhadas da Lei Orçamentária do Município que previam gastos com o pagamento de precatórios em valores significativamente menores que os autorizados. O presente requerimento visa, portanto, verificar a observância dos dispositivos constitucionais relativos à matéria.

Sala das Sessões, 13 de março de 1996. – Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência recebeu, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº 12, de 27 de fevereiro último, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte, através do qual declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 1986, bem como do § 5º do art. 1º e do § 2º do art. 3º da Lei nº 1.115, de 1988, ambas do Estado de Santa Catarina.

O expediente será anexado ao processado do Ofício nº S/15, de 1996, e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência recebeu, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/15, de 1996 (nº 10/96, na origem), de 27 de fevereiro último, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, através do qual declara a inconstitucionalidade dos arts. 2º, 3º e seus parágrafos únicos da Lei nº 6.747/86, bem como do § 5º do art. 1º e do § 2º do art. 3º, da Lei nº 1.115/88, ambas do Estado de Santa Catarina.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência recebeu, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/16, de 1996 (nº 15/96, na origem), de 27 de fevereiro último, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, do Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, através do qual declara a inconstitucionalidade dos arts. 2º, 3º e seus parágrafos únicos da Lei nº 6.747/86, do art. 2º da Lei nº 7.588/89, e do Art. 10 da Lei nº 7.802/89, todas do Estado de Santa Catarina.

O expediente vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. (decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência recebeu, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/17, de 1996 (nº 9/96, na origem), de 6 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer do Procuradoria-Geral da República e do acórdão transitado em julgado, pro-

ferido por aquela Corte, através do qual declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 7.588/89, e do art. 10 da Lei nº 7.802/89, ambas do Estado de Santa Catarina.

O expediente vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. (decisão deliberativa)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 23, de 1996, do Senador Jefferson Péres, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7 e 219, de 1995 - Complementares, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nº 7 e 219, de 1995-Complementares, passam a tramitar em conjunto.

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 46, de 1996, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1996, de sua autoria, que acrescenta ao art. 161 do Código Penal § 4º e dá outras providências.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1996, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 47, de 1996, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1996, de sua autoria, que altera os arts.

926, 927 e 928 do Código de Processo Civil e dá outras providências.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1996, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 48, de 1996, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1996, de sua autoria, que altera os arts. 489 e 499 do Código Civil e dá outras providências.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1996, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 1996, do Senador Geraldo Melo, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 102, de 1993, e 13, de 1996, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei da Câmara nºs 102, de 1993, e 13, de 1996, passam a tramitar em conjunto e retornam às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Item 6:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 112, de 1996, do Senador Joel de Hollanda, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1996 (nº 899/95, na Casa de origem), que altera o art. 9º do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código

Penal Militar, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Roberto Freire.

O Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1996, que passa a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1993, conforme decisão anterior do Plenário, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em seguida, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Item 7:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 106, de 1996, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1995, de sua autoria e outros Senhores Senadores, que dá nova redação a dispositivos do Capítulo II, do Título VI, da Constituição Federal.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A proposta de Emenda à Constituição nº 106, de 1996, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Item 8:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 107, de 1996, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1995 - Complementar, de sua autoria, que estabelece critérios para a elaboração e avaliação participativa dos documentos de que tratam os incisos I, II, e III do art. 165 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado, nº 30, de 1995 - Complementar, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Item 9:

PARECER DE PLENÁRIO

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do arts. 133, d, combinado com o art. 139 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer de Plenário (em substituição à Comissão de Educação) sobre o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui o Prêmio Ulysses Guimarães, do Mérito Democrático, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 10, de 1995 - CN, que institui o Prêmio Ulysses Guimarães, do Mérito Democrático.

Em discussão o Parecer de Plenário, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

É o seguinte o Parecer aprovado:

PARECER, PROFERIDO EM PLENÁRIO

Em substituição à Comissão de Educação. Relator: Senador Lúcio Alcântara, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui o Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.

Nos termos do art. 140 do Regimento Interno, designo o nobre Senador Lúcio Alcântara para proferir parecer.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, qualquer prêmio que se institua, em reconhecimento pela contribuição ao aperfeiçoamento das instituições e à consolidação do regime democrático, merece todo o aplauso da sociedade.

Mais do que isso, quando essa láurea leva o nome e, em decorrência, a memória de Ulysses Guimarães, completa-se uma união indissociável.

De fato, Ulysses Guimarães conseguiu sintetizar, em sua grandiosa trajetória política, a luta contra o arbítrio, em defesa das instituições democráticas e da garantia do pleno exercício da cidadania.

Assim, ao submeter a esta Casa o projeto em exame, reedição de instrumento anterior, também de

sua autoria (PLS nº 163, de 1992), arquivado por determinação regimental, o Senador Pedro Simon enaltece mais que a premiação em si, conferindo ao prêmio instituído uma adjetivação perfeita ao seu real significado.

No entanto - e esta a razão deste encaminhamento - algumas considerações de ordem técnica devem ser feitas, com o objetivo de oferecer maior consistência à iniciativa.

Em primeiro lugar, o art. 3º, ao determinar que o prêmio será conferido, anualmente, durante as cerimônias de homenagem a Ulysses Guimarães, a ser prestada pelo Congresso Nacional, em Sessão Solene conjunta das duas Casas, por ocasião do aniversário de seu nascimento (6 de outubro), cria uma situação relativamente constrangedora, pois parte do pressuposto de que:

1 - haverá, anualmente, cerimônias de homenagem a Ulysses Guimarães;

2 - tais cerimônias serão prestadas pelo Congresso Nacional;

3 - as homenagens serão prestadas por ocasião do aniversário de seu nascimento.

Não consta, nos arquivos do Legislativo federal, qualquer norma ou mesmo qualquer matéria em tramitação que trate da prestação das referidas homenagens. Este projeto, portanto, subsidiariamente, mas de forma inadequada, a realização das solenidades propostas, que carece de instrumento próprio.

Por outro lado, a realização de sessões conjuntas é matéria rigidamente regulada pela Constituição Federal e pelo Regimento Comum, que enumeram as poucas circunstâncias em que elas devam ocorrer.

O § 1º do art. 4º estabelece que o Presidente da Câmara dos Deputados presidirá a Comissão. As presidências de comissões, no Legislativo, são escolhidas dentre os nomes que as compõem. Esse princípio poderia ser seguido também para o caso presente.

O § 2º, também do art. 4º, dispõe sobre a preparação de uma lista tripla de virtuais agraciados, a ser submetida (art. 5º) à deliberação do plenário do Congresso Nacional, durante a Sessão Solene em que se dará a premiação. Cria-se, assim, uma circunstância delicada: os três escolhidos pela Comissão haverão de estar presentes à Sessão, pois que um deles, naquele momento, terá seu nome anunciado. Os dois restantes - e o Plenário - enfrentarão uma situação de constrangedora exclusão, perturbadora para todos, inclusive para o escolhido.

O prêmio em pecúnia, hoje equivalente a cerca de R\$50 mil, minimiza o valor intrínseco da láurea: o reconhecimento, pelo Congresso Nacional – instância máxima do poder popular delegado – de uma personalidade de destaque na defesa da democracia. Apenas isso já justifica a distinção.

O art. 7º veda a participação da premiação a membros do Congresso Nacional no exercício do mandato eletivo. Considere-se que não há caso da existência de membro do Parlamento que não esteja no exercício de seu mandato.

Omitiu-se o dispositivo de conclusão das proposições que trata da vigência da lei, tornando-se desnecessária a revogação – por sua inexistência – das disposições em contrário.

Deverão, pois, ser aperfeiçoados os seguintes dispositivos:

1 – quanto ao mérito:

1.1 – arts. 2º, 4º (§§ 1º e 2º), 5º e 6º;

2 – quanto à redação:

2.1 – arts. 1º, 3º, 4º e 7º;

2.2 – inclusão de artigos relativos ao custeio das despesas e da entrada em vigor da norma.

Considere-se, finalmente, tratar-se de iniciativa do Legislativo, a ser exercida no âmbito deste Poder. Vale dizer que, por tratar-se de matéria de competência privativa do Congresso Nacional, a norma a ser editada deverá sê-lo por meio de uma resolução e não de uma lei a ser submetida à sanção presidencial.

Diante disso, em que pese todo o mérito da iniciativa, há que se reformular o projeto, para que sua forma esteja em sintonia com sua essência, para tanto, sugerimos o seguinte:

SUBSTITUTIVO

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 10, DE 1995-CN

Institui o Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º É instituído o Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático, destinado a agraciar a pessoa, natural ou jurídica, que tenha oferecido contribuição relevante para a causa do aprimoramento da Democracia, no País.

Art. 2º O Prêmio será conferido, anualmente, durante sessão do Congresso Nacional especialmente convocada para esse fim, a realizar-se no primeiro dia útil após o dia 5 de outubro.

Art. 3º A indicação dos candidatos à premiação deverá ser feita à Mesa Diretora do Congresso Na-

cional, até o último dia útil do mês de agosto, acompanhada de justificativa.

Parágrafo único. É vedado o patrocínio direto de pessoa jurídica a quaisquer nome indicado, bem como a indicação do nome de membro dos Poderes Legislativo e Judiciário Federais, do Presidente da República e de Ministro de Estado.

Art. 4º As indicações de que trata o art. 3º serão apreciadas pelo Conselho do Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático, composto, no início de cada sessão legislativa, por dois representantes indicados pelo Presidente da República, dois, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, e cinco, pelo Presidente do Congresso Nacional.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho será escolhido dentre os membros que o compõem.

Art. 5º O Conselho apresentará à Mesa Diretora do Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro, três nomes dentre os indicados, que serão submetidos à deliberação do Plenário, considerando-se agraciado o que obtiver o maior número de votos.

Art. 6º O Prêmio consistirá na atribuição de uma medalha, com a efigie do patrono, em forma a ser sugerida pelo Conselho à Mesa Diretora do Congresso Nacional.

Art. 7º As despesas decorrentes da premiação correrão à conta da dotação orçamentária da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se agora à apreciação do Requerimento nº 229, de 1996, lido no Expediente, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Senadores, solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional, para comemoração dos 30 anos de fundação do Movimento Democrático Brasileiro.

Os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Volta-se à lista de oradores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, por 5 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para uma comunicação inadiável. Sem re-

visão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tratarei do assunto relativo à reunião de Chefes de Estado do Oriente Médio. Entretanto, antes, desejo me dirigir a V. Ex^a e à Casa, porque acho do meu dever salientar que o problema da CPI dos bancos tem sido divulgado com algumas distorções, que merecem de minha parte uma colocação para que, do meu ponto de vista, prevaleça a verdade.

Entendo que os Srs. Parlamentares podem, na medida das suas convicções, assinar ou não o requerimento de instalação de uma CPI. Cada um tem o direito e até o dever de assinar ou não o requerimento; entretanto, considero inteiramente reprovável que se esteja querendo exclusivamente incriminar o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, pela existência desse requerimento e sua conseqüente aprovação.

O Presidente José Sarney não é signatário do requerimento e, como Presidente da Casa, tendo recebido o pedido com o número regimental, fez o que lhe coube, ou seja, leu e enviou à publicação. Conseqüentemente, S. Ex^a não pode estar sendo vítima de ataques de toda parte, alguns até com endereço político certo, mas de certo modo injusto. Pecados políticos todos temos; interesses políticos todos têm: os da oposição e os do Governo. Mas não é justo que o Presidente desta Casa, que tem se comportado com a maior imparcialidade, não só resguardando os interesses da oposição, mas defendendo, quando é de justiça, os interesses do Governo, seja agora o único a ser atacado pela imprensa e por muitos políticos por causa deste assunto.

Desse modo, achei que era do meu dever fazer este pronunciamento, entendendo, como disse no início, que cada um tem o direito de se pronunciar como quiser no caso da CPI - eu mesmo não o assinei, porque entendo que ela não é conveniente neste instante -, e que não se deve cometer as injustiças que têm sido feitas com o Presidente desta Casa.

Ainda hoje o assunto foi debatido até mesmo no exterior, quando o meu amigo Governador do Ceará, que é, sem dúvida, um dos homens públicos melhores do Brasil, talvez não tenha sido feliz em trazer esse assunto à baila, em virtude da distância do País. Penso que esse assunto deve ser tratado no Brasil, para que não tenha ainda maior repercussão no estrangeiro. Por isso mesmo, o Governador do Ceará, integrando como integra a comitiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não deveria ter feito o comentário.

Foi uma posição pessoal, e eu a respeito. Sou um dos seus maiores admiradores do Governador

Tasso Jereissati, sou até seu amigo pessoal; mas, também sendo amigo e admirador do Presidente José Sarney, eu não poderia me calar neste instante. Assim, julguei do meu dever fazer este pronunciamento.

A outra comunicação que eu gostaria de fazer nesta oportunidade refere-se à reunião de Chefes de Estado do Oriente Médio.

Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, venho registrar o início dos trabalhos da Cúpula da Paz, em Sharm-el-Sheik, no Egito, com a presença dos Chefes de Estado e de Governo dos países mais importantes da Comunidade Internacional.

Essa Reunião, convocada extraordinariamente diante dos últimos acontecimentos em Israel, tem o duplo objetivo de buscar apoio internacional contra os atos de terrorismo e provocar uma ação efetiva em busca da manutenção do processo de Paz no Oriente Médio.

O Terrorismo deve ser firmemente reprovado porque encerra ação contra a integridade física e a vida de vítimas inocentes. Nossa Constituição Federal, em sua Declaração de Princípios, inclui o repúdio ao terrorismo e ao racismo no seu Art. 4º, inciso VIII. Conforme afirmou hoje, o Secretário-Geral da ONU, em seu pronunciamento no Plenário do Encontro, o terrorismo deve ser combatido por todas as Nações, porque pode dirigir-se contra qualquer país e recebe inspiração e armas de países diferentes daqueles onde a ação é executada.

A Paz no Oriente Médio, por sua vez, é uma preocupação mundial, uma vez que eventual e indesejável conflito na área poderá provocar resultados de conseqüências imprevisíveis para a segurança internacional.

Espero, Sr. Presidente, que a Cúpula em favor da Paz, que se encerra no final desta semana no Egito, adote medidas práticas e concretas para prevenir e reprimir o Terrorismo e para assegurar a manutenção do processo de Paz no Oriente Médio, atendendo-se, dessa forma, aos anseios de toda a Comunidade Internacional.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em pri-

meiro lugar, quero reafirmar o nosso convite a todos os Senadores, signatários ou não do requerimento de instalação da CPI do sistema financeiro, para a reunião que será realizada logo mais, às 17h, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a participação de diversas entidades da sociedade civil.

Em segundo lugar, desejo registrar que está sendo realizado, no Auditório Petrônio Portella, um seminário sobre a Lei da Reforma Psiquiátrica, evento que está contando com a participação de parlamentares, usuários do serviço de saúde mental, familiares, trabalhadores, representantes de categorias profissionais na área de saúde e do Governo Federal, onde está sendo debatido, inclusive, um projeto em tramitação nesta Casa que prevê a extinção gradativa dos manicômios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Eduard do Dutra, o Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Odacir Soares, 1º Secretário.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, para uma comunicação inadiável.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a CPI do sistema financeiro é o assunto que está em pauta e está sendo debatido. Algumas bancadas estão deixando de indicar os seus Líderes, o que, segundo o Regimento, impedirá a instalação da Comissão.

Baseado nisso, e com o intuito de regulamentar essa questão e de preencher alguns vazios do Regimento, estou apresentando um projeto de resolução no sentido de que, nas futuras CPIs que forem requeridas, as bancadas sejam obrigadas a participar; ou, caso não queiram participar e não indiquem seus representantes, sua quota seja redistribuída entre as bancadas que já tenham feito suas indicações. Não quero tecer comentários sobre a CPI requerida há poucos dias: o meu projeto servirá para outras que venham a ser criadas.

Este é o projeto de resolução que encaminho à Mesa: quinze dias após a aprovação da CPI, os Líderes têm que indicar o nome dos parlamentares que farão parte da Comissão; caso não o façam, sua quota de participação será distribuída às outras Ban-

cadadas. Isso evitará que CPIs requeridas e aprovadas não fiquem eternamente adormecidas.

É a proposta que encaminho à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, o Governo Federal interpretou como duas grandes derrotas de sua política dois fatos que, ainda hoje, movimentam a mídia e a opinião pública brasileira. De uma delas o Senado é o palco: a Comissão Parlamentar de Inquérito que conseguiu número regimental para ser instalada - a CPI dos bancos.

Equivoca-se o Governo ao imaginar que isso signifique uma derrota de sua política. E se equivoca muito claramente, porque pensar de outra forma seria admitir que o Governo Fernando Henrique Cardoso é responsável pela corrupção, dela tinha conhecimento ou com ela foi conivente.

Essa CPI visa - apesar de confusa na sua formulação, até porque foi feita sem muita intenção de que viesse a se concretizar - fundamentalmente, dentro daquilo que é o objetivo de uma CPI, apurar a promiscuidade da relação do Banco Central com o sistema financeiro privado. Isso não é criação do Governo Fernando Henrique; infelizmente, é fruto do Estado privatizado, como é o brasileiro. A corrupção existente no Nacional, Econômico, Banespa e Banerj não foi fruto de 1995 ou a partir da eleição de 94, tampouco do Governo anterior Itamar Franco e, talvez, de não sei quantos Governos; é fruto, sim, de um sistema que é próprio dessa promiscuidade e da corrupção inerente, infelizmente, à atividade pública e privada brasileira; algo que estamos começando a expulsar da nossa realidade, pela transparência, pelo regime democrático. Quero, aqui, ressaltar o Governo sério e honesto que temos na República, apesar de todos os problemas.

O segundo grave equívoco é o Governo se sentir derrotado, quando derrotado foi o substitutivo do Relator Euler Ribeiro, na questão da Previdência Social. Foi ótima a posição assumida pela Câmara dos Deputados. Aquilo não era reforma da Previdência e sim um arremedo, uma tentativa de conciliar interesses corporativos com algumas das propostas de mudanças que originalmente foram apresentadas. Pior faz o Governo agora, quando, em cima daquilo que considera uma derrota, quer transformar em vitória, ou em algo pior do que o relatório Euler

Ribeiro, uma reformeta apresentada pelo Líder Michel Temer.

Esse Governo teve na sua origem, na discussão da questão da reforma da Previdência Social - não esqueçamos disso - uma proposta de uma Previdência Social única e universal. Recuou pelas pressões internas, primeiro, dos militares; depois, dos servidores públicos; em terceiro, das corporações. E enviou algo que, se não era o substitutivo, se não era a proposta do Deputado Michel Temer, já era uma reforma tremendamente atenuada.

O erro do Governo é imaginar-se derrotado e, pior, perseguir essa derrota. O que se pretende aprovar hoje na Câmara não significa reforma de coisa alguma. Não se está tendo a coragem de enfrentar a questão da Previdência, por se ter receio de enfrentar a corporação militar, o corporativismo dos servidores públicos, os interesses dos parlamentares, de todos aqueles que têm pequenos privilégios - não nos esqueçamos disso - no sistema de Previdência em nosso País.

O Senado talvez possa dar uma boa resposta à opinião pública brasileira, ao próprio Governo, que se encontra enredado em encontrar uma saída, moralmente justificada com uma vitória, em face da derrota que considera ter sofrido na semana passada. Já que estamos tendo dificuldade para atuar na CPI dos bancos - espero que ela seja instalada - mas independentemente disso, poderíamos atuar na questão da reforma do Estado brasileiro, tomando a iniciativa de discutir aqui a questão da Previdência, quando a Câmara, através da liderança de seu maior partido, se recusa a fazê-lo.

Poderíamos iniciar essa discussão no Senado Federal, apresentando uma emenda da reforma da Previdência Social que resgate a proposta primeira do Governo de uma Previdência única; que se aproprie de algo sério que tramita na Câmara dos Deputados: a proposta de autoria do Deputado Eduardo Jorge, do PT; bem como a proposta apresentada pelo nosso Partido, de uma Previdência universal que englobe, dentro do teto de dez salários mínimos, todos os trabalhadores brasileiros, independentemente de serem da iniciativa privada ou servidor público, civil ou militar, incluindo, portanto, os membros dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Não caberia discutir a aposentadoria especial de parlamentar, de professor universitário, de jornalista; não cairíamos no varejo. Iríamos definir que as aposentadorias deste país, na Previdência Social,

seriam iguais para todos, e a exceção seria apenas aquelas das atividades insalubres ou perigosas.

Todo o restante contribuiria sobre o teto de dez salários, teria os mesmos direitos e benefícios, se aposentaria com o mesmo tempo de serviço, fosse ele parlamentar, juiz, ministro, servidor público civil ou militar, ou trabalhador da iniciativa privada. Permitiríamos a criação da Previdência complementar, pública ou privada, e, aí, sim, a categoria, o nível de renda, servidor ou não, poderia, na aposentadoria complementar, ter a sua especificidade garantida; garantiríamos, democraticamente, que a Previdência Social, que é de repartição simples, não teria privilégios nem benesses e seria democrática, porque é universal para todos.

Por que não discutirmos isso? Talvez não perdêssemos tempo aqui discutindo essa excrescência que é a aposentadoria do Parlamentar com oito anos. Não porque são oito anos, não porque é de um parlamentar, mas porque verba do Tesouro o credencia para que receba essa benesse. Isso é abuso, como também são um abuso as várias aposentadorias especiais. Independentemente de serem especiais, trata-se de aposentadorias pagas pelo Tesouro Nacional, o que significa todos os contribuintes dando a alguns direitos que são negados a outros ou dados como indigências. São as aposentadorias com 20% a mais do que o salário da ativa, com referências a mais, no caso de servidores públicos, com abusos. Por exemplo, os professores universitários, depois de terem cursado a universidade - num país em que há pessoas que não cursam nem a escola primária -, fazem curso de pós-graduação e, no auge da sua maturidade intelectual, se aposentam, sem cumprir a responsabilidade social de retribuir à nossa sociedade tudo o que ela lhe deu.

Talvez, não discutindo isso, possamos caminhar para que a reforma da Previdência seja algo sério, efetivo, e não arremedos de reformas; e, pior do que isso, algo apenas para calar e para dizer que o Governo foi vitorioso em cima de uma derrota que só ele pretende assumir para si. Se aprovado o substitutivo Euler Ribeiro, seria derrota da sociedade brasileira, porque teríamos um arremedo de reforma. Uma vitória do Governo com a proposta do Líder Michel Temer é pior do que o substitutivo Euler Ribeiro, porque nem reforma é: é um arrumadinho, é algo que está sendo feito, quem sabe, para resolver problemas internos do PMDB, problemas internos da base de sustentação do Governo, sem levar em consideração a seriedade com que essa reforma deve

ser enfrentada, porque ela toca diretamente a vida de todos os cidadãos deste País.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO FREIRE - Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho - Note V. Ex^a, nóbre Líder, que o lógico seria, se possível, retornar à discussão que o Governo sustentasse a sua proposta. O que não se entende é que, rejeitado o substitutivo, que representava a fórmula sucedânea da emenda, não se cogite da emenda, mas de um novo projeto. Como V. Ex^a já assinalou e a imprensa tem noticiado, é uma minirreforma; então, não se entende mais qual é a pretensão oficial.

O SR. ROBERTO FREIRE - É verdade o que V. Ex^a diz. Por exemplo, defendi, junto ao Governo e algumas de suas lideranças, que, num gesto de seriedade, o Governo demonstrasse que não está fazendo uma pequena política, mas que quer efetivamente a reforma do Estado. Poderia solicitar que as forças políticas designassem como relator da reforma da Previdência Social quem apresentou o projeto mais sério na Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Jorge, do PT. Não é que fôssemos aprová-lo, até porque alguns aspectos poderiam ser aprimorados, mas se tratava de um projeto sério que pretendia uma reforma da Previdência sem garantir privilégios e pensando o Brasil do futuro. Talvez com um perfil demográfico diferente, tendo de enfrentar déficits da sua Previdência, porque Previdência Social não pode ser de capitalização, é de repartição simples. Por isso mesmo, tem que possuir um cálculo atuarial que a garanta para gerações futuras.

O Governo não teve coragem de fazer isso, mas teria que ter coragem de voltar à sua proposta original, que era a da Previdência única, garantindo especificidade para o parlamentar, juiz, servidor público, civil ou militar. Isto é, uma previdência complementar como, por exemplo, há a previdência fechada nas nossas estatais. Poderia ser uma previdência pública que garantisse aos servidores públicos algumas das suas especificidades, acima da contribuição da Previdência Social, porque esta, compulsória e universal, seria igual para todos, com os mesmos direitos.

Duvido que algum setor, alguma corporação, tivesse a coragem de ir contra um projeto desse, democrático na sua essência. Não estaria excluindo a possibilidade de um juiz, em função do seu salário, da profissão que exerce, do cargo que ocupa, poder

ter em uma previdência complementar um outro tipo de aposentadoria. No entanto, a previdência social, aquela que é fruto da repartição simples, que é uma contribuição compulsória de todos, essa teria que ser igual para um juiz, para um parlamentar, para um trabalhador do setor metalúrgico brasileiro.

Talvez nenhum setor, nenhuma corporação pudesse vir aqui defender direitos que são chamados de conquistas sociais; mas, infelizmente, os grandes privilegiados deste País colocam pequenos privilégios para si exatamente para manter sua dominação; para que, como cortina de fumaça, em nome de conquistas sociais, se mantenham os privilégios abusivos e excrescentes que aí estão.

É nesse sentido que uma proposta dessas talvez pudesse levar a sociedade a pensar que a reforma do Estado brasileiro não é algo que venha como conspiração neoliberal, mas é uma necessidade de quem quer uma sociedade mais justa, como pretende o Partido Popular Socialista.

O Sr. Sebastião Rocha - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO FREIRE - Ouço V. Ex^a.

O Sr. Sebastião Rocha - Senador Roberto Freire, V. Ex^a antecipa no Senado da República a discussão de um tema que é atual e muito importante para a Nação brasileira, e, o fez com amplo conhecimento de causa. Por essa razão, quero me associar a V. Ex^a e acrescentar que o grande cuidado que temos que ter neste Congresso é reconhecer que a proposta da reforma previdenciária e, no mesmo caminho, a proposta da reforma administrativa, que tramita na Câmara, cortam privilégios, mas também retiram direitos adquiridos de determinados setores, que são desiguais e, por isso, têm que ter um tratamento desigual. Por exemplo: as mulheres, os trabalhadores rurais, e assim por diante. Temos de tomar um grande cuidado para que essa reforma constitucional não acabe trazendo à Constituição reformada a alcunha de Constituição marginal, da mesma forma que a anterior recebeu o nome de Constituição cidadã. Muito obrigado, Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não me parece - permita-me, Senador Sebastião Rocha - que a proposta viesse a ser uma proposta marginal. Se marginalidade existe, é exatamente de algumas corporações que querem manter seus privilégios. Quando as centrais sindicais, de forma muito correta, politicamente justa - que inclusive ajudou para que se tivesse uma melhor consciência da Previdência So-

cial -, participaram das articulações e das negociações, de imediato garantiram algumas conquistas. E essas conquistas, que foram obtidas na Assembléia Nacional Constituinte, devem, sem dúvida alguma, ser mantidas.

Cito, como exemplo, a questão dos trabalhadores rurais. Claro que temos de criar alguns mecanismos para evitar a proliferação da corrupção: pessoas associavam a uma aposentadoria urbana a atividade rural, sem que necessariamente a tivessem executado, apenas para que precocemente pudessem se aposentar.

Alguns ajustes têm que ser feitos, mas foi uma grande conquista. E essa conquista foi mantida, mesmo no substitutivo do Relator Euler Ribeiro. Na proposta original, não estava prevista, e não viria se não fôssemos negociar. A proposta inicial era uma tentativa da Previdência única e que veio mantendo privilégios dentro da Previdência Social para alguns setores e retirando conquistas de outros em função da nossa ausência.

O que estou propondo é que participemos levando a proposta mais radical, do ponto de vista democrático, e não fazendo coro ou dando voz a quem nunca promoveu propostas democráticas, mas, muito ao contrário, sustentou essa Previdência de pequenos privilégios e concentradora de renda.

Vi, infelizmente, a esquerda, muitas vezes, aplaudindo representantes dessa previdência durante toda a nossa história, que garantiu, exatamente, esses privilégios. Não é para isso que estou fazendo discurso, não é para acabar com nenhuma conquista; estou fazendo este discurso para avançar nas conquistas. Por exemplo, uma Previdência Social única, com gestão quadripartite - outro avanço promovido pelas negociações das centrais sindicais que deve ser mantido em todo processo de negociação. Com essa gestão, com essa administração, pode-se começar a pensar que a base para se definir os benefícios de aposentadoria pode ser diferentes dos atuais 36 meses, ou a sua média, para definição do valor das aposentadorias.

Podemos começar a ter uma situação diferente da que temos hoje, em que o que se gasta com 10% de aposentados inativos de determinados setores do nosso País - que têm as chamadas aposentadorias especiais ou diferenciadas das aposentadorias gerais - é igual ao que se gasta com os outros 90% que são beneficiários do Sistema da Previdência Social, o INSS. Essa é uma distorção que poderíamos começar a pensar em mudar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - A Mesa quer lembrar a V. Ex^a que seu tempo está se esgotando. V. Ex^a tem dois minutos para concluir o seu discurso.

O SR. ROBERTO FREIRE - Já estou terminando, e eu só espero que esse assunto não se esgote no Senado, nos 20 minutos que eu tive. Espero que comecemos a discuti-lo, até para que este Senado não faça o mesmo que fez em relação às reformas da Ordem Econômica. Viemos para cá aprovar o que a Câmara já aprovava, por economia processual e porque iríamos criar problemas devolvendo para a Câmara algo que aqui tivéssemos modificado.

Poderíamos iniciar desde agora essa discussão séria, e a Câmara ficaria sabendo que não é "arumadinho" para acertar base de sustentação do Governo que vai significar a reforma da Previdência. Se se quer fazer reforma séria, que se discuta seriamente e não se faça o que mais facilmente será consenso. Não vamos para lugar algum assim.

Espero que o Governo Fernando Henrique - que é um Governo sério e ao qual fazemos oposição - mantenha essa seriedade na questão da reforma da Previdência. Ele não pode admitir que se faça esse arranjo na Câmara dos Deputados, porque isso não resolverá coisa alguma, apenas atentará contra alguns direitos pequenos, mínimos, que já existem para o trabalhador da iniciativa privada. É nesse ponto que eles querem mexer. No servidor público não mexem; no servidor militar nem se fala, para não se falar nos juizes, magistrados e em nós, Parlamentares. Quer-se deixar isso para uma legislação complementar, que não sabemos quando virá, talvez nem Deus.

O Sr. José Eduardo Dutra - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - Senador Roberto Freire, seu tempo está esgotado. A Mesa pede a V. Ex^a que não conceda mais apartes.

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas vou conceder. Aqui normalmente se faz isso.

Concedo o aparte ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - A Mesa quer lembrar ao nobre Senador Roberto Freire que estão inscritos para falar, como Líderes, os Senadores Ronaldo Cunha Lima e Ademir Andrade. De modo que, em atenção a V. Ex^a, a Mesa pede ao aparteante que seja breve.

O Sr. José Eduardo Dutra - Sr. Presidente, serei extremamente breve. Estava pensando que o

Senador Roberto Freire tivesse 50 minutos para falar. Por isso, eu estava aguardando que S. Ex^a desenvolvesse melhor o raciocínio para poder apartear-lo a fim de debater o mérito. Como não tenho tempo, quero parabenizar o Senador Roberto Freire por introduzir o debate da Previdência no Senado da República e agradecer a idéia que o Senador está dando. Pretendo dar entrada no projeto do PT, que está em tramitação na Câmara, para possibilitar o debate. Parabéns a V. Ex^a por introduzir esse tema no Senado! Muito obrigado.

O SR. ROBERTO FREIRE - Senador José Eduardo Dutra, gostaria de dizer que, vindo de V. Ex^a, isso realmente me é gratificante. Ao contrário de alguns companheiros do PT, que têm adotado posturas diferentes na Câmara, V. Ex^a desde muito tempo quer participar desse debate.

Ao fazer isso, V. Ex^a trará à colação algo que o PT tem por obrigação oferecer à sociedade, já que a sua proposta é boa e dá boa visão sobre a questão da Previdência Social.

O Deputado Eduardo Jorge ficou, em determinado momento, isolado dentro do Partido, que depois reconheceu que é nesse sentido que se avança para se construir uma Previdência Social digna desse nome e não garantidora de pequenos privilégios.

Eu também seria signatário da proposta do PT, se não pudéssemos aqui chegar a um consenso, porque tanto a proposta do PT quanto a do PPS podem ser a do Senado.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fomos surpreendidos com notícias do exterior, atribuídas ao eminente Governador do Estado do Ceará, relativas ao comportamento político do Presidente desta Casa, Senador José Sarney.

Quero, em meu nome e em nome da Liderança do PMDB, manifestar acima de tudo a profunda estranheza pelas declarações atribuídas ao Governador do Estado do Ceará. Ao mesmo tempo, transmito a minha solidariedade integral e a do meu Partido ao Presidente desta Casa pela sua conduta retilínea, patriótica, firme e altaneira, que merece o reconhecimento não apenas dos integrantes do seu partido, mas de todos os que com-

põem este Parlamento, e do Brasil inteiro pelo seu comportamento ético.

Entendo e proclamo injustas as acusações atribuídas pelo Governador do Ceará ao eminente Presidente José Sarney. Tenho certeza de que o faço em nome não só do meu Partido como em nome dos Senadores desta Casa, pela admiração e respeito que o Senador José Sarney nos merece.

A nossa solidariedade, minha pessoal e a do meu Partido, ao Presidente José Sarney, na certeza de que S. Ex^a continuará firme, elegante, patriota e responsável, como tem sido nos instantes em que se exige maior responsabilidade no comando desta Casa. S. Ex^a orgulha-nos com o seu comportamento.

O SR. IRIS REZENDE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que faça constar em Ata que os Senadores por Goiás fazemos nossas as palavras dos ilustres Senadores Ronaldo Cunha Lima e Antonio Carlos Magalhães em relação à pessoa do digno Presidente desta Casa, Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Ademir Andrade.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, todos nós sabemos que desde o Governo Collor se pensou em fazer reformas no sentido de tornar o Poder Público mais eficiente, mais capaz de atender às necessidades da população. Buscou-se, então, fechar órgãos do Estado, empresas, para, enfim, diminuir a máquina administrativa. O governo fez isso para buscar a competência, para mostrar à opinião pública que era sério, que pretendia estabelecer no País uma administração honesta e eficiente.

Na verdade, tudo que se provou foi justamente o contrário. As atitudes do Presidente Collor visavam esconder as falcatruas, as coisas erradas, a corrupção que ele implantou no governo.

Ocorre, Sr. Presidente, que ao longo desse período - depois de Collor veio o Presidente Itamar; agora o Presidente Fernando Henrique Cardoso -, ficou demonstrada a necessidade de algumas correções a atitudes tomadas pelo Governo Collor.

Nesse sentido, foi aprovada a anistia a milhares e milhares de funcionários públicos, colocados

em disponibilidade. Muitos deles permaneceram em suas casas, mas, ainda assim, ganhavam salário do Governo. Na verdade, a máquina pública perdeu eficiência de lá para cá.

Foi editada a Medida Provisória nº 473, de 19 de abril de 1994, para conceder anistia aos funcionários públicos, que posteriormente se transformou na Lei nº 8.878, de 11 de maio daquele mesmo ano. Nesse contexto de demissões, entre os funcionários injustiçados estão os da antiga Cobal, que passaram posteriormente à Conab, empresa sucessora da Cobal, da Cibrazém e da CFP.

O que queremos - e estamos fazendo um trabalho nesse sentido - é mostrar ao Ministro da Administração e da Reforma do Estado que nós sabemos que o INCRA precisa de funcionários. Está prestes a realizar um concurso público para admitir 2.500 funcionários para atender ao programa de reforma agrária que o Governo almeja realizar, proposta que, apesar de tímida, já constitui avanço. O Governo Fernando Henrique Cardoso prevê para este ano o assentamento de 60 mil famílias de trabalhadores rurais; para o ano que vem, '80; e, para o ano seguinte, 100 mil.

O Incra não consegue, evidentemente, realizar ou implementar essa tímida reforma em nosso País com o quadro de pessoal que hoje possui. Portanto - repito -, pretende realizar concurso para ter funcionários para desenvolver esse programa. No caso, nosso apelo e nosso trabalho é no sentido de que os funcionários que pertenceram à Cobal, à Cibrazém, à CFP, e que deveriam estar agora na Conab, sejam chamados para compor esse quadro. A lei lhes garante esse direito. A lei resultante da aprovação da medida provisória deixa claro que o Estado não contratará ninguém, nem fará concurso público enquanto houver funcionários públicos demitidos na época do Presidente Fernando Collor em condições de assumir esse trabalho.

Estamos demonstrando aqui a necessidade de se readmitir esses trabalhadores que pertenceram aos órgãos aqui citados.

O Sr. José Eduardo Dutra - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE - Com muita satisfação, ouço o nobre Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra - Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento e aproveitamento para registrar situação semelhante que ocorre no Estado de Sergipe. Uma das primeiras medidas do Governo Collor foi extinguir a Petrobrás Mineração, que era uma

subsidiária da Petrobrás. A prova de que a extinção foi feita de maneira pouco inteligente e irresponsável é que as atividades que vinham sendo desenvolvidas pela Petrobrás Mineração em Sergipe - numa mina de potássio, que é a única da América Latina - foram absorvidas pela Companhia Vale do Rio Doce, que não absorveu todos os empregados da Petromisa. Quando surgiu a Lei da Anistia, os 382 trabalhadores remanescentes da antiga Petromisa entraram com processo. A Comissão da Anistia os anistiou e determinou que caberia à Petrobrás a reintegração desses trabalhadores, já que todo o patrimônio da antiga Petromisa foi absorvido pela empresa, que apenas arrendou a mina à Companhia Vale do Rio Doce. A Petrobrás contestou, alegando que não tinha responsabilidade no caso. São 382 trabalhadores que entraram na Justiça e ganharam a liminar de reintegração desde março do ano passado, e querem trabalhar. A Petrobrás, em Sergipe, está precisando desativar algumas sondas de perfuração por falta de pessoal e, no entanto, insiste em continuar essa batalha judicial, numa verdadeira má utilização de recursos públicos, já que esses trabalhadores estão recebendo seus salários, por terem sido reintegrados, tendo em vista a determinação da Justiça. Entretanto, a Petrobrás não os absorve no exercício de suas atividades, não os distribui para produzirem e ajudarem a empresa, talvez na esperança de, um dia, ganhar na Justiça e poder demiti-los. Esse problema vem se arrastando há quase um ano e não se sabe quanto tempo ainda durará. A direção da Petrobrás, de maneira irresponsável, prefere manter os trabalhadores, que não querem ficar em casa e recebendo salários, afastados. Eles vão à Petrobrás quase todos os dias, mas como não podem trabalhar, exercer suas funções, ficam perambulando pelos corredores. Tivemos audiência com o Presidente da Petrobrás, com o Ministro das Minas e Energia, mas, até agora, a Petrobrás não tomou providências em relação ao episódio. Era o que queria aduzir ao pronunciamento de V. Ex^a, Senador. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Agradeço, Senador José Eduardo Dutra. Lamento profundamente que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, de certa forma, apesar de toda a confiança que temos em Sua Excelência e de sabermos de suas boas intenções em proporcionar o bem ao povo deste País, como disse o Senador Roberto Freire, o que nós percebemos é que a política de encolher o Estado continua. Essa política para nós não é correta. O Estado, na verdade, tem de ser o gestor, para dificultar

as desigualdades e para buscar o caminho da justiça e da igualdade. No entanto, o caminho que vemos é o inverso. Condenamos essa atitude do Governo atual. Esperamos ser atendidos, porque o que estamos fazendo é quase um trabalho técnico; é um apelo, demonstrando a importância de se empregar essas pessoas, pois o Estado tem necessidade delas. Esperamos, também, que o Ministro Bresser Pereira tenha sensibilidade e readmita esses antigos funcionários da Cobal, da Cibrazem, da CFP, que hoje deveriam estar na Conab, mas com todos os problemas que a Cobal enfrenta, a oportunidade que se encontra agora é a do Incra, e é para lá que estamos solicitando essas admissões.

Fica, portanto, o nosso apelo, que chegará às mãos do Ministro Bresser Pereira. Haveremos de ter uma resposta de S. Ex^a para trazer ao conhecimento público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU DISCURSO:*

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores:

Em passado bem recente, o Brasil foi palco de uma das maiores barbaridades que já se cometeram neste País contra os servidores públicos e contra a administração federal. Em nome da moralização e da modernidade administrativa, órgãos federais foram extintos, empresas foram fechadas, servidores, aos milhares foram colocados em disponibilidade ou simplesmente demitidos. Instalou-se o caos. A máquina pública ficou paralisada. O funcionário passou a ser visto como o responsável pelas mazelas que aconteciam no País.

Dispensar um funcionário incompetente, desdioso pode ser uma medida acertada; fechar uma empresa que não tem mais razão de existir, fundir órgãos com destinação assemelhada pode ser sinal de eficiência administrativa. Nada, porém, pode ser feito de afogadilho, sem reflexão e sem um minucioso levantamento da situação e das decisões a serem tomadas, unicamente com a finalidade de mostrar determinação ou uma aura inexistente de seriedade e zelo pela coisa pública. No caso brasileiro, os próprios fatos demonstraram que esse rompante de autoridade era apenas uma fachada para desviar a atenção da população da dilapidação do patrimônio público e para encobrir grandes falcatruas que se cometiam.

Em decorrência desses desatinos, muitas pessoas ficaram desempregadas e desamparadas, e

aquelas colocadas em disponibilidade ficaram em casa sem nada fazer, mas recebendo dos cofres públicos. Enquanto isso, os órgãos públicos funcionavam aos trancos e barrancos, com os funcionários amedrontados e em permanente tensão.

Para corrigir o mal feito, o Governo teve de partir para soluções corretivas. Em 94, foi baixada uma Medida Provisória, a de nº 473, de 19 de abril, já transformada em lei, de número 8.878, de 11 de maio daquele mesmo ano, concedendo a anistia. A esse benefício poderiam se candidatar os servidores titulares de cargos efetivos ou emprego permanente, demitidos, exonerados ou dispensados por motivação política, em desacordo com os princípios constitucionais.

Essa mesma lei determinou que a Administração Pública Federal e as empresas sob controle da União, quando da realização de processo seletivo para o provimento de cargos ou empregos permanentes, excluíssem das vagas disponíveis o número correspondente àqueles que pudessem se beneficiar da anistia. Por causa disso muitos servidores já foram reintegrados ao serviço, mas existe um grande número que ainda está à espera dessa oportunidade.

Por essa razão, faço um veemente apelo ao Senhor Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado para que aproveite no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aqueles servidores da antiga Cobal em condições de ser anistiados e que hoje se reportam à Conab, empresa sucessora da Cobal, Cibrazem e CFP.

Sei que esse Ministério está estudando a viabilidade de abrir concurso para admitir cerca de dois mil e quinhentos servidores nos quadros do Incra, admissões essas destinadas a dinamizar o programa de assentamentos do Governo. Por que não dar prioridade àqueles pessoas demitidas da Cobal, com direito à anistia, que ainda não foram reaproveitadas no serviço público e cujo processo de readmissão já tramita na Conab?

Se assim agisse, o Governo teria condições imediatas de dar continuidade ao programa de assentamentos; deixaria de ter gastos com o processo seletivo, que freqüentemente são altos, e resolveria o problema social de tantos servidores que, de uma hora para outra, se viram privados do seu ganhão, sem emprego e sem ter como reclamar.

O aproveitamento desses servidores já foi admitido pelo próprio Incra em ofício em que o Superintendente do órgão na Paraíba, após negociações com o órgão central e a sua devida aprovação, solicitou ao Secretário-Geral do Sint-Serf da Paraíba a

indicação de nomes de pessoas demitidas e anistiadas da Conab para posterior aproveitamento nos quadros do Incra.

Essa solicitação foi feita em outubro de 1994, mas logo a seguir, com a posse do novo Governo em janeiro de 1995, o processo foi interrompido e os servidores ainda estão à espera de uma definição.

Estou convencido de que, com a necessidade de se admitirem novos funcionários nos quadros do Incra e com a disposição já demonstrada pelo Governo de abrir concurso para selecioná-los, surge uma nova oportunidade para aqueles demitidos, aptos a se beneficiarem da anistia.

A abertura de novos concursos para ingresso em cargos públicos é iniciativa que só merece elogios, mas creio não ser necessário, quando há servidores desejosos de retornar ao serviço público, aptos a fazê-lo e com direito legal de serem reaproveitados.

Readmitir esses servidores, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não representa qualquer ato de benevolência do poder público; é tão somente uma iniciativa que vem reparar uma grande injustiça perpetrada contra esses servidores, já que a sua dispensa tinha objetivos políticos imediatistas, sem que se verificassem os reais interesses e necessidades da nação e os legítimos direitos desses servidores.

Por isso, convencido da necessidade de se reparar esse erro, faço o meu apelo ao Senhor Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado em favor dos anistiados da Conab.

Reparar esse erro do passado, mais do que um ato de justiça, será um gesto que engrandecerá os nossos governantes e que trará tranquilidade àqueles que dele se beneficiarem.

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - Concedo a palavra ao eminente Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para me pronunciar sobre a grave questão do desemprego em nosso País. Um tema que já foi alvo de outras intervenções aqui nesta Casa, inclusive do nobre Líder do PFL, Senador Hugo Napoleão, vazadas na mesma preocupação, e que já mereceu até uma consideração especial do próprio Presidente da República, quando em discurso, no dia 9 de fevereiro último, proclamou ser 1996, para o seu governo, "o ano do emprego".

Sem dúvida, já foram trazidas ao conhecimento deste Plenário muitas e pertinentes informações a respeito desse problema, e muitas sugestões para sua solução ou redução foram aqui apresentadas. Mas me permito hoje repisar este tema, trazendo novos dados, que confirmam toda a sua dramaticidade e reiteram a urgente necessidade de se encontrar uma política mais efetiva para a geração de empregos em nosso País.

Com efeito, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, em recente pesquisa, realizada em conjunto pela revista **IstoÉ** e a empresa Toledo & Associados, tratada em matéria de capa no seu número 14 de fevereiro último, a qual teve duração de vários meses, abrangendo todas as regiões do País, 41% dos entrevistados elegeram o desemprego como prioridade absoluta, dentre um grande elenco de questões a serem enfrentadas pelo governo. Confirmando os resultados de pesquisa semelhante, elaborada pelo Instituto Gallup, que sobre o problema apresentou resultado praticamente idêntico.

Na verdade, a reação de nossa sociedade não poderia ser outra. Afinal, o Brasil convive hoje com um imenso exército de cerca de 3,4 milhões de desempregados, que se agiganta ainda mais se a eles somarmos 1,6 milhão de novos postulantes a vagas de mercado de trabalho, a cada ano. Com o que se pode ter uma clara idéia da enorme complexidade da questão. Não sendo sem razão que me tomo de grande surpresa e inquietação ao saber das argumentações de autoridades econômicas tendentes a minimizá-la.

Essas autoridades, provavelmente no afã de salvaguardar a imagem positiva do Plano Real, cujo mérito na radical debelação do processo inflacionário não se discute, têm, nesse sentido, apresentado o desemprego como sendo uma decorrência natural da reestruturação do mercado, diante das novas condições impostas pela intensificação da abertura de nossa economia nos últimos cinco anos. Procuram dar a entender que a acentuada queda do nível de emprego em nosso País se vincularia sobretudo a desocupações localizadas em determinados ramos da atividade econômica, mercê da evolução tecnológica, principalmente no setor industrial, e da busca de aumento de eficiência pelas empresas. Jogando-se a responsabilidade pelo grande desemprego que nos assola sobre o chamado "desemprego estrutural" ou "tecnológico". De modo que as dispensas forçadas de pessoal não teriam, em última instância, tanta importância assim, pois se trataria de movimentações de caráter apenas conjuntural, que,

de qualquer maneira, viriam a se acomodar em prazo médio.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está a me parecer que o problema não deve ser visto por esse ângulo apenas, uma vez que grande parte do nosso desemprego, na verdade, escapa desse enquadramento, não só porque exprime as dificuldades próprias do neocapitalismo, permeado de profundas contradições e desigualdades sociais, mas por ser também reflexo mais imediato da forma como se vem conduzindo o plano de estabilização.

Evidentemente, não me passa despercebido que o chamado "desemprego estrutural" afeta hoje em dia todas as economias do mundo, espelhando a grande contradição dialética entre o avanço técnico e tecnológico que caracteriza a III Revolução Industrial e a ocupação de mão-de-obra. Um dispensando a outra, de forma acentuada, com destaque para os países desenvolvidos, em que os progressos naquela área são evidentemente mais fortes. Tanto que as conclusões do Fórum de Davos, na Suíça, recentemente encerrado, nos dão conta da existência atual de 800 milhões de desempregados e subempregados em todo o mundo, o equivalente a mais de 13 vezes a nossa PEA (População Economicamente Ativa), calculada hoje em 60 milhões.

Na verdade, com poucas exceções, a grande maioria dos analistas dessa área considera que esse tipo de desemprego é uma consequência inevitável do chamado "crescimento sem emprego". O incremento positivo da capacidade produtiva não mais levaria, como antes, a um maior número de pontos de trabalho, detectando-se desse modo praticamente o "fim do emprego", pelo menos no conceito tradicional.

No Brasil, esse processo estaria mais que confirmado, a partir de vários levantamentos realizados pelos pesquisadores do assunto. Segundo o Professor Márcio Pochmann, do Centro de Estudos Sindicais e da Economia do Trabalho da Unicamp (Universidade de Campinas), São Paulo, no período entre 1993 e 1995, a atividade econômica cresceu ao redor de 15%, mas o número de empregos aumentou tão-somente 2%. E, se na década de 70, cada ponto percentual de aumento do Produto Interno Bruto nosso garantia, segundo o mesmo pesquisador, um crescimento de 0,40% no emprego, no intervalo entre 1993 e 1995 essa relação simplesmente já declinara para 0,13%.

No entanto, mesmo com o impacto desse processo sobre o nível de ocupação de mão-de-obra

em nosso País, as estatísticas correspondentes ao nosso desemprego não seriam tão gritantes como as que hoje se registram. Como diz a matéria da revista *IstoÉ*, antes citada, o desemprego decorrente da nova situação que o plano de estabilização nos trouxe, particularmente como consequência de medidas altamente restritivas na área do crédito, como juros altíssimos, não encontra paralelo na história de nosso País. Sendo muito mais sério do que se pode imaginar ou anunciar, a par de que se generalizou por todos os setores da economia, com seus efeitos mais contundentes por se fazerem sentir ainda em toda a sua plenitude.*

Creio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como ainda anteontem dizia aqui, ao falar sobre o Nordeste, que tudo isso decorre de certas distorções do plano econômico que está em vigor, o chamado Plano Real, na sua concepção mais de caráter neoliberal, num governo que é sobretudo de inspiração socialdemocrata. Então, algumas dessas distorções deveriam que ser rapidamente corrigidas, para que nós pudéssemos fazer com que o Plano Real realmente tivesse um caráter plenamente socialdemocrata.

Assim, uma em quatro famílias brasileiras, conforme a referida pesquisa, já possui pelo menos um desempregado dentro de casa. E a relação aumenta para 50% dos lares nas regiões menos favorecidas, como o Norte e o Nordeste, com a média nacional de desempregados se ampliando e passando a girar em torno de 1,4 pessoas por família. Praticamente o dobro do verificado no início da década, ou seja, algo como se um terço da força de trabalho familiar estivesse desativado, ao se considerar o padrão demográfico de 4,2 membros por família.

Trata-se, portanto, de um fenômeno que está a exigir uma ação de governo, como disse antes, muito mais eficaz do que as recentes medidas por ele tomadas, como, por exemplo, a liberação de financiamentos via BNDES, da ordem de R\$3 bilhões a R\$5 bilhões, com o objetivo de dirimi-lo. Sem dúvida, trata-se de reação positiva do governo, sem condições de imediata factibilidade, e previamente comprometida com a referida visão oficial de desemprego localizado. Mas, a medida veio quando o problema já ganhava contornos altamente preocupantes. Os recursos do programa, por sua vez, ainda inexistem, pois deverão provir das privatizações da Vale do Rio Doce e da Light, que até agora não foram realizadas* - saliente-se o debate que se trava no Congresso contra a privatização da Vale do Rio Doce. *E, por fim, são recursos que se destinam a

setores da indústria, em que as dispensas independem de estímulos para reduzi-las, acontecendo dentro do processo de busca do aumento de produtividade, com as vagas não sendo reabertas por meio do aumento dos negócios.

Enquanto isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso mercado de trabalho, como não poderia deixar de ser, começa a ser fortemente modificado, num processo objetivo de mudanças, que, como costuma acontecer nesses casos, vem acompanhado de graves inconvenientes de caráter jurídico-constitucional. Como foi o caso do recente acordo celebrado pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Cidade de São Paulo e empresários do setor, com vistas à contratação temporária de trabalhadores, sem carteira assinada e dispensando vários outros dispositivos legais de proteção a que estes têm direito, corretamente embargado pelo setor judiciário, pretendendo-se, agora, um projeto de lei regulando o trabalho temporário.*

Nesse particular, sabemos pela imprensa, que publica diariamente a tramitação do assunto na área do Governo, que o Sr. Ministro do Trabalho está terminando um anteprojeto de lei, a ser encaminhado ao Senhor Presidente da República, para que Sua Excelência, depois de examiná-lo, submeta-o ao Congresso, justamente criando a figura do contrato temporário de trabalho. É preciso que esse contrato seja visto com reservas, pelo menos por enquanto, porque o que se diz é que ele seria elaborado ao arpejo da própria Constituição Federal. Há certos aspectos relacionados com os direitos sociais dos trabalhadores que só podem ser realmente objeto de alteração mediante reforma do texto constitucional e não por meio de simples projeto de lei ordinária.

Ou, ainda, outras movimentações de cunho similar, envolvendo micro e pequenas empresas. Um universo que deveria merecer, isso sim, todo um acompanhamento e atenção especiais por parte do Governo, por toda a sua potencialidade econômica, sobretudo em se tratando do aumento do nível de emprego. Pois, afinal, constituem elas um total de 4.5 milhões de unidades produtivas em todo o País, sendo responsáveis por 7 milhões de vagas de trabalho formais e, estimativamente, de outras 21 milhões em termos informais. Um universo para o qual corre, inevitavelmente, a maioria dos que são descartados do mercado de trabalho, em busca de abrir o seu próprio negócio, mas sucumbindo diante de toda a sorte de dificuldades, em termos da enorme sobrecarga de impostos e encargos trabalhistas, com o que uma microempresa enfrenta um custo de

até 50% com sua folha de pessoal, diferentemente das grandes, em que o custo se situa apenas em 7%. Não sendo, então, fato surpreendente o aumento enorme da chamada economia informal ou subterrânea em nosso País.*

A esse propósito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo informar à Casa que, conforme requerimento que fiz, já aprovado pelo Plenário, deverá ser incluído na Ordem do Dia, dentro de pouco tempo, projeto de minha autoria que aloca R\$1 bilhão, proveniente do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - da Caixa Econômica Federal, sendo que R\$300 milhões serão destinados a financiamento de taxistas e R\$700 milhões destinados a financiamento de microempresários de todo o País. Sei que os microempresários representam o segmento da economia produtiva mais responsável pela absorção da mão-de-obra no País.

Pois bem, Sr. Presidente, nessa área dá-se hoje um fenômeno compreensível, mas não menos preocupante. Proliferam-se agora diversas cooperativas de mão-de-obra especializada, oferecendo seus serviços às micro e pequenas empresas, porém dispensando qualquer vínculo empregatício, aumentando assim a avalanche de empregos temporários, sem carteira assinada. Uma comunidade de verdadeiros "bóias-frias" urbanos, inclusive na área financeira, sem que se tenha qualquer garantia de que a economia de custo por trabalhador venha a ser investida em novas contratações.

Aliás, esse é o ponto mais questionável nesse processo de redução dos encargos trabalhistas. Por oportuno, devo dizer que na Europa, onde o desemprego chegou às raias das taxas mais elevadas do mundo industrializado, tem-se tentado reduzir o impacto do fenômeno não só através da redução das jornadas de trabalho, mas também por meio da diminuição do custo do emprego. Mas, com base na experiência francesa, a redução dos encargos trabalhistas não tiveram o efeito desejado. Segundo Thomas Coutrot, assessor econômico do ministro do Trabalho da França, as empresas daquele país teriam se beneficiado dos menores custos sem que novas vagas surgissem. Elas teriam conseguido, conforme sua análise, em média, uma poupança 20% maior do que normalmente necessitariam para investir e crescer, mas ainda assim os empregos não apareceram.*

E a propósito, na França, poucos dias antes de deixar o Governo de Portugal, o ilustre ex-presidente Mário Soares, com a sua experiência e talento político, anunciava ao mundo que, a seu ver, o neolibera-

lismo iria marchando celeremente para a decadência e citava a França como exemplo principal para se ater à perspectiva histórica, de que realmente o sistema que iria dominar o mundo para solucionar o problema das grandes massas, seria o da social democracia.

Vejamos mais alguns dados sobre o nosso desemprego. Durante o mês de janeiro, somente no ABC paulista, segundo os sindicatos dos metalúrgicos da área, a cada hora cerca de 4,5 trabalhadores perderam o emprego. Aquele mês terminou com 3.500 dispensas, engordando a lista que já é de 133 mil demitidos. Não se tendo qualquer dado mais consistente, como dizem alguns, de que grande parte desse pessoal tenha sido em sua maioria absorvido pelo setor de Comércio e Serviços. E contrapondo-se ainda mais à argumentação do desemprego localizado, temos a situação da absorção da mão-de-obra na agricultura. Se considerarmos que cada cinco hectares cultivados exigem em média o concurso de um trabalhador/ano, a redução da área plantada estimada em 2,3 milhões de hectares, por conta das dificuldades impostas pela política econômica ao setor - a chamada "âncora verde" - encontram-se hoje desempregadas nada menos de 460 mil pessoas. Em São Paulo, por exemplo, o setor agrícola deve ofertar na próxima colheita 18 mil empregos a menos, de acordo com os dados da Secretaria da Agricultura. Em Pernambuco, por sua vez, nas áreas de plantio de cana-de-açúcar, ofertam-se hoje menos de 130 mil empregos, quando nos anos 80 esse número girava em torno de 200 mil. E em Goiás, mesmo com o aumento da produção agrícola da ordem de 35%, nos últimos anos o desemprego aumentou em torno de 40%.

Esses números, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não são apenas projeções de quem deseja maximizar o problema para efeito político. São resultados de estudos proficientes, elaborados por instituições de renome no País, cujas metodologias de trabalho se conflitam com a usada por instituições oficiais como, por exemplo, o IBGE.

Objetivamente o problema é o seguinte: enquanto pelo Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - e pela Fiesp - Federação das Indústrias de São Paulo - o percentual de desempregados em relação à PEA gira hoje em torno de 13%, o IBGE apresenta a taxa correspondente de 5,09%, que há anos vem balizando os números do Governo. Resultado esse que decorre do fato de que para essa instituição oficial qualquer pessoa que estivesse prestando qualquer tipo de serviço na semana anterior a

da pesquisa, mesmo um simples "bico", como se diz, até por um único dia é considerada ocupada.

Entretanto, superficialidades metodológicas à parte, o fato incontestável é o de que hoje 58% da massa de trabalhadores brasileiros com carteira assinada estão à margem do mercado de trabalho, configurando um incomensurável exército de desempregados e subempregados, cujo impacto negativo sobre nosso mercado interno não pode ser jamais desprezado ou minimizado.

As saídas para tal situação, na verdade, existem e dependem muito mais de decisões da política econômica que se voltem realmente para elas. Não se pode, por exemplo, negar que o Brasil, como diz o economista Pedro Paulo Martoni Branco, Diretor-Executivo da Fundação Seade - Sistema Estadual de Análise de Dados - de São Paulo, que nosso País encontra-se em plena construção. Fato que lhe propicia a capacidade de promover atividades maciças de geração de empregos. O que, diante da falência financeira do Estado brasileiro, incapacitado, portanto, de acumular recursos para grandes obras públicas, implica a necessidade de se reformular urgentemente a matriz econômica do País, abrindo-se oportunidades de intervenção do setor privado, sob regulação criteriosa do setor público, sobretudo em alguns serviços de utilidade pública. Sem mencionar a urgente e imperiosa necessidade de que o Estado exerça um controle e uma fiscalização muito mais eficazes sobre a intermediação financeira, para evitar que fraudes, como a do Banco Nacional, possam desviar anonimamente preciosos recursos, cujas aplicações produtivas e de caráter eminentemente social terminem por ser seriamente prejudicadas.

Há ainda outras medidas de caráter compensatório, em relação ao impacto do desemprego, que urgem ser implementadas. A sugestão mais objetiva nesse sentido é a de que se crie o quanto antes um grande agência pública nacional de geração de emprego, calcada em modificações substantivas e eficientes nos programas de seguro-desemprego, bem como a implementação do contrato coletivo de trabalho. E, além disso, a implementação de um amplo programa de treinamento de mão-de-obra, que permita uma maior qualificação de nosso trabalhador, dando-lhe melhores condições de absorção pelo mercado de trabalho nos quadros atuais de avanços tecnológicos.

Sr. Presidente, nesse particular os recursos privados poderiam incentivar o crescimento de nossa economia nessa fase difícil em que nos encontramos.

Diante das reformas constitucionais já realizadas, sobretudo no campo econômico, que abriram melhores condições para investimentos estrangeiros de risco no País, insisto, Sr. Presidente, obstinadamente, na aprovação do projeto de minha autoria, que já teve o apoio do Senado e está na Câmara, que admite a aplicação no País dos títulos de conversão da dívida externa, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, ou mesmo nas demais. A Câmara está debruçada sobre esse assunto. Acredito que assim teríamos recursos suplementares para o custeio do nosso processo de desenvolvimento.

Retomando o meu pronunciamento, certamente, as projeções que se fazem sobre as possibilidades de redução do nosso desemprego não são nada otimistas. De acordo com o ex-Ministro Mailson da Nóbrega, o nosso setor financeiro, por exemplo, em ritmo acelerado de informatização, deverá estar empregando apenas 300 mil pessoas na virada do século, contra 1,1 milhão que mantinha em 1985.

Há pouco tempo, o Banco do Brasil, para enxugar a sua máquina administrativa, teve de fazer a chamada demissão voluntária de 15 mil funcionários. Agora, a Caixa Econômica Federal anuncia que fará o mesmo.

Se isso ocorre nas instituições oficiais de crédito, o que se pode esperar que aconteça aos bancos particulares? Contudo, há os que ainda acreditam que, não obstante essa dificuldade a própria indústria nacional em avançado estado de modernização tecnológica, poderá vir a reduzir o desemprego no futuro. Assim pensa Horácio Piva, da Fiesp, para quem a tendência de que nossa economia venha entrar em um vínculo virtuoso em pouco tempo, com as empresas competitivas criando novas riquezas para o País, com a conseqüente geração de crescimento e de emprego.

É uma assertiva, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não se pode aceitar de pronto, sobretudo, num mundo onde a máquina, cada vez mais, substitui o homem e, portanto, a indústria é automatizada.

Meu ponto de vista é o de que essa última posição reflete muito mais a nossa realidade. O Brasil, assim como seus parceiros do time chamado de "países baleias", como a Índia, Austrália, China, etc, certamente não poderá se arvorar em ganhar a batalha da competitividade com os países desenvolvidos, em termos de padrões produtivos de bens e serviços sofisticados. Mas, quase com certeza, po-

demos dizer que a ele está reservado um lugar de destaque na produção de bens populares, que deverão ser a tônica das concorrentes de mercado, em futuro breve.

Nesse sentido é que se destaca, a meu juízo, a necessidade de que se parta imediatamente para uma reformulação em nossa política exterior, em que o Estado, diferentemente do que apregoam os setores neoliberais, deve também empreender um grande esforço regulador. Pois está claro que um aumento substancial de nossas exportações deve ser perseguido, particularmente com vistas ao seu reflexo positivo sobre o nível de emprego.

E aí entra novamente a questão das ZPEs, das Zonas de Processamento de Exportação, criadas no Governo José Sarney, as quais até agora não instaladas neste País.

E ainda a esse respeito, devo reportar-me ao economista, Deputado Federal Delfim Netto, que, em recente artigo para a **Gazeta Mercantil**, afirmou: "Em condições normais de pressão e temperatura, deveríamos ter exportado, em 1995, mais de US\$52,5 bilhões (20% a mais do que em 1994, com todos nossos parceiros), e não apenas US\$46,5 bilhões. Esses US\$6 bilhões adicionais teriam criado empregos para cerca de 150 mil pessoas (um homem/ano para cada US\$40 mil dólares exportados)". Com que ele critica a severa restrição de crédito que o Governo foi obrigado a promover para manter o câmbio altamente valorizado, reduzindo nossa taxa de crescimento de 6% para 4%, em 1995, que teria determinado, no final das contas, o desemprego de cerca de 880 mil pessoas.

De modo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, mesmo sem ser economista, me parece claro que todo um conjunto de medidas, como as que mencionei antes, e outras, eivadas na criatividade que sempre demonstramos possuir, devem ser rapidamente implementadas para se encontrar uma saída eficaz para o nosso desemprego.

Como disse no início, o próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tem-se dado conta da gravidade extrema dessa situação. E quero crer que Sua Excelência, com toda sua formação social-democrata, não deve ter perdido de vista a necessidade de reverter o quanto antes esse quadro, tomando todas as medidas que se façam necessárias para isso. Mas, sobretudo, espero que Sua Excelência não deixe de entender que, para se reduzir o desemprego entre nós, faz-se necessário, fundamental, mudar os rumos da política econômica,

particularmente no sentido de se aumentar substancialmente o crescimento econômico, pois, mesmo considerando o impacto inevitável do referido desemprego tecnológico, tudo está a indicar que temos ainda bastante campo para aumentar, nos termos tradicionais, a nossa oferta e demanda globais, que permitam elevar mais rapidamente a procura por mão-de-obra.

Em suma, Sr. Presidente, esse é o quadro que está aí e que temos que mudar rapidamente, porque se é importante, não podemos negar isso, que o Governo tenha êxito, como está tendo, no plano econômico, não haveremos de desejar que a crise se acentue no campo social, sobretudo, repito, num Governo que é de inspiração social democrática.

Sr. Presidente, para que medidas importantes sejam tomadas para contornar essa situação, para que não se agrave o desemprego, entre outras medidas apontaria, além das que sugeri, a retomada com decisão política do verdadeiro processo de reforma agrária no País.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Humberto Lucena, o Sr. Odacir Soares, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Tem a palavra o nobre Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governador do Amapá declarou estado de calamidade pública no município de Calçoene, em decorrência de enchente provocada por fortes chuvas que caem na região e que isolou o município. Várias famílias encontram-se desabrigadas e sem condição de consumir a água tratada da rede, que se encontra contaminada. A população daquele município vive uma situação muito grave. O mesmo ocorre com Oiapoque, Amapá e Tartarugalzinho, que estão praticamente isolados, pois a enchente destruiu trechos da BR-156, que é sua estrada principal.

Queremos pedir a solidariedade do Governo Federal no sentido de contribuir, dentro de suas possibilidades, para que se possa minimizar o sofrimento dos habitantes daqueles municípios.

Era o que tinha a registrar nesta comunicação inadiável, além de manifestar minha tristeza e soli-

dariedade ao povo desses municípios que estão em situação difícil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende. S. Exª dispõe de 50 minutos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos sabemos que o Parlamento, seja ele municipal, estadual ou federal, sofre um processo de desgaste justamente porque é o Poder que não tem o poder de polícia, que não tem o cofre. Enfim, é o Poder que tem a tribuna como sua principal ferramenta de trabalho.

Muitas vezes, esse desgaste decorre do comportamento pouco recomendável de um ou outro parlamentar, o que acaba levando a opinião pública a ter um conceito desgastado do Parlamento como um todo.

Tenho notado, desde que cheguei a este Parlamento, que a opinião pública tem observado uma mudança interessante do comportamento do Congresso Nacional. Fui eleito. No decorrer da campanha, ouvi críticas por parte dos oradores dos nossos Municípios ao Congresso Nacional. Hoje, tenho observado que esses mesmos críticos estão satisfeitos com o desempenho desta legislatura. É claro que todos chegamos trazendo os anseios, as angústias, as aflições da sociedade brasileira. Tudo isso fez com que houvesse uma mudança - para melhor - do Congresso Nacional.

Lembro-me que freqüentemente estavam as Lideranças a convocar os Parlamentares para as famosas semanas de esforço concentrado. Diante daquelas convocações, discutiam e aprovavam matérias consideradas prioritárias.

Para nossa satisfação, constatamos que, nesta Legislatura, ainda não se viu convocação para esforço concentrado e nunca faltou número para deliberação nas sessões denominadas deliberativas, quer do Senado, quer da Câmara dos Deputados.

Procuramos salientar essa situação para que a sociedade brasileira realmente passe a observar e sentir que está havendo uma mudança para melhor. Gostaria de passar á mão de V. Exª, para que fique nos Anais desta Casa, o relatório de atividades da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na primeira Sessão Legislativa.

Por esse relatório constatamos que o Senado inicia seus trabalhos do segundo ano legislativo já com saldo positivo. Devo reconhecer o esforço dos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nuca se viram tantas reuniões realiza-

das, tantos projetos apreciados, tantas discussões importantes de temas que fazem parte do dia-a-dia de nosso povo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente - e é este o motivo principal que me faz assomar a esta tribuna na tarde de hoje - trago à discussão do Senado Federal uma situação um tanto preocupante que observamos no entorno de Brasília.

Goiás lutou muito, exigiu, proclamou pelos quatro cantos deste País, sempre que possível, a necessidade da transferência da capital federal para o Planalto Central.

Num memorável dia, no sudoeste de Goiás, especificamente na cidade de Jataí, Juscelino, em campanha, dizia da necessidade de cumprir a Constituição brasileira. Um homem do povo o interpelou dizendo: "Se V. Ex^a realmente prega a necessidade de cumprimento da Constituição, qual será a posição de V. Ex^a, Dr. Juscelino, em relação ao dispositivo que determina a transferência da capital federal para o Planalto Central?"

Ali Juscelino assumiu uma decisão histórica. Naquele instante, forçado talvez pelas circunstâncias e pelo peso daquele questionamento, declarou que, eleito, construiria a nova capital do Brasil, abrindo as portas para a integração do interior brasileiro ao desenvolvimento nacional.

Reconhecemos que o tempo foi realmente curto para que se projetasse e se construísse uma capital em apenas um mandato. Reconhecemos isso, mas devemos entender que os projetistas de Brasília - os mais renomados - talvez pela escassez de tempo, esqueceram-se de reservar espaço suficiente para acomodação dos milhares e milhares de brasileiros que acorreriam para Brasília, na expectativa de um novo tempo, de uma nova situação de vida. Eram aqueles que vinham trabalhar na construção da capital, que pensavam em empreendimentos nas mais variadas atividades de uma comunidade. Os projetistas se esqueceram dos vendedores de picolés, dos pipoqueiros ou mesmo dos que fazem o churrasquinho com seu carrinho nas ruas; daquelas que trabalhariam como domésticas e dos operários de toda ordem.

Ocorreu, no entanto, que as imobiliárias, buscando lucro fácil e aproveitando, acredito, até da ignorância dos prefeitos dos Municípios vizinhos à época, prepararam empreendimentos enormes e conseguiram aprovar loteamentos para milhões e milhões de habitantes nas cidades circunvizinhas de Brasília. Nesse momento, surgiu uma população inesperada no entorno de Brasília.

Atualmente, um milhão de habitantes, cujas atividades estão diretamente ligadas à capital, vivem no entorno. Os chefes de família residem naquelas localidades, mas trabalham em Brasília e aqui fazem suas compras, enquanto seus filhos ficam a depender de escolas, de tratamento médico e de segurança pública. O crescimento dessa população situa-se na faixa de 20% ao ano.

No início de Brasília, a cidade de Santo Antônio do Descoberto era um pequeno povoado. Hoje, a sua população gira em torno de 140 mil habitantes. Há pouco tempo, a denominada Águas Lindas era um descampado e ali se deu início a esse aglomerado urbano. Em pouco mais de dois anos, já são 90 mil habitantes. Esse povoado emancipou-se recentemente e terá, nas próximas eleições, o seu prefeito. Planaltina de Goiás surgiu também em substituição à antiga Planaltina, que está integrada no Distrito Federal. Hoje, já tem mais de 150 mil habitantes, desprovidos de tudo.

Ouvimos aqui, com freqüência, os clamores dos ilustres Senadores do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste a reclamar medidas do Governo que possibilitem melhores condições de vida para o povo daquelas regiões. Conhecemos as condições de vida das populações dos morros do Rio de Janeiro, de algumas áreas de invasões da capital do Estado de São Paulo, mas a dessa população do entorno equipara-se às das populações que mais sofrem no Nordeste, no Norte e nas periferias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Venho aqui, Sr. Presidente, chamar a atenção do Senado Federal e do Governo da República para essa situação. Agora vem de imediato uma indagação: e o Governo de Goiás, o que tem feito para isso? Quais têm sido suas providências no sentido de minimizar o sofrimento dessa gente do entorno? Respondo: foi um problema inesperado para o Governo de Goiás, surgido nas últimas décadas, até porque as populações crescem e não existe praticamente renda para o Governo de Goiás, justamente porque são cidades-dormitórios.

Nossa preocupação, Sr. Presidente, é que aconteça com o entorno de Brasília o que tem acontecido com o entorno da cidade do Rio de Janeiro. Por exemplo, o Governo Federal cuidava, enfeitava a cidade do Rio de Janeiro. Era a orla, era a cidade que recebia turistas de todos os lugares do mundo. No entanto, esqueceu-se da região da Baixada Fluminense. Aquelas crianças cresceram sem oportunidade de trabalho, sem receber a educação necessária e, hoje, a vida ali, em muitos

morros, em muitas invasões e favelas, tomou-se quase que impraticável. Isso é o que acontecerá no entorno de Brasília, se o Governo não voltar a sua atenção para essa situação realmente deprimente.

Venho aqui como representante de Goiás, por reconhecer que ao meu Estado não é possível, sozinho, resolver esta situação, até porque existem regalias em relação ao Distrito Federal que tornam impossível a concorrência.

Vou dar o exemplo. Desde que se implantou o Plano Real, a folha de salário do funcionalismo público de Goiás chega a aproximadamente 80% da sua receita. É a situação de quase todos os Estados brasileiros. Era de 60%, anteriormente.

Dos 115 mil funcionários públicos de Goiás, 62 mil são do ensino público estadual: professores primários, secundários, de ensino superior e os funcionários das unidades escolares. Mais da metade dos servidores do Estado são da área da Educação. Com os funcionários da Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil e Saúde, esse número chega a praticamente 2/3 do total dos funcionários estaduais. Aumentar R\$1 para cada funcionário desse seria tocar ainda com maior intensidade na situação financeira, já precária, do Estado. Portanto, não é possível.

E qual é a realidade que vivemos hoje? Um médico de Goiás, em início de carreira, ganha R\$473 por mês, o do Distrito Federal ganha R\$947, duas vezes mais; um médico de fim de carreira de Goiás ganha R\$573, o do Distrito Federal ganha R\$1.900, quase quatro vezes mais. Na área da Educação, um professor primário de 30 horas ganha R\$173; o de Brasília, de 20 horas, ganha R\$377; o de 40 horas, em Goiás, ganha R\$231, o do Distrito Federal ganha R\$847. Assim, o professor de 2º Grau de 30 horas, em Goiás, ganha R\$254, o de Brasília, R\$427; e o de 40 horas, em Goiás, R\$339, o de Brasília, R\$1.137.

Na área de segurança pública, na Polícia Civil, um agente escrivão ganha R\$330, no Distrito Federal, esse mesmo agente escrivão ganha R\$1.799. Na Polícia Militar, o soldado solteiro de Goiás percebe R\$286, enquanto que o de Brasília percebe R\$1.114. O soldado casado em Goiás recebe R\$339 de salário e, no Distrito Federal, R\$1.290. O coronel em Goiás, com 25 anos de carreira, ganha R\$1.564, e, em Brasília, R\$4.100.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, é essa a distorção existente entre o Distrito Federal e o entorno. Goiás não encontra um cidadão que quei-

ra ingressar na Polícia Militar para trabalhar no entorno; não encontra professores que queira ingressar nos quadros do ensino de Goiás para trabalhar no entorno, nem médico, nem enfermeira. Há uma grande dificuldade para se arremeter profissionais nas áreas da saúde, de ensino e da segurança pública.

E por que o Distrito Federal remunera bem e Goiás não? É que esses servidores de Brasília são pagos pelo Governo Federal. Mas, para os funcionários do entorno de Brasília, o Governo Federal não contribui com um centavo sequer.

Amanhã, sem educação e sem saúde, o entorno de Brasília constituirá um problema para as autoridades deste País.

Venho aqui, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, trazer à discussão este problema que considero um dos mais graves deste País, com a intenção de preparar V. Ex^{as} para a apreciação de um projeto que nós, Senadores de Goiás e do Distrito Federal, apresentamos, a fim de que possamos buscar uma solução para esse problema que conhecemos tão bem.

O problema não é de Goiás; é do Brasil. Goiás contribuiu para a construção de Brasília. Contribuiu tanto que foi o responsável pela desapropriação e pelo pagamento das terras ocupadas pelo Governo Federal. Os benefícios vieram para Goiás e para o Centro-Oeste, mas a Região não estava preparada para os problemas que Brasília traria. Até porque, Sr. Presidente, não sabemos quais serão as consequências da revolta dessa gente, de uma população quase que entregue à própria sorte. Cabe ao Governo Federal contribuir com a sua parte, porque - como já disse - o problema é do Brasil.

O Sr. Romeu Tuma - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IRIS REZENDE - Com muito prazer, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma - Senador Iris Rezende, nobres Srs. Senadores, agradeço a oportunidade. Sinto-me feliz por aqui ter permanecido para ouvir, com muita angústia, a exposição de V. Ex^a. Primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo pelo relatório que apresentou à Mesa sobre o trabalho da Comissão presidida por V. Ex^a com tanto brilho, entusiasmo e ansiedade, produzindo projetos para este Plenário apreciar. Tenho participado desse entusiasmo e da vibração de V. Ex^a e dos outros Srs. Senadores que compõem a CCJC, e - permita-me - sinto orgulho de participar desta sua exposição,

quando apresenta o resultado do trabalho desenvolvido por essa Comissão. Fiquem registrados os nossos cumprimentos e a nossa admiração pelo trabalho de V. Ex^a.

O SR. IRIS REZENDE - Muito obrigado.

O Sr. Romeu Tuma - Mas é preocupante a exposição que V. Ex^a faz sobre o entorno. Militei durante muitos anos na área de segurança e senti de perto a influência que o processo de degradação social de uma comunidade tem no aspecto do aumento da criminalidade e, principalmente, da violência. Esse cinturão de miséria, que V. Ex^a apresenta como um processo que já deveria ser de preocupação das autoridades, só tende a agravar se, realmente, o projeto de V. Ex^a, juntamente com outros Srs. Senadores, não for apresentado com rapidez. Tenho certeza de que o Governo Federal vai encampá-lo. Sabemos que Brasília, como uma esperança de resolver o problema daqueles que não encontram mercado de trabalho fora dos grandes centros, os atraem. Chegando a Brasília, as oportunidades não se apresentam, e eles vão se ligando ao entorno, aumentando a cada dia as dificuldades para a administração municipal dos 300 mil habitantes que lá vivem, segundo o Senador Mauro. Não deve haver água, esgoto, escola e o sistema de segurança é revoltante pelas comparações, dados numéricos e valores que recebe cada cidadão para operar nessa região. Ninguém será transferido para lá, afastando-se da sua família, levando um trabalho intenso do sustento daqueles que com eles convivem. Não deixarão Goiânia ou outra cidade próxima à capital para trabalhar ganhando miseravelmente, para lutar contra um processo de agravamento da situação de segurança do entorno. E esse alerta que V. Ex^a faz aqui é para nós nos preocuparmos, porque o cinturão vai apertar e, tranqüilamente, atingirá a sociedade que vive no Distrito Federal.

O SR. IRIS REZENDE - Muito me honra, Senador Romeu Tuma, receber o aparte de V. Ex^a que, indiscutivelmente, valoriza o meu pronunciamento nesta tarde.

V. Ex^a é um profundo conhecedor da realidade brasileira, principalmente da área da segurança pública. Tenho certeza de que foi pelo seu conhecimento, pelo seu trabalho, pela sua formação moral e pela sua preocupação com os problemas nacionais, enfim, por todas essas qualidades, que o povo de São Paulo o fez Senador, que tem honrado e dignificado o Senado Federal.

A verdade é preocupante. E, para que V. Ex^a realmente conheça ainda mais esta problemática, citarei alguns outros dados de Goiás. Luziânia é uma das cidades mais tradicionais de Goiás, uma das mais antigas - tenho a impressão de que com mais de 200 anos. Era uma cidade extremamente independente, tinha praticamente tudo que queria para a sua população. Hoje, ela vive com este problema: é a terceira cidade em população no Estado de Goiás e a 15^a em renda. Enquanto a segunda cidade em população, Anápolis, tem uma renda extraordinária, Luziânia, como a terceira, tem uma renda equiparada a de cidade de pequeno porte no Estado de Goiás.

Não há como resolver essa questão. Iniciamos lá, há seis ou sete anos, a construção de um sistema de água e esgoto, mas V. Ex^a sabe que não é fácil obter recursos para projetos dessa dimensão. Toda essa dificuldade realmente nos toca e nos preocupa, fazendo com que busquemos o socorro do Senado Federal, no sentido de sensibilizar os poderes constituídos deste País.

Quanto ao relatório mencionado por V. Ex^a, devo afirmar que esse trabalho se deve a Senadores da estirpe de V. Ex^a e de muitos outros que nunca faltaram a uma reunião sequer.

É interessante salientar que apenas uma vez não houve **quorum** para deliberação naquela comissão. Quer dizer, é a mudança, uma nova consciência que tomam os parlamentares deste País.

Esse clima de trabalho e entusiasmo que observamos se deve aos 81 Senadores que compõem o Senado Federal, mas também - devo salientar - à atuação firme, competente e patriótica do nosso Presidente, Senador José Sarney. Realmente, S. Ex^a se tem esforçado - todos nós temos de reconhecer - para dignificar a figura do Senador e enaltecer o Senado Federal na concepção popular. Isso tem acontecido. Muitos avanços conseguimos no decorrer desse ano e meio de trabalho.

Sr. Presidente, S^{rs} e Srs. Senadores, ao concluir, devo dizer que os senadores de Brasília estão vivendo conosco esses problemas. Brevemente trarei à apreciação do Senado Federal ou uma emenda à Constituição ou um projeto de lei. Estou estudando, buscando o instrumento mais apto para dar uma solução ao problema do Entorno de Brasília.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. IRIS REZENDE EM SEU DISCURSO:**

QUADRO COMPARATIVO
GOIÁS E DISTRITO FEDERAL

SAÚDE

<i>GOIÁS</i>		<i>DISTRITO FEDERAL</i>	
CATEGORIA	R\$	CATEGORIA	R\$
Médico Inicial	473,97	Médico Inicial	947,00
Médico Fim Carreira	573,50	Médico Fim Carreira	1.900,00

EDUCAÇÃO

<i>GOIÁS</i>		<i>DISTRITO FEDERAL</i>	
CATEGORIA	R\$	CATEGORIA	R\$
Professor I Grau (Início de carreira)		Professor I Grau (Início de carreira)	
30 horas/sem	173,70	20 horas/sem	377,35
40 horas/sem	231,60	40 horas/sem	847,96
Professor II Grau (Início de carreira)		Professor II Grau (Início de carreira)	
30 horas/sem	254,30	20 horas/sem	427,31
40 horas/sem	339,06	40 horas/sem	1.137,00

SEGURANÇA PÚBLICA

<i>GOIÁS</i>		<i>DISTRITO FEDERAL</i>	
CATEGORIA	R\$	CATEGORIA	R\$
POLÍCIA CIVIL		POLÍCIA CIVIL	
Agente e Escrivão	330,00	Agente e Escrivão	1.799,00
Delegado Pol. (Especial)	2.025,69	Delegado Pol. (Especial)	2.500,00
POLÍCIA MILITAR		POLÍCIA MILITAR	
Soldado Solteiro	286,00	Soldado Solteiro	1.114,00
Soldado Casado	339,43	Soldado Casado	1.290,60
Coronel (25 anos carreira)	1.564,82	Coronel (25 anos carreira)	4.100,00

Quadro de indicadores do ENTORNO/DISTRITO FEDERAL
Março de 1991

ESPECIFICAÇÃO	ENTORNO	DISTRITO FEDERAL	FONTE
¹ População	541.000	1.807.844	IPEA/Mapa da Fome
² Taxa de Urbanização	76,3%	94,7	Anuário Estatístico do IBGE
³ Densidade Demográfica (hab/km ²)	12	277	PPA/DF e IBGE
⁴ Atividade Econômica (Setor Terciário)	42,0%	89,0%	PPA/DF e SEPLAN/GO
⁵ Atividade Econômica (Setor Agropecuário)	27,0%	0,5	PPA/DF e SEPLAN/GO
⁶ Crescimento da População (1980 a 1991)	4,7	2,84	PPA/DF e IBGE
⁷ Renda (de 0 a 2 salários-mínimos)	90,0%	56,8%	PPA/DF, SEPLAN/GO e CODEPLAN
⁸ Atividade Industrial (IPEA)	7,0%	14,0%	PPA/DF, SEPLAN/GO e CODEPLAN
⁹ Esgotamento Sanitário	11,0%	75,0%	PPA/DF e SAÚDE

* População estimada do Entorno em 1995 1.000.000

MUNICÍPIOS DE MAIOR TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL			CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA	CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL
	1980	1991	1994	1980/1994	1980/1994
LUZIÂNIA	80.089	207.257	241.548	14,4%	14,4%
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	12.725	35.375	41.229	19,3%	16,0%
PLANATINA/GO	16.207	44.162	52.057	16,0%	15,9%
ENTORNO DO DF	327.700	541.211	598.380	9,5%	5,9%

Fonte: IPEA - Mapa da Fome II - 1991

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1995

COMPOSIÇÃO

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO	1-JADER BARBALHO	PB-
RONALDO CUNHA LIMA	PB	2-PEDRO SIMON	RS-
ROBERTO REQUIÃO	PR	3-GILVAN BORGES	AP
JOSÉ FOGAÇA	RS	4-CARLOS BEZERRA	MT
RAMEZ TEBET	MS	5-GILBERTO MIRANDA	AM
NEY SUASSUNA	PA	6-CASILDO MALDANER	SC
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO
EDISON LOBÃO	MA	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA
JOSÉ BIANCO	RO	3-HUGO NAPOLEÃO	PI
ELCIO ALVARES	ES	4-JOSÉ AGRIPINO	RN
FRANCELINO PEREIRA	MG	5-FREITAS NETO	PI
JOSAPHAT MARINHO	BA	6-ROMERO JUCÁ	RR
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	1-SÉRGIO MACHADO	CE
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2-BENI VERAS	CE
JEFFERSON PERES	AM	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE	1-BÊNEDITA DA SILVA	RJ
PP			
BERNARDO CABRAL *5	AM	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR	1-ARLINDO PORTO	MG
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ	1-JÚNIA MARISE	MG

		PSB		
ADEMIR ANDRADE	PA		1- EDUARDO SUPLICY *1	SP
		PL		
ROMEU TUMA *2	SP		1- VAGO	
		PPS		
ROBERTO FREIRE	PE		1- VAGO	

- *1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - vaga cedida pelo PSB
- *2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95
- *3 - ESPIRIDÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/95
- *6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES

REUNIÕES

REUNIÕES CONVOCADAS: 64			
ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	ESPECIAIS
33	24	06	01

REUNIÕES REALIZADAS: 62			
ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	ESPECIAIS
31	24	06	01

MOVIMENTO DE PROPOSIÇÕES

MATÉRIAS RECEBIDAS	MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS	MATÉRIAS RELATADAS	MATÉRIAS PENDENTES
561	767	342	480

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA - PLC	157
PROJETO DE LEI DO SENADO (TERMINATIVO) - PLS	41
PROJETO DE LEI DO SENADO (NÃO TERMINATIVO) - PLS	37
PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO - PEC	28
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO - PDS	06
PROJETOS DE RESOLUÇÃO - PRS	05
REQUERIMENTOS - RQS	07
DIVERSOS - DIV	17
OFÍCIOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - OFS (MATÉRIAS ENCAMINHADAS À CCJ, NOS TERMOS DO ART. 52.X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART.386 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL).	22
MENSAGENS - MSF (MATÉRIAS ENCAMINHADAS À CCJ, NOS TERMOS DO ART. 52, III, a, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART.383 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL).	22

AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS, E EVENTOS REALIZADOS

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
08.03.95	INDICAÇÃO PARA O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	GENERAL-DE-EXÉRCITO EDSON ALVES MEY
08.03.95	INDICAÇÃO PARA O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	GENERAL-DE-EXÉRCITO JOSÉ SAMPAIO MAIA

22.03.95	AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTINADA A OUVIR REPRESENTANTES DA SOCIEDADE LIGADOS À ÁREA EDUCACIONAL, OBJETIVANDO A INSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE "FIXA DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO"	Deputado Severiano Alves - Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados; Senhor João Batista de Araújo Oliveira - Secretário Executivo do Ministério da Educação e do Desporto; Senhor Nestor Barbosa de Andrade - representante da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino - ANDIFES; Senhora Eunice Ribeiro Durhan - Secretária de Política Educacional do Ministério da Educação e do Desporto; Senhora Eva Wairos Pereira - Presidente da Associação Nacional de Educação (ANDE), Senhora Mariana Reis Raposo - representante do Serviço Social da Indústria - SESI; Deputado Lindberg Farias; Senhor Hermes Zanetti - representante da Universidade de Brasília; Senhora Andréa Caldas Nunes - representante da Universidade Federal do Paraná; Senhor José Otávio Tomelin - Diretor Executivo da Associação das Universidades Particulares - ANUP; Professor Eflen de Aguiar Maranhão - Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; Senhor Hamilton Carvalho de Abreu - representante da Universidade Federal de Santa Catarina; Senhora Ana Rosa Peixoto de Brito - representante do Forum Paraense de Educação; Senhor Nacim Walter. Chiego - representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SP; Senador Ademir de Andrade; Senador Ramez Tebet; Senhor Fernando Buarque de Gusmão - representante da União Nacional dos Estudantes - UNE; Senhor Ronaldo Carmona - representante da União Nacional dos Estudantes Secundaristas; Senhora Maria da Graça Nóbrega Bollmann - representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES; Deputada Marisa Serrano; Senadora Emília Fernandes; Senadora Marina Silva; Deputado Ivan Valente; Professor Maurício Freire, representante do Forum das Artes de Ensino Superior; Senhora Hebe Toloza - representante da Federação de Pais e Alunos da Região Sudeste; Senhora Tereza Ferreira da Silva - representante da Universidade Federal de Uberlândia; Professora Ivani Rodrigues Pino - representante do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES; Deputado Pedro Wilson; Deputado João Passarela; Senhor Carlos Augusto Abicallil - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Senador Esperidião Amim; Senador Artur da Távola, Senador Darcy Ribeiro.
19.04.95	INDICAÇÃO PARA O CARGO DE MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	DR. ANTÔNIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO
19.04.95	INDICAÇÃO PARA O CARGO DE SUPLENTE DE MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	DR. MAURÍCIO MONTEIRO SANT'ANNA
19.04.95	INDICAÇÃO PARA O CARGO DE MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	DR. LEONALDO SILVA

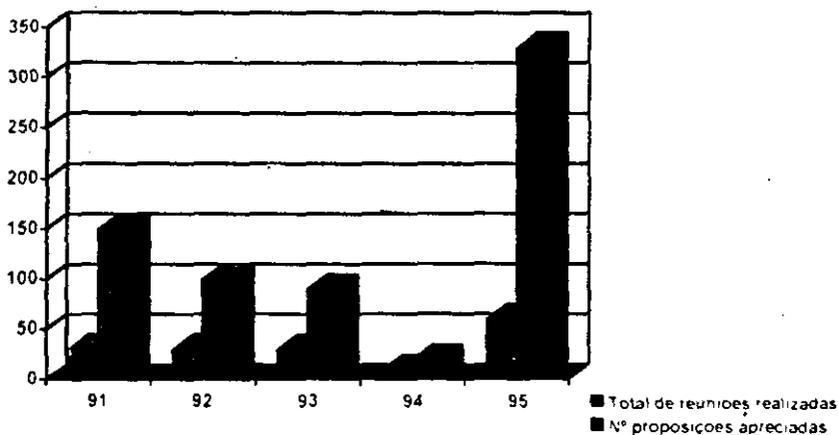
19.04.95	INDICAÇÃO PARA O CARGO DE SUPLENTE DE MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO	DR. JOSÉ ZITO CALAZANS RODRIGUES
07.06.95	INDICAÇÃO PARA O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	DR. ARI PARGENDLER
19.06.95	AUDIÊNCIA PÚBLICA OBJETIVANDO A INSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36/95 (SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES)	DR. RENATO BAIMA ARCHER DA SILVA (ex-Presidente da EMBRATEL) DR. BRÍGIDO ROLAND RAMOS (Diretor-Presidente da Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações - FITTEL)
19.06.95	INDICAÇÃO PARA O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	DR. GERALDO BRINDEIRO
28.06.95	AUDIÊNCIA PÚBLICA OBJETIVANDO A INSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36/95 (SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES)	DR. SÉRGIO MOTTA (Ministro das Comunicações)

AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS, E EVENTOS REALIZADOS

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
10.08.95	AUDIÊNCIA PÚBLICA OBJETIVANDO O ESTUDO DA PEC 39/95 (MONOPÓLIO DO PETRÓLEO)	- DR. AURELIANO CHAVES (EX VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA) - PROFESSOR LUIZ PINGUELLI ROSA (DIRETOR DA COPPE/UF RJ) - DR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA (PRESIDENTE DA AEPET)
12.09.95	DEBATE	DR. JOSÉ MOACIR FAVETTI (VICE-DIRETOR DO DEPTº DE POLÍCIO FEDERAL) DR. BRÁSILIO DE ARAÚJO NETO (PRESIDENTE DO INCRA)
18.10.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TST	SR. NELSON ANTÔNIO DAIHA
18.10.95	INDICAÇÃO PARA SUPL. DE MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TST	SR. LUIZ MALHEIROS TOURINHO
8.11.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO TOGADO DO TST	DR. RONALDO JOSÉ LOPES LEAL
29.11.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO DO STJ	DR. JOSÉ AUGUSTO DELGADO
29.11.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO TOGADO DO TST	DR. RIDE+R NOGUEIRA DE BRITO

6.12.95	INDICAÇÃO PARA SUPL.DE MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TST	SR. CARLOS EVERALDO DOS SANTOS
6.12.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TST	SR. MOACYR ROBERTO TESCH
6.12.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TST	SR. JOSE ZITO CALASAS
6.12.95	INDICAÇÃO PARA SUPL.DE MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TST	SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO
6.12.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TST	SR. ÂNGELO MÁRIO DE CARVALHO E SILVA
6.12.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TST	SR. NESTOR FERNANDO HEIN
6.12.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO DO STM	ALMIRANTE-DE-ESQUADRA JOSÉ JULIO PEDROSA
6.12.95	INDICAÇÃO PARA MINISTRO CLASSISTA TEMPORÁRIO DO TST	DRA. REGINA FÁTIMA ABRANTES REZENDE EZEQUIEL

**MAPA DEMONSTRATIVO DAS PROPOSIÇÕES
APRECIADAS PELA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
DURANTE OS ANOS DE 1991 A 1995**



Ano	Total de reuniões realizadas	Nº de proposições apreciadas
91	36	148
92	32	99
93	30	96
94	8	20
95	62	342

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - A Presidência gostaria de cumprimentar o Senador Iris Rezende, que, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, juntamente com todos os membros daquela comissão, fez com que houvesse um trabalho realmente extraordinário, em 1995, conforme registra este relatório. No ano de 1995, por exemplo, registrou-se aproximadamente duas vezes o número de reuniões que foram realizadas nos anos de 1991, 1992 e 1993.

O número de proposições apreciadas, também, ao atingir trezentos e quarenta e duas, significou praticamente mais do que o dobro do melhor ano em termos de produção, que foi o de 1991; e bem mais do que o ocorrido no quadriênio anterior a cada ano.

Portanto, será publicado o relatório de atividades da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Bezerra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Presidente interino desta Casa, na ausência do eminente Presidente titular, Senador José Sarney, recebi em audiência empresários da área de transportes, que me transmitiram a seguinte preocupação que passo a relatar a esta Casa, e chamar a atenção dos nossos parlamentares para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 076/91, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de motoristas e cobradores de transportes coletivos urbanos.

O referido projeto, de autoria do Deputado Paulo Paim, propõe a criação de uma série de vantagens trabalhistas para a citada categoria, quais sejam: redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias; pagamento em dobro dos dias trabalhados em feriados e dias santos; horas extras com acréscimo de 100%; horas de trabalho noturno, correspondentes ao período entre 20h e 06h, computadas como tendo apenas 45min e remuneradas com

acréscimo de 50%; aposentadoria especial após 25 anos de serviço; seguro obrigatório, custeado pelo empregador, em benefício das classes citadas, para cobertura de riscos à vida, acidentes, furtos e roubos ocorridos no exercício da profissão.

É bem verdade que, se analisarmos isoladamente o tema, encontraremos uma justificativa viável para o mesmo. Contudo, se considerarmos outros aspectos que envolvem a temática, certamente concluiremos que o citado projeto não atende aos anseios do povo brasileiro.

Caso seja ele aprovado, haverá um significativo aumento na passagem dos ônibus, de aproximadamente 42%, como apontam os estudos realizados pela Conferência Nacional do Transporte (CNT), o que prejudicará, principalmente, a população mais pobre do País, usuária desse meio de transporte, além de constituir forte ameaça ao Plano de Estabilização Econômica que vem sendo gerido pelo Governo com muito êxito até então.

A aprovação do PLC nº 076, que poderá ser votado na sessão de amanhã do Congresso Nacional, concretizará outra situação que o País deve evitar: a criação de mais uma aposentadoria privilegiada. No momento em que se tenta viabilizar a Previdência Social, através de emenda à Constituição, não é mais possível compactuar com benefícios para determinadas categorias, sabendo-se das inúmeras dificuldades em equilibrar as contas da Previdência.

Numa conjuntura onde os trabalhadores, empresários e o Governo tentam encontrar uma saída para amenizar os níveis crescentes de desemprego, apostando na flexibilização da relação capital/trabalho e na livre negociação, uma proposta como esta, prevista na PLC nº 076, nos leva à contramão da história, em que o momento é de encontrarmos propostas para a desoneração da folha de pagamento como alternativa para a geração de novos empregos e rendas.

Ainda há poucos dias, ocupando a tribuna à direita do Sr. Presidente, fiz um elogio ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pelo acordo que estavam firmando naquele Estado com a FIESP, para diminuir a carga tributária e gerar novos empregos. Não é justamente agora, que estamos vendo um projeto como este, que deixaremos de alertar os nossos parlamentares.

Muito deixa a desejar o argumento utilizado na justificativa do projeto para propor os privilégios, tratando-se, na realidade, de uma discriminação contra

várias outras categorias profissionais que enfrentam condições adversas dos mais variados tipos nos seus ambientes de trabalho.

Além do mais, se essa profissão traz tantos prejuízos para quem a exerce, por que não ampliar as vantagens propostas para as demais categorias profissionais? Criar-se-ia, neste caso, mais uma situação especial, cuja conta seria paga, como é de costume, pelo povo. Se a nova ordem é criar novos privilégios, mesmo que às expensas do nosso País, devemos fazer de maneira igualitária, como reza nossa Carta Magna, compromisso este que se mostra excessivamente penoso frente à atual conjuntura política, econômica e, sobretudo, social da Nação brasileira.

Considerando a singularidade que a questão exige, solicito aos eminentes colegas Senadores uma reflexão sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 076/91, objeto do Requerimento nº 1.546, que pretende incluir na Ordem do Dia desta Casa, possivelmente já agendado para a sessão de amanhã.

Na mais plena certeza de que a matéria não foi exaustivamente debatida e devidamente ventilada, acredito que o PLC nº 076/91 deva, indiscutivelmente, retornar ao seu trâmite normal, sendo devolvido às comissões competentes, para que nestas o melhor do bom senso, da cautela e da prudência deva prevalecer sobre os interesses particulares.

Esse é o nosso apelo e a nossa advertência.
Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição brasileira, em seu art. 58, § 3º, estabelece com clareza que o Congresso Nacional e suas Casas poderão criar comissões parlamentares de inquérito, mediante requerimento de 1/3 de seus membros, para apuração de fato determinado e com prazo certo.

Trata-se de um direito consagrado, que os constituintes houveram por bem assegurar a uma minoria significativa, para que pudesse haver apuração de fatos que, se supõem, merecem séria investigação.

A decisão do PFL, de negar a indicação de seus membros para a CPI dos Bancos, no Senado

Federal, constitui comportamento grave, atentatório ao espírito democrático e à própria letra da Constituição.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, lá na Universidade de Stanford, na Califórnia, Estados Unidos da América, em sua 18ª viagem ao exterior, resolveu ressaltar a importância do Congresso Nacional para a construção de consensos no Brasil. Sua Excelência, que diz ter consciência do quanto as CPIs podem contribuir para melhorar o País, tem a responsabilidade de dizer àqueles que compõem a sua principal base partidária - PFL, PSDB, PTB -, que ainda não indicaram seus representantes na CPI do Sistema Financeiro, que este procedimento obstrui o funcionamento da principal instituição de uma Nação democrática.

Sr. Presidente, não se sustentam os argumentos daqueles que avaliam desnecessária a realização da CPI. Dizem alguns que essa seria inconveniente, que não teria legitimidade, mas, sim, motivações espúrias.

Ora, Sr. Presidente, tais argumentos também se levantaram quando se instituiu a comissão parlamentar referente ao caso Paulo César Farias. Dizia alguns que se queria atingir à modernização.

Ora, Sr. Presidente, a CPI corresponde a um sentimento amplo, não apenas de 29 Senadores representantes dos Estados da Federação, mas de um sentimento gradativamente maior da opinião pública brasileira.

Alguns referem-se ao escopo da investigação. É preciso ressaltar: ela não está estrita simplesmente ao Banco Nacional, ao Banco Econômico, está definida em termos de se averiguar todas as intervenções e procedimentos de regime de administração especial ocorridos após 1995. E isso inclui, dado que a decretação do regime de administração especial do Banespa e no Banerj terem sido publicados em 02 de janeiro de 1995, estas instituições.

Se, porventura, a dificuldade for qualquer aperfeiçoamento da ementa apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, está é perfeitamente possível. Da mesma maneira que aconteceu quando da apresentação do requerimento sobre o caso Paulo César Farias, poderiam-se reunir-se as lideranças de todos os partidos para se chegar à redação de uma ementa consensual.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal jamais irão ter comportamento irresponsável no sentido de levar à instabilização as instituições financeiras brasileiras. O sistema financeiro brasileiro, dos mais complexos, já viu tantas vezes

instituições fortes como o Comind, como o próprio Econômico, como o Nacional, como o Coroa-Brastel e tantos outros que acabaram de alguma forma transformando-se, fechando suas portas, sendo objeto de absorção por outras instituições. Isso de maneira alguma abalou a continuidade das instituições financeiras no seu conjunto.

O que está sendo colocado em risco é a continuação de problemas. Se não for feita a apuração devida, se não for feita a radiografia em profundidade de todos os problemas, aí, sim, poderemos ter ameaçada a estabilidade das instituições financeiras.

De maneira alguma, a comissão parlamentar, composta por treze titulares e treze suplentes, viria a inviabilizar o exame das reformas, na medida em que o Congresso Nacional e particularmente o Senado têm trabalhado com muita vontade, como bem salientou há pouco o Senador Iris Rezende, citando o exemplo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a qual realizou 62 reuniões em 1995, além de um número aproximadamente igual da Comissão de Assuntos Econômicos, da qual eu próprio participei, como de muitas das reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As comissões jamais impediram que se realizasse no Senado Federal votações de grande importância. Havendo vontade política, a CPI jamais irá atrapalhar a votação de reformas importantes na Constituição e outras no sentido da complementação.

É preciso salientar a dimensão dos números: as fraudes, da ordem de R\$5 bilhões, que caracterizam a dívida do Banco Nacional, constituem uma proporção extraordinariamente importante, em relação ao próprio ativo do banco.

As respostas até agora dadas pelo Presidente do Banco Central, pelas autoridades monetárias não foram suficientes. A ausência dos responsáveis pela fiscalização do Banco Central, Sr. Adilson, a ausência do Sr. Clarismundo, do Banco Nacional, constituem falta de consideração. Somente a CPI terá o poder de acabar com esse tipo de procedimento.

Não há, pois, por que o Governo tanto temer à comissão parlamentar de inquérito. Essas manobras protelatórias acabam levantando suspeitas desnecessárias sobre o próprio Governo. Seria importante, portanto, que o Congresso Nacional - e o Presidente da República que deseja vê-lo fortalecido como uma das instituições mais importantes da nossa democracia - não fique desgastado por não formar essa CPI.

Sr. Presidente, precisamos ir a fundo no exame dos custos do Proer. Comparando-os aos custos da

dívida pública, o Proer é, hoje, o seu principal fator de expansão. A CPI constituirá o mecanismo adequado para irmos fundo no exame do sistema financeiro, do Banco Central, de suas funções fiscalizatórias.

Dessa forma teremos os elementos necessários para formular melhor a regulamentação do art. 192 da Constituição Federal, relativamente ao funcionamento do Banco Central e das instituições financeiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Os Srs. Senadores Teotonio Vilela Filho, Jonas Pinheiro e Ernandes Amorim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB-AL) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupó a tribuna desta Casa nesta tarde para chamar a atenção dos Srs. Parlamentares, do Governo e da opinião pública brasileira para o oportuno artigo publicado pela conceituada Revista **The Economist**, transcrito pelo **Jornal Gazeta Mercantil**, edição de 11 de março corrente, intitulado "Bilhões disputam a guerra da água".

O artigo vem reforçar de forma bastante clara e objetiva os termos do discurso que aqui proferi em fevereiro último, que traduzem o crescente interesse em todas as partes do Mundo pelos recursos hídricos e pelos rentáveis negócios que envolvem esse precioso líquido e os cuidados que se deve ter para geri-los.

A matéria, em todos os seus tópicos, dão a medida da importância do tema e da oportunidade da sua ampla divulgação, por isso considero relevante que o artigo conste dos Anais do Senado Federal e para tanto formulo, nos termos do art. 210, item 2, do Regimento Interno, o requerimento apresentado à Mesa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente!

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os Títulos da Dívida Agrária - TDA - têm a sua origem institucional derivada do art. 184, da Constituição Federal de 1988.

Segundo o texto constitucional, os Títulos da Dívida Agrária serão utilizados como indenização aos proprietários dos imóveis rurais, desapropriados pela União, por interesse social, para fins de reforma agrária.

Ainda, segundo o disposto no art. 184 da Constituição Federal de 1988, os Títulos da Dívida

Agrária terão cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão. Quanto a sua utilização, o dispositivo constitucional remeteu a matéria para que seja definida em Lei.

Entretanto, a utilização dos Títulos da Dívida Agrária, já regulada pelo art. 105 do Estatuto da Terra, com a redação que lhe deu o decreto nº 95.714, de 1988, necessita ser revista e ampliada, como forma de se buscar a valorização desses títulos.

Assim, a definição de novos critérios para utilização do uso dos Títulos da Dívida Agrária, torna-se extremamente necessária, com o objetivo de sustar a injustificável inadimplência governamental em seu pagamento, dando, aos detentores desses títulos, opções de utilização.

Com esse objetivo, tomei a iniciativa de apresentar ao Senado Federal, em 04 de março do corrente, Projeto de Lei nº 29, de 1996, definindo a utilização dos Títulos da Dívida Agrária, o qual será apreciado, com decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, estou plenamente convencido da oportunidade e da validade dessa iniciativa, por ser matéria da mais alta relevância e fundamentada nos princípios da justiça, que possibilitará o fim da atual situação de inadimplência dos Títulos da Dívida Agrária, garantindo, assim, a sua necessária liquidez.

Gostaria de, nesta oportunidade, apelar aos meus pares desta Casa, para que dêem a esse Projeto de Lei a devida atenção e o necessário apoio, confiantes de que, assim agindo, estarão contribuindo, de maneira efetiva, para dar aos Títulos da Dívida Agrária, a inegável fonte de revalorização e de retorno de seu prestígio.

Muito obrigado.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. JONAS PINHEIRO EM SEU DISCURSO.*

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 29, DE 1996**

Define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária, prevista na Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Títulos da Dívida Agrária terão forma escritural e o seu controle, administração, lançamento, resgate e serviço de pagamento de juros obedecerão às disposições estabelecidas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. O lançamento dos Títulos da Dívida Agrária, sob a forma escritural, corresponde à emissão de título cartular.

Art. 2º O Poder Executivo manterá controle de todos os lançamentos dos Títulos da Dívida Agrária, bem como do seu resgate e pagamento dos respectivos juros, por meio de sistema centralizado de liquidação e custódia.

§ 1º O valor nominal dos Títulos da Dívida Agrária será atualizado no primeiro dia de cada mês por índice que preserve o seu valor real.

§ 2º Os Títulos da Dívida Agrária poderão ser transferidos, por lançamento, mediante ordem do alienante e alienatário, à instituição financeira que o represente no sistema de liquidação e custódia, vedado o fracionamento do título.

Art. 3º Os Títulos da Dívida Agrária serão remunerados com juros de 6% (seis por cento) ao ano, ou fração **pro rata** calculados sobre o valor nominal atualizado, pagos anualmente.

Art. 4º O valor do resgate do título corresponderá ao montante em reais, do valor nominal atualizado, acrescida da remuneração dos juros, calculados **pro rata**.

Art. 5º O lançamento do Título da Dívida Agrária e suas transferências processar-se-ão sob a forma escritural, mediante registro dos respectivos direitos creditórios, em sistema centralizado de liquidação e de custódia, por intermédio do qual serão também creditados a remuneração de juros e os valores referentes aos resgates do principal previstos.

Art. 6º Os Títulos da Dívida Agrária poderão ser utilizados:

- a) em pagamento do Imposto Territorial Rural;
- b) em pagamento de preços de terras públicas;
- c) em caução para garantia de quaisquer contratos, obras e serviços celebrados com a União;
- d) como fiança em geral;
- e) em caução como garantia de empréstimos ou financiamentos em estabelecimentos da União, Autarquias Federais e Sociedades de Economia Mista, em entidades ou fundos de aplicação das entidades mais, criadas para este fim;
- f) em depósito, para assegurar a execução em ações judiciais ou administrativas.

§ 1º Quando vencidos, os Títulos da Dívida Agrária poderão ser também utilizados:

- a) no pagamento de 100% (cem por cento) do valor de tributos e contribuições devidos à União;
- b) no pagamento de dívidas oriundas de financiamentos de custeio, investimentos e comercializa-

ção agrícolas, contraídas com instituições financeiras oficiais ou privadas;

c) em aquisição de ações de empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

§ 2º As instituições financeiras oficiais ou privadas poderão usar os Títulos da Dívida Agrária para recolhimento do depósito compulsório junto ao Banco Central ou pagamento de tributos devidos à União.

Art. 7º Os Títulos da Dívida Agrária em circulação, emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), serão obrigatoriamente recadastrados e escriturados no sistema centralizado de liquidação e custódia.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente Projeto de Lei, materializando disposição constitucional, dispõe sobre a utilização dos Títulos da Dívida Agrária - TDA.

A utilização dos referidos títulos, já regulada pelo art. 105, do Estatuto da Terra, com a redação que lhe deu o Decreto nº 95.714, de 1988, vem a ser ampliada pelo presente projeto, definindo mecanismos e condições para o seu resgate.

Para os Títulos da Dívida Agrária vincendo, o presente projeto mantém as limitações e restrições já existentes e para os títulos vencidos cria-se a necessária possibilidade de pagar, integralmente, os tributos e contribuições devidas à União, as dívidas oriundas de custeio e investimento agrícola e aquisições de ações de empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

Trata-se de matéria da mais alta relevância, fundamentada nos princípios de justiça e que irá dar credibilidade aos TDA.

Sala das Sessões, 4 de março de 1996. - Senador **Jonas Pinheiro**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos - decisão terminativa.)

O SR. ERNANDES AMORIM (PMDB - RO) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para mais uma vez registrar o meu descontentamento com as ações do Governo Federal na Amazônia, em particular no meu Estado, Rondônia, onde inexplicavelmente o Governo Federal desmantelou

uma das mais eficientes e operosa instituição que era a Sucam que com os seus bravos "soldados" prestavam um grande serviço no combate à malária.

Com a tal Reforma Administrativa, a Funasa deveria assumir as atividades da Sucam, o que lamentavelmente não aconteceu, o que aconteceu de fato foi o desmantelamento total do serviço, pois hoje até a coleta de sangue, para exame de lâmina, não se realiza mais na Funasa, que estranhamente passou esse encargo para a rede estadual de saúde que, como todos nós da Amazônia sabemos, mal atende emergências médicas, e as pessoas com malária não são atendidas, como eram pela Sucam.

É preciso que o Ministério da Saúde, através da Funasa, leve a sério o problema da malária na Amazônia, que pelo abandono e descaso tem aumentado de uma maneira assustadora e ceifando preciosas vidas, o que é inconcebível e intolerável pela nossa população; não podemos continuar convivendo com a incúria e a irresponsabilidade.

Desta tribuna apelo a todos os Srs. Senadores da Amazônia para uma tomada de posição em relação ao problema da malária em nossa região; é necessário que o Ministério da Saúde retome o combate sistemático, com campanhas e ações efetivas.

A situação da malária é tão preocupante na minha região que eu tive a minha 13ª malária no mês passado, e o nosso povo em Rondônia está totalmente desassistido.

É necessário que a Sucam seja reativada nos antigos moldes, ou seja, fazendo visitas domiciliares, ensinando como se evitar a proliferação do mosquito, como tomar o remédio, e cuidados necessários durante o tratamento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos designando para a sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

REQUERIMENTO Nº 1.546, DE 1995

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.546, de 1995, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1991 (nº 4.827/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a

regulamentação da atividade de motorista e cobrança de transportes coletivos urbanos e dá outras providências.

- 2 -

REQUERIMENTO Nº 1.587, DE 1995

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.587, de 1995, do Senador Roberto Requião, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30-4-46 e dá outras providências.

- 3 -

REQUERIMENTO Nº 1.589, DE 1995

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.589, de 1995, do Senador Roberto Requião, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação da alínea e do artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, e dá outras providências.

- 4 -

REQUERIMENTO Nº 13, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 13, de 1996, do Senador Roberto Requião, solicitando, nos termos regimentais, seja incluído em Ordem do Dia, o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1995, de autoria do Senador Joel de Hollanda, que denomina Governador Nilo Coelho a BR-428, no Estado de Pernambuco.

- 5 -

REQUERIMENTO Nº 37, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 37, de 1996, do Senador Odacir Soares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1995-Complementar, de sua autoria, que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos da administração direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no art. 37, inciso VII da Constituição Federal e dá outras providências.

- 6 -

REQUERIMENTO Nº 209, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 1996, do Senador Carlos Bezerra e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 17, de 1996, que altera a Resolução nº 69, de 1995, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

- 7 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1995 (nº 4.865/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo grau e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 674, de 1995, e 37, de 1996, da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, 1ª pronúncia: favorável ao Projeto; 2ª pronúncia: favorável à Emenda nº 1, de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h10min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CASILDO MALDANER NA SESSÃO DE 7/3/96, QUE SE REPUBLICA POR SOLICITAÇÃO DO PARLAMENTAR.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou pegar uma carona no pronunciamento que o Senador Jefferson Péres acaba de fazer, quando, analisando a questão das eleições para Prefeito em Manaus, adentra um assunto que está hoje nos ares - aliás carregados -, sobre a possibilidade de se instalar uma comissão parlamentar de inquérito para se estudar mais de perto o sistema financeiro no País.

Trago este assunto porque está na ordem do dia: a reconstrução do sistema financeiro do País; os esclarecimentos feitos pelo Presidente do Banco Central anteontem aqui; o comentário sobre se estão corretos ou não os levantamentos realizados pelos técnicos do Banco Central em relação a alguns bancos.

E sobre tudo isso, estamos sendo questionados, diuturnamente, em nossas bases. Ainda há

poucos dias, em Blumenau, no meu Estado, em uma reunião com microempresários, eles indagavam: "Enquanto nós estamos tentando sobreviver, enfrentando a diferença de câmbio entre o dólar e o real, nos descapitalizando, sem conseguir recursos, como é que o Governo tem dinheiro para socorrer os bancos?" Essa pergunta está nas ruas. Estamos sentindo isso em todos os lugares, seja no setor moveleiro, no setor calçadista, no setor agrícola. Enfim, de todos os setores produtivos do país.

É bem verdade que o setor financeiro também não está ganhando como antes, porque, numa economia estabilizada, ou mais ou menos estabilizada, não há por que usufruir dos benefícios como acontecia antes. Entendo também, Sr. Presidente e nobres colegas, que o setor financeiro vem passando por situações de outra ordem; precisa se reencontrar. E quando somos questionados a respeito do fato de o Governo ter colocado no Banco Nacional R\$5,8 bilhões e, no Banco Econômico, R\$4 bilhões, pensamos: como isso é possível se, neste ano, de acordo com o Orçamento, vamos ter menos que o total desses dois valores para investimento em todo o Brasil?

Faço aqui um depoimento muito franco e sincero na tarde de hoje nesta Casa. Estamos todos muito empenhados em encontrar soluções para o País - e incluo-me nesse rol. Queremos um caminho mais perene, mais firme, também para o setor financeiro e bancos, para que não fiquem sobre alicerces move-díços, arenosos. Nós queremos a estabilização. Estamos preocupados com isso.

Todavia, existe na Constituição e no Regimento a possibilidade de o Senado utilizar-se de um *remédio amargo*, que é a criação de uma comissão parlamentar para inquirir autoridades para apurar responsabilidades. Entendo que isso não pode, nem de longe, ameaçar a estabilização de um plano, de um governo, de uma proposta que está em curso. Isso não me passa pela cabeça. Ao longo da minha vida pública, sempre procurei participar e ajudar na busca de soluções.

Essa é a intenção também do meu Partido, que é um dos que fazem parte da base de sustentação do Governo. Mas, quando esta Casa dispõe de mecanismos que possibilitam instalar uma comissão parlamentar para argüir possíveis responsáveis ou para ajudar o Tribunal de Contas da União, ou para coadjuvar com o próprio Banco Central, não me parece, Sr. Presidente, que nesse ato exista uma ameaça de desestabilização de um plano ou de uma proposta em curso. Não podemos admitir isso, de forma alguma.

Por isso venho aqui, Srs. Senadores, para dizer que estamos imbuídos das melhores intenções. Não pode ser pecado, de jeito algum, aquilo que está escrito no Regimento comum ou no Regimento do Senado para possibilitar a criação de uma comissão; esse é o mecanismo, e eu me insiro entre os Parlamentares que, subscreveram a possibilidade de se instalar a comissão. Isso não quer dizer, de forma alguma, que estamos procurando desestabilizar um plano; pelo contrário, é uma questão de consciência, de formação de vida. É uma questão de traduzir os anseios das pessoas, das entidades, da sociedade como um todo, porque somos uma espécie de instrumento para agir em prol daqueles que representamos, levados pela responsabilidade e pela consciência.

Vai longe o pensamento, a idéia de querer fazer proselitismo, em absoluto. Se se oferece uma proposta, as condições não podem ser de perigo nem ameaça, até porque, Sr. Presidente, é um remédio que está à disposição; isto não quer dizer que será utilizado; estão em curso os depoimentos, a ouvida dos responsáveis.

Ainda hoje, segundo a agenda que tenho aqui - não sei se aconteceu -, foi ouvido, na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, o Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil. Outros deverão comparecer. Fui informado pela imprensa que, na próxima semana, os irmãos Magalhães Pinto comparecerão a esta Casa para deporem na Comissão de Assuntos Econômicos. No curso da oitiva dessas pessoas, e dos levantamentos que o Banco Central está procedendo, quem sabe, chegaremos a elucidações e convencimento que nos levem a considerar desnecessário instalar essa comissão. Os Líderes terão competência e discernimento para isso. Porém, se for necessário, vamos usá-lo, pois trata-se de mecanismos preventivos desta Casa e do País.

O Sr. João Rocha - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER - Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador João Rocha.

O Sr. João Rocha - Nobre Senador Casildo Maldaner, na mesma linha de raciocínio de V. Ex^a e do Senador Jefferson Péres, fui dos primeiros a assinar a lista que pedia a criação de uma CPI sobre o sistema financeiro em nosso País. Hoje, lendo alguns jornais, verifiquei que me posicionaram, e também à Bancada de nosso Estado, por termos colocado assinatura nesse documento, como se estivéssemos buscando algum benefício direto ou indireto

para nosso Estado. Estranhei, não tive a oportunidade de me pronunciar, mas, neste momento, aproveitando a ocasião de seu pronunciamento, que é presente e importante, gostaria de dizer que, quando assinamos aquele pedido de CPI, foi exatamente dentro dessa lógica e do raciocínio que V. Ex^a defende: preocupados com os interesses maiores do nosso País. Em momento algum, buscamos retaliação ao Senhor Presidente da República ou à Diretoria do Banco Central. Estou nesta Casa, nobre Presidente, Srs. Senadores, desde o ano de 1991. Aqueles que acompanharam meu comportamento e pronunciamentos sabem que sempre me preocupei com a área financeira. Tenho vários discursos em que critico em profundidade o comportamento do sistema financeiro nacional. Não é de hoje essa prática, mas de pelo menos cinco anos. Por que, nobre Presidente e Srs. Senadores? Porque há muitas questões no sistema financeiro para as quais não temos respostas. Se retroagirmos a 1991, veremos que o sistema financeiro participava com 18% do PIB, enquanto, no Primeiro Mundo, ele participava com 5%. Em 1993, o sistema financeiro continuava representando a média de 16% a 18% do PIB; em 1994, idem; em 1995, com todas essas crises, continuou obtendo uma participação superior a 12%. Se me permite, faço aqui pequena referência a discurso que proferi em dezembro próximo passado: "Sr. Presidente, a política de juros altos praticada de maneira continuada é uma política suicida e representa o ponto frágil, o calcanhar de Aquiles do Plano de Estabilização de nossa economia. Muito se tem discutido a respeito de qual é o lastro da estabilização. Aliás, muito apropriadamente. O Brasil dos últimos anos é uma nau sem rumo, tem-se preferido denominar esse lastro por âncora". E assim se segue. Nobre Senador Casildo Maldaner, se o sistema financeiro nacional está captando, num regime de estabilização de moeda, recursos a 1,5%, 2% brutos, ao mês, e repassando, lá na ponta, a 8%, 10%, e até 15% como é que essas instituições podem falir? Essa a minha interrogação, há mais de cinco anos, desde que aqui ingressei. Seguindo o raciocínio de V. Ex^a, temos que saber por que o sistema financeiro está falindo. Se alguém perde, alguém ganha; esse é o raciocínio mais lógico e simplista que existe; é o verdadeiro. Queremos ajudar o Presidente da República, a diretoria do Banco Central; se ela for competente, poderá nos mostrar por que o sistema financeiro está falindo. Nobre Senador, a partir do momento em que se criou o Plano Cruzado, os depósitos à vista giravam em torno de US\$10 bilhões a US\$12 bilhões no sis-

tema financeiro. Com o Plano Real, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esses recursos chegam hoje a praticamente US\$16 bilhões a custo zero, tirando do pequeno depositante. Como é que essas empresas entram em falência, nobre Senador? O que mais agride - peço desculpas e um pouco mais do tempo de V. Ex^a - é que estamos vendo que de 1989 para cá, Sr. Presidente e nobres Srs. Senadores, quem comprou a maioria das estatais, as empresas desestatizadas, foi o sistema financeiro nacional. Com que recursos? Então, penso que, realmente, precisamos saber com seriedade e honestidade, sem querer retaliar o Presidente da República, o que acontece com o sistema financeiro nacional para que possamos ajudá-lo a acabar com esse craque e buscar para o País uma política ordenada, séria e duradoura; que o sistema financeiro venha, realmente, a praticar seu papel que é a interação do capital e do trabalho, valorizando a atividade produtiva. Muito obrigado e desculpe-me V. Ex^a pela interrupção do brilhante discurso que faz.

O SR. CASILDO MALDANER - Nobre Senador, o aparte de V. Ex^a vem integrar, agora, o nosso pronunciamento.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER - Pois não. Ouço o aparte do nobre Senador Epitacio Cafeteira.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Nobre Senador Casildo Maldaner, o discurso de V. Ex^a é uma seqüência do discurso do nobre Senador Jefferson Péres, que disse que entre os subscritores as intenções variavam.

Na realidade, não subscrevi o pedido de CPI; mas, como Líder de partido, devo tomar uma posição, não apenas porque o Partido faz parte do contexto do Senado na indicação dos seus membros, mas também porque um dos nossos Senadores, o nobre Senador Leomar Quintanilha, subscreveu o pedido de CPI. No momento em que entrei no plenário, muitas perguntas foram feitas para saber se o PTB vai ou não indicar representante para essa CPI. Quero esclarecer que liguei para o Presidente de honra do meu Partido, o nosso virtual candidato para 1998, que é o Prefeito de São Paulo, para saber qual era o pensamento dessa liderança que estamos seguindo, e o Prefeito Paulo Maluf não vacilou em dizer: "Na hora em que receber o pedido para indicar o candidato, indique-o sem nenhuma dúvida. Nós não podemos deixar de cumprir com o nosso dever". Quero também esclarecer que uma comissão de inquérito como essa - no meu entender, na condição

de ex-bancário e de parlamentar que sabe que a Constituição guarda o sigilo bancário - tem que agir norteada por essa garantia, proporcionando o resultado do que for apurado. Porém, as suas reuniões, para garantir o sigilo bancário, assegurado pelo Constituição, devem ser secretas, porque essa é a única maneira de se evitarem escândalos. Quero congratular-me com V. Ex^a pelo seu pronunciamento e por ter-me permitido deixar clara a posição do meu Partido, bem como o que penso como Líder. Obrigada a V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER - Senador Epitácio Cafeteira, recolho o seu aparte com muita honra.

Antes de ouvir V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, eu gostaria de fazer apenas um adendo.

O que fizemos, ontem, nesta Casa? Há quinze dias, já se tinha em mãos, praticamente, algo para se requerer essa Comissão. Com a proposta de uma CPI, ontem, criou-se uma medida preventiva. Não sei por que causou tanto impacto no Brasil inteiro. Não sei por que o temor de algumas pessoas quando apenas se fez uso de um mecanismo para ser deixado, como se diz, de plantão, até porque a comissão ainda não foi instalada. Apenas está de plantão, de sentinela, de atalaia.

Acredito que o próprio Banco Central vai agora trabalhar madrugada adentro, procurando trazer subsídios, até para que se evite a instalação dessa comissão. Quem sabe, se traga, às claras, aquilo que será desnecessário depois dessa comissão fazer durante 60 ou 90 dias, ou até seis meses, de acordo com o Regimento Interno.

Repito, não sei por que houve uma correria, por assim dizer, no sentido de que a casa vai cair, vai-se desestabilizar a economia, o processo político e atrapalhar as propostas de reformas constitucionais. O que há de mistério? Não vejo nada de extraordinário. A verdade é que os parlamentares que apuseram suas assinaturas, o fizeram com o objetivo único de, assegurar a ética e transparência dessas operações financeiras.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER - Concedo o aparte ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Eminente Senador Casildo Maldaner, V. Ex^a, com o oportuno discurso, com a responsabilidade de quem foi Governador, ocupa a tribuna para situar, exatamente, a posição correta daqueles que assinaram esse pedido da criação de Comissão Parlamentar de Inquérito. On-

tem à tarde, quando aqui cheguei, tomei conhecimento de que eu era o último na relação oficial da Mesa - o 20º nome. Protestei de imediato, porque, colocando como colocaram os nomes dos últimos seis Senadores - e vou ler os nomes para V. Ex^a: Marina Silva, Lauro Campos, Jefferson Peres, João Rocha, Júnia Marise e Bernardo Cabral -, estavam a despistar alguma coisa não muito correta. Tenho aqui o original das assinaturas. O eminente Senador João Rocha, que fez o seu protesto de forma correta, foi a oitava assinatura. A Senadora Marina Silva foi a décima-segunda; eu fui a décima-terceira; Lauro Campos, a décima-quarta; Jefferson Péres, a décima-quinta; e Júnia Marise, a décima-sétima. A Senadora Júnia Marise, como décima-sétima assinatura, foi catapultada para o vigésimo-oitavo lugar, e eu para o último. V. Ex^a há de perguntar o que tem isso a ver, se é uma reclamação por causa da colocação. Absolutamente, eminente Senador Casildo Maldaner. Com isso, deu-se a idéia de que esses nomes que acabo de relacionar estariam faltando com a ética, quando as assinatura não se procederam após o depoimento do Presidente do Banco Central - portanto, a crise que poderia ser gerada nas bolsas poderia ter acontecido muito antes -, ou seja, o princípio ético adotado por esses que assinaram foram os mesmos princípios que V. Ex^a está defendendo desta tribuna. Jogar agora esses nomes no último lugar dá a entender que, à última hora, fomos cooptados para uma manobra, o que não é muito correto. Quero dizer a V. Ex^a, pedindo perdão por interrompê-lo, que não fiz a minha vida pública à custa da troca de favores pessoais, nem pensando lá adiante em uma situação qualquer. Lancei-me candidato sozinho, no meu Estado, contra as duas maiores lideranças, e quem estava no governo tentou esmagar a minha eleição. Ainda assim, fui o mais votado. Quero dizer a V. Ex^a que não seria agora, ao me colocarem aqui, no último lugar, dando uma idéia errada, que eu deixaria de protestar contra a forma antiética com que isso foi feito. Agradeço a V. Ex^a e o parabênico, mais uma vez, pela oportunidade do seu discurso.

O SR. CASILDO MALDANER - Recolho, com muita honra, o aparte de V. Ex^a. Aliás, fui testemunha de que, ainda ontem à tarde, V. Ex^a procurou imediatamente retificar o erro, com força, para que a verdade viesse à tona e o fez com muita propriedade, até em nome da longa vida pública, de nome nacional, representando o grande Estado do Amazonas.

Recebo, com muita honra, as colocações de V. Ex^a, sem dúvida alguma.

O Sr. Ademir Andrade - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER - Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Ademir Andrade - Senador Casildo Maldaner, eu gostaria de manifestar a nossa preocupação de que o Governo não deva fazer resistências à criação dessa CPI, que é um bem para este País. Esse assunto do sistema financeiro, do socorro aos bancos deve ser do conhecimento público do povo brasileiro, e essa CPI vai contribuir muito com isso. Na medida em que essa questão for debatida e divulgada pela imprensa, em todos os seus meios, o povo vai-se esclarecendo e vai compreendendo. Com isso, nós só poderemos aperfeiçoar a nossa sociedade. Não sei de que ter medo. Já houve uma CPI neste Congresso Nacional que derrubou um Presidente da República, e este País melhorou, apesar de os ladrões de então não terem ido para a cadeia. Já houve CPI do Orçamento, e Senadores e Deputados foram cassados neste Congresso Nacional. Mas, infelizmente, nenhum deles foi para a cadeia. A nossa sociedade precisa aperfeiçoar-se, no sentido de descobrir os criminosos, de tomar deles o que foi roubado da Nação e de colocá-los na cadeia. A isso ainda não chegamos.

Quem sabe essa CPI possa contribuir para isso. Não vejo por que temê-la. O que se divulga na imprensa, como a queda na bolsa e outros fatos, são conseqüências normais do processo. Hoje a bolsa cai e amanhã sobe. O País não vai parar por causa de uma CPI como essa. Precisamos aprofundar a busca dos erros que foram cometidos e saber por quem foram cometidos. De forma que entendemos que os partidos todos devem cumprir o seu dever, indicar os integrantes dessa Comissão Parlamentar de Inquérito e, efetivamente, fazer com que ela funcione e esclareça a Nação sobre o que está acontecendo, sobre quais foram os erros cometidos, a fim de que aqueles que os cometeram possam vir a ser devidamente punidos.

O SR. CASILDO MALDANER - Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Ademir Andrade. O Presidente alerta-me que o meu tempo está esgotado. Vou, então, concluir.

Quero apenas recordar o que eu dizia no início do meu pronunciamento. O que se fez foi apenas colocar à disposição da Nação um remédio que está na própria legislação. É isso que estamos fazendo.

Volto a reafirmar que faço parte de um Partido que dá sustentação ao Governo nesta Casa. Um

Partido que ajuda a fazer as reformas - e é isso que queremos -, de um Partido que quer, inclusive, reformas em profundidade, e que elas avancem. E não vamos mudar de caminhada. A nossa predisposição de luta vai continuar. Talvez não implantemos as reformas desejáveis, vamos fazer as possíveis. O Legislativo está a exercer um legítimo direito que é fiscalizar os atos do Poder Executivo, pois o que queremos é o bem do País.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente e nobres Colegas, que não queria deixar de trazer a esta Casa, nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. FLAVIANO MELO NA SESSÃO DE 8/3/96, QUE SE REPUBLICA POR SOLICITAÇÃO DO PARLAMENTAR.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, no dia 27 de março de 1995, realizei pronunciamento nesta Casa, tratando sobre o lançamento, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Programa Nacional de Reforma Agrária, que prevê o assentamento de 280 mil famílias em mais de 11 milhões de hectares de terra, durante seus 4 anos de mandato.

Dizia, inclusive, esperar que o Governo conseguisse provar com ações concretas não se tratar de medida de efeito psicológico e sim o início efetivo da tão sonhada Reforma Agrária no Brasil. Hoje, infelizmente, a expectativa já não é a mesma, e me preocupa a falta de medidas efetivas neste sentido.

Após o governo de José Sarney, houve um vácuo na promoção de assentamento de trabalhadores sem terra no Brasil. A administração de Itamar Franco retomou o processo. E o presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleceu a meta de assentar 280 mil famílias durante seus quatro anos de mandato. Chegou a cumprir o estabelecido para 1995, distribuindo terra para 40 mil famílias. Mas é feito que, conforme as evidências, não deverá repetir em 1996, o que compromete a meta total.

Para 1996, a previsão do Governo é assentar 60 mil famílias. Mas até agora só foram assentadas 2.600. Com mais um agravante: O Incra não dispõe de estoque de terras para assentar a quantidade de famílias que se propõe atender.

O próprio presidente do Incra, Raul do Valle, em entrevista publicada no último dia 5, pelo jornal **O Globo**, admite que a meta de assentamento do governo para o primeiro trimestre deste ano - que era de 14 mil e 65 famílias - não será cumprida.

Conforme diz, para cumprir a meta de 1996, o Incra teria que conseguir lotes para assentar uma média de 5 mil famílias por mês. Até agora, porém, a informação que se tem é que é mínima a área disponível. Os únicos decretos de desapropriação contemplam áreas muito reduzidas face à necessidade.

É, portanto, problema que me preocupa uma vez que se podem acirrar os conflitos agrários que constantemente estouram por todos os lados, conforme deve ser do conhecimento geral.

Na última terça-feira mesmo, a imprensa divulgou que cerca de 3 mil famílias ocuparam uma fazenda, no Pará - considerada produtiva pelo Incra e, portanto, não permitindo desapropriação -, redundando numa das maiores ocupações do Movimento Sem Terra neste Governo.

Ainda ontem, foi noticiada a ocupação, em São Paulo, também pelo Movimento Sem Terra, da Delegacia do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, para pressionar a regularização da ocupação, por 120 famílias, de uma fazenda, em Iperó. Além da disposição do MST de intensificar a pressão pela libertação dos quatro líderes do movimento presos naquele Estado.

Enquanto isso, o Sr. Raul do Valle justifica o atraso nas desapropriações, alegando a não aprovação do Orçamento e chuvas na região Norte. Permitam-me discordar. Primeiro, porque ações neste sentido não se destinam apenas ao Norte do País. E depois, pelo fato de que se o Incra estivesse procedendo às desapropriações com antecedência, isso não estaria ocorrendo.

O que prejudica os trabalhos, a meu ver, é a instabilidade a que o Incra tem sido submetido, especialmente com as constantes trocas de seus presidentes, além da morosidade com que ocorrem os processos de desapropriações, que normalmente demoram no mínimo de 6 meses a 1 ano e meio, pela própria burocracia que envolve a questão.

Exatamente prevendo a burocracia, é que o Incra precisa antecipar suas ações. Se em 1996 a pretensão era assentar 60 mil famílias, em 1995 já deveriam ter sido tomadas as providências para as desapropriações necessárias.

Não integro, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a corrente dos que defendem a tese do quanto pior melhor para ampliar o alvo de seus bombardeios de críticas sem solução, na tentativa de aumentar o seu conceito perante a opinião pública como, infelizmente, é comum no País. Ao contrário, as preocupações que ora trato têm o único propósito de contribuir

para a definitiva consolidação da Reforma Agrária e a promoção da verdadeira democracia na terra.

É certo que Reforma Agrária não significa dar ao homem apenas a terra, mas também as condições necessárias para que possa tirar dela o seu sustento. Todavia, a terra é fundamental para o início do processo.

Neste sentido, apresento, agora, nesta Casa, Projeto de Lei que introduz alterações na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária. O objetivo é agilizar o processo de desapropriação de terras para fins de assentamento e, conseqüentemente, facilitar a implementação da Reforma Agrária no País.

Ao todo, o Projeto prevê 12 alterações. Essas alterações impedem o fracionamento fraudulento da área passível de desapropriação; estabelecem regras claras quanto ao período a que se refere o levantamento de dados e informações do imóvel, eliminando ainda controvérsias a respeito da notificação do seu detentor; além de acabar com ambigüidades na interpretação da Lei, dando competência ao Incra como órgão executor da Reforma Agrária.

O projeto preenche também vácuo na legislação agrária com relação às definições do tamanho do imóvel, considerando a área total da propriedade como referencial para a definição do seu tamanho; conceitua a propriedade produtiva como aquela que atende a todos os requisitos da função social da terra modificando, inclusive, a forma de cálculo do grau de eficiência na sua exploração. Altera, ainda, dispositivos que protegem os imóveis improdutivos ou dão margem à fraude na sua desapropriação, e contempla a existência de posseiros como critério adicional para fins de avaliação do imóvel rural.

Gostaria de discorrer um pouco, Sr^s e Srs., sobre alguns pontos que considero mais polêmicos. Um deles é o que estabelece que não será considerada, para fins da Lei 8.629/93, qualquer modificação quanto à titularidade, utilização ou dimensão do imóvel, introduzida ou ocorrida dentro do prazo de 2 anos, após o levantamento dos dados e informações, com prévia notificação.

É alteração que considero de extrema importância pela seguinte razão: quando se dá conta de que o imóvel é passível de desapropriação, o proprietário imediatamente providencia seu fracionamento, através de alienações simuladas, transformando-o em média propriedade. Ou então se utiliza do expediente da "maquiagem", modificando as con-

dições de uso do imóvel para iludir o Judiciário, fazendo-o crer tratar-se de área produtiva.

Em alguns Estados como Minas Gerais e Goiás a incidência desse expediente vem impossibilitando a declaração de imóveis como de interesse social para fins de Reforma Agrária, principalmente em virtude do fracionamento fraudulento.

Outro ponto que destaco é o que estabelece o seguinte: Para fins da Lei 8.629/93, o órgão federal competente é o órgão executor da Reforma Agrária. O objetivo é eliminar ambigüidades na interpretação da Lei, dando competência indiscutível ao atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, como órgão executor da Reforma Agrária.

Por quê? porque a Lei fala apenas de órgão federal competente, dando margem a várias interpretações. Hoje, por exemplo, existem ações no Supremo Tribunal Federal que questionam a legitimidade do Incra para classificar se o imóvel é ou não produtivo, ou se essa é competência de órgãos como a EMBRAPA. O dispositivo que acrescento, acaba com isso.

Ressalto, ainda, a alteração que visa a eliminar, definitivamente, as controvérsias que se estabeleceram entre os expropriados e o Poder Público a respeito da notificação do detentor do imóvel passível de desapropriação.

Explico: A notificação prévia é uma exigência do Artigo 2º da Lei 8.629/93. Só que essa notificação é pessoal ao proprietário que normalmente demora muito até ser localizado pois, notoriamente, se esconde para evitar a notificação e, conseqüentemente, a desapropriação. O que pretendo é evitar exatamente isso, estabelecendo que quando o proprietário não for localizado, a notificação poderá ser feita através de edital.

Considero importante destacar também a modificação que conceitua a propriedade produtiva como aquela que atende a todos os requisitos da função social da propriedade.

A Constituição Federal, em seu Artigo 185, exclui da possibilidade de desapropriação o imóvel produtivo, além da pequena e da média propriedade, mas determina que esta cumpra a sua função social. Todavia, na sua regulamentação, estes itens foram separados.

O que se quer agora é restabelecer esta exigência. Ou seja, para ser produtiva, a propriedade também tem que cumprir a sua função social, que inclui, entre seus requisitos, o aproveitamento racio-

nal da propriedade, o uso adequado de seus recursos naturais - bem como a preservação do meio ambiente. Além da observância dos dispositivos que regulam as relações de trabalho, não permitindo, por exemplo, a utilização de mão-de-obra escrava ou semelhante conforme, infelizmente, ainda acontece no Brasil.

Por último, ressalto a alteração contemplando a existência de posseiros como critério adicional para fins de avaliação do imóvel.

A existência de posseiros já é critério utilizado pelo mercado na avaliação de imóveis rurais. E é óbvio que o fator reduz o preço das terras.

É sabido, porém, que há casos em que, percebendo a desvalorização de sua terra e sem conseguir vendê-la, existem proprietários que incentivam a invasão, para forçar a sua desapropriação pelo Incra a preços exorbitantes.

Ao incluir a presença de posseiros como critério para avaliação do imóvel, evita-se estas super indenizações, possibilitando a desapropriação de mais áreas e o assentamento de maior número de famílias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, reforço aqui o que disse no início de 1995: num País onde dos 330 milhões de hectares de terras aproveitáveis, mais de 160 milhões são terras improdutivas em contraste com mais de 10 milhões de trabalhadores rurais sem terra; num País que é palco de constantes conflitos agrários e que paga com a fome, com a miséria, o preço dessa situação, todas as medidas que visem a eliminar estes contrastes são necessárias e precisam ser urgentemente implementadas.

Eis, portanto, a minha contribuição. Apelo, inclusive, a todos aqueles que defendem realmente a Reforma Agrária no País, para que também dêem a sua contribuição apoiando este projeto.

Aproveito a oportunidade, Srs. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para homenagear a todas as mulheres, que comemoram, hoje, 8 de março, o seu dia, dedicando-lhes o projeto que ora apresento.

Tem um dito na minha terra que diz: um homem só aprende a dar valor à sua terra depois que aprende a pisar nela. E eu, parodiando, acrescento: Um homem só aprende a dar valor à sua terra, depois que aprende a tratar bem a sua mulher, que é a base da existência, assim como a terra é a base onde nos firmamos.

Muito obrigado!

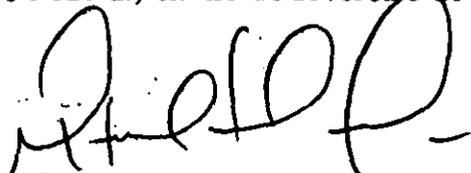
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 225, de 1996 (*)

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 13, § 6º., da Lei nº. 8.112, de 1990,

RESOLVE

Tomar sem efeito as nomeações de **FRANCISCO DE SOUSA FILHO, JOSE CARLOS DOS SANTOS, NILTON WALDIR F. DA SILVA, RAINEY PACHECO LOPES e REGINALDO BORGES LEAL** para o cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade de Segurança, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constantes do Ato do Diretor-Geral nº. 698, de 1995, em virtude de não haverem cumprido o prazo previsto para posse no referido cargo, de acordo com o disposto no artigo 13, § 1º., da Lei nº. 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

(*) Republicado por haver saído com incorreções no DSF de 29-2-96.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 281, DE 1996**

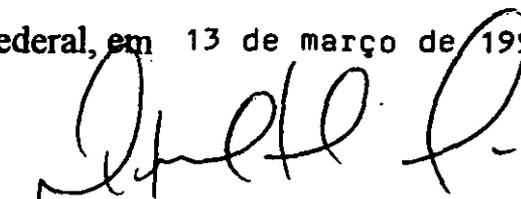
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário nº 09, de 1992, e 03, de 1995,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores SILVANA LÚCIA RIOS SAFÉ DE MATOS, Analista Legislativo, Especialidade de Biblioteconomia, matrícula nº 3031, e JOAQUIM CAMPELO MARQUES, Assessor Técnico do Gabinete do Senador José Sarney, matrícula 4558, gestores titulares, conjuntamente, do Contrato nº 0016, de 1996, celebrado entre o Senado Federal e o Professor Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de março de 1996



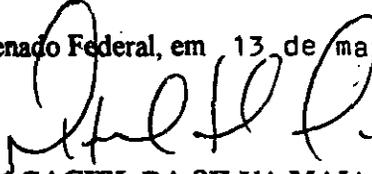
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 282 , DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.496/96-8,

R E S O L V E aposentar, voluntariamente, **MARIA DE NAZARÉ ALBUQUERQUE HERMES**, Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade Orçamento Público, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.307/96, publicada em 12.02.96, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 13 de março de 1996


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.283 , DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3010/96-1,

RESOLVE dispensar a servidora do CEGRAF, **SORAIA MARIA DE OLIVEIRA**, matrícula 1846, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da FUNÇÃO COMMISSIONADA de Chefe da Seção de Planejamento e Execução de Concursos, Símbolo FC-05, do CEDESEN, com efeitos financeiros a partir de 04 de março de 1996, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de março de 1996


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.284, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3011/96-8,

RESOLVE dispensar a servidora REGINA MARIA DE BORBA BENEVIDES DIAS, matrícula 2450, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-06, do CEDESEN, com efeitos financeiros a partir de 04 de março de 1996, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de março de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.285, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3011/96-8,

RESOLVE designar a servidora REGINA MARIA DE BORBA BENEVIDES DIAS, matrícula 2450, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe da Seção de Planejamento e Execução de Concursos, Símbolo FC-05, do CEDESEN, com efeitos financeiros a partir de 04 de março de 1996.

Senado Federal, 13 de março de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 286 , DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 24765/95-3,

RESOLVE designar a servidora do PRODASEN, MARIA ORIETA DE PAULA P. F. PEIXOTO, matrícula 310, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 01 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 13 de março de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 287 , DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3010/96-1,

RESOLVE designar a servidora do CEGRAF, SORAIA MARIA DE OLIVEIRA, matrícula 1846, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-06, do CEDESEN, com efeitos financeiros a partir de 04 de março de 1996.

Senado Federal, 13 de março de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 288, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3530/96-5,

RESOLVE dispensar o servidor do CEGRAF, ANTONIO CASTELO BRANCO JUNIOR, matrícula 1768, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da FUNÇÃO COMMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, com efeitos financeiros a partir de 11 de março de 1996.

Senado Federal, 13 de março de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

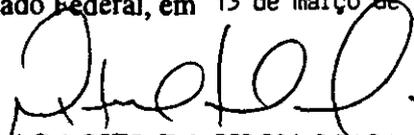
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 289, de 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº. 12, de 1995, da Comissão Diretora, e de acordo com a Resolução nº. 42, de 1993, do Senado Federal, e com o Ato nº. 53, de 1993, da Comissão Diretora,

RESOLVE

Nomear **REGIS MENDES SMIDT, OLIVAN DUARTE DE ALMEIDA, NILZIETHE DA SILVA VIEIRA e CONCEIÇÃO DE MARIA COELHO DA SILVA**, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Controle Interno, Especialidade de Contabilidade - Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em conformidade com o disposto no Ato do Diretor-Geral nº. 221, de 1996.

Senado Federal, em 13 de março de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Wilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Élcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (ex-PPR + ex-PP)	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	PTB	
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha
	Membro Nato	
	Romeu Tuma (Corregedor)	

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMÓN	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL *8	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9	DF-2011/12
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4781/82	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/96
- *3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96
- *4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96
- *5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- *7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- *8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PTB, em 25/10/96
- *9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3518/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2481/87
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
RÔMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/87
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES *6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/88
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

- *1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/08/95
- *2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTE(S))

TITULARES**SUPLENTE(S)**

PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4346/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/57
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/08
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3246/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4066/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-3191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/57
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/67
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL *5	AM-2081/67	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4069/66	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4751/52
PBB			
ADEMIR ANORADE	PA-2101/07	1-EDUARDO SUPPLY *1	SP-3216/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2081/57	1-VAGO	
PPB			
ROBERTO FREIRE	PE-2181/67	1-VAGO	

- *1 - EDUARDO SUPPLY (PT) - vaga cedida pelo PBB
- *2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95
- *3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- *5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PBB em 25/10/96
- *6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3641
 FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27. TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4348
GERSON GAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/48

- *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE(S))

TITULARES		SUPLENTE(S)	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	OF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

*1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS

SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4348
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3108
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	

PFL

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE2451/2457

PPR

LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
---------------------	--------------	-------------------------	--------------

PP

JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
------------------------	--------------	-----------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
---------------	--------------	--------------------	--------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PL

ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
---------------	--------------	--------	--

PPS

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBÉT	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/88	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/85

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/86

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PSB, em 25/10/86

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
João Fogaça		Martuce Pinto ¹
Cassido Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPS	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias ²	PP	
	PT	
		Benedita da Silva
		Eduardo Suplicy
		Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Martuce Pinto, em 2-10-95
 2 Filado ao PSDB em 22-6-95
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 14-2-96



EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS